



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

AROLDO DE MELO VASCONCELOS

**O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO DOS
REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL**

FORTALEZA - CEARÁ

2019

AROLDO DE MELO VASCONCELOS

O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO DOS
REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Vasconcelos, Aroldo de Melo .

O fenômeno da Antropização Urbana na ressaca do Bairro dos Remédios em Santana/AP: desafios para elaboração de Políticas Públicas de Gestão Ambiental [recurso eletrônico] / Aroldo de Melo Vasconcelos. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 198 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo.

1. Políticas Públicas . 2. Gestão Ambiental. 3. Antropização Urbana. 4. Ressacas. I. Título.

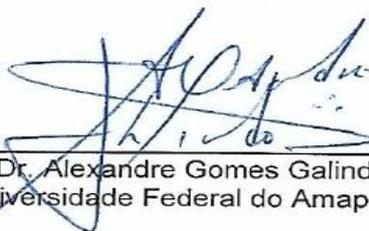
AROLDO DE MELO VASCONCELOS

O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO
DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 02/07/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo (Orientador)
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP



Prof. Dr. Francisco Horácio Frota da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.^a Dr.^a Janaina Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Aos meus pais Sebastião e Noêmia (*in memoriam*),

Que dotados de sabedoria e amor, tornaram possível para mim chegar até aqui. Eles são meus mestres por excelência.

À minha Linda Família. Minha esposa querida Aldaléia que foi paciente e presente, com sorriso franco incentivou cada fase da conquista.

Meus filhos Adrieli, Tiago, Marcelo (genro) e Malú (neta) que traduzem com perfeição, o que seja viver em amor e em família.

Aos meus orientadores Dr. Alexandre Galindo, mais que um professor, um amigo e incentivador foi um irmão. Ao Dr. Luis Takiyama, nosso expoente pesquisador da Amazônia, foi um balizador dos rumos da investigação.

Ao povo sofrido e alegre da comunidade da área de ressaca que me ensinou com palavras e modo de viver a olhar o outro com humanidade.

A todos (as) o meu reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

A meu Deus, Pai Eterno de infinito amor, presente sempre em minha vida por meio de sua graça, bondade e fidelidade.

A toda minha família por acreditarem em mim, entenderem as minhas ausências, vibrarem comigo e fazerem parte dessa conquista.

Aos amigos de todas as horas Lucifrancis e Lúcia Tavares meus pais na Fé.

Ao meu orientador professor Dr. Alexandre Gomes Galindo, pela motivação, solidariedade e empenho sempre, e, por acreditar em mim. Um sorriso sempre de incentivo. Merecedor da minha admiração pelo entusiasmo e presteza em servir e o desejo de ver as coisas acontecerem. Ao meu amigo e doutor Luis Roberto Takiyama pela forma tão competente me orientou pelo caminho metodológico da pesquisa apontando atalhos tão importantes e firmes no processo investigativo. (ありがとう=arigatô)

Ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, na pessoa do professor Dr. Francisco Horácio da Silva Frota – Coordenador - pela singeleza e firmeza com que conduziram o processo, resultando na titulação da turma de Mestres da UECE no Amapá, da qual temos o orgulho de fazer parte. Ao quadro docente do Mestrado, pela dedicação, sem medir esforços e pensar horários, empenhados à realização do Programa. Aos mais próximos, que estiveram presentes desde o início nosso agradecimento com imensa satisfação de tê-los (re)encontrado. Aos mais distantes, um profundo agradecimento, com votos de aproximação em novos trabalhos.

À professora Dra. Helena Frota, que gentilmente “bagunçou” com a minha cabeça, para que eu reconstruísse saberes que nem bem sabia e muito me têm servido. Profunda gratidão.

Aos colegas do Mestrado, com tantas expectativas e interrogações, entramos juntos no Mestrado, chamados de vencedores, tivemos as nossas forças e intelecto testados e hoje, certamente nos sentimos mais fortes e dispostos a novos desafios. Pelas lições de vida, convivência, participação, carinho, força, companheirismo e motivação, o meu sincero agradecimento.

Aos moradores da área de ressaca do Bairro dos Remédios em Santana, especialmente as vinte famílias participantes como informantes da pesquisa. Obrigado por abrirem as portas e também pelo cafezinho quente. Muito, muito obrigado.

Ao jovem morador do bairro dos Remédios Guilherme Primavera, foi um bravo companheiro nas caminhadas dentro da comunidade. Sua presença ao meu lado me dava tranquilidade de entrar e sair com segurança.

Ao Dr. José Luiz Ortiz Vergolino ex-Diretor da ICOMI, por me dispor todas as informações necessárias sobre a empresa que ele ama e defende com zelo. Obrigado por momentos tão salutares no trapiche de sua residência na beira do Amazonas.

Ao músico amapaense Zé Miguel, por nos ceder trechos da música “*Vida Boa*” para ilustrar a beleza da cultura regional nas linhas da dissertação. Isso trouxe a poesia na nossa terra como elemento de valorização dos saberes do homem local.

Aos prefeitos do Município de Santana, prefeito José Antônio de Souza Nogueira, prefeito Robson Santana Rocha e o Prefeito Ofirney da Conceição Sadala, pela presteza em ceder do tempo precioso para as entrevistas e informações.

Aos ex-secretários de Meio Ambiente de Santana, que contribuíram muito nas informações cedidas nas entrevistas e questionário.

Aos Secretários Municipais da PMS, que prestaram todo apoio à realização deste estudo no município, abrindo possibilidades à coleta de dados. Aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, dos setores das Unidades de Saúde da Família do Posto de Saúde Alberto Lima que nos receberam para coleta de dados de forma bastante solícita e cordial.

Aos informantes do início ao final do estudo que participaram de modo gentil e contribuíram para elucidar e valorizar com preciosas informações as questões aqui apresentadas.

Ensino do Mestre dos mestres

“Pois qual de vós, pretendendo construir uma torre, não se assenta primeiro para calcular a despesa e verificar se tem os meios para a concluir?

Para não suceder que, tendo lançado os alicerces e não a podendo acabar, todos os que a virem zombem dele, dizendo: Este homem começou a construir e não pôde acabar.

Ou qual é o rei que, indo para combater outro rei, não se assenta primeiro para calcular se com dez mil homens poderá enfrentar o que vem contra ele com vinte mil? Caso contrário, estando o outro ainda longe, envia-lhe uma embaixada, pedindo condições de paz.”

(Evangelho de São Lucas 14: 28-32)

“Deus não despede ninguém vazio exceto aqueles que são cheios de si mesmos”.

(Dwight L. Moody)

RESUMO

O presente estudo tem como objeto o processo da antropização urbana na área de ressaca do bairro dos Remédios na cidade de Santana, Estado do Amapá. Objetivo geral: investigar o fenômeno da antropização na área de ressaca no bairro dos Remédios e seus desafios para elaboração de políticas públicas de gestão ambiental. Objetivos específicos: investigar como as áreas de ressacas da Cidade Santana são tratadas enquanto temática da política da gestão ambiental; diagnosticar a realidade ambiental da ressaca do bairro dos remédios para identificar os impactos ambientais; identificar as políticas públicas voltadas à população investigada e ações desenvolvidas em curto, médio e longo prazo; e, identificar elementos que subsidiem a instrumentação de políticas para as áreas de proteção ambiental (APPs) na cidade de Santana-AP. Aproximamo-nos do estudo sobre a antropização urbana como um fenômeno social e ambiental e buscar explicações das implicações do processo tanto pelo “olhar” dos moradores como pelo “discurso” dos gestores. Percorremos um caminho metodológico, segundo o pensamento dialético, de maneira qualitativa, sendo técnicas de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, questionários com questões fechadas e abertas, observação sistemática e análise documental. Para análise dos dados nos aproximamos do método hermenêutico dialético. Três focos direcionaram a análise dos grupos participantes moradores para o diagnóstico do objeto de estudo: Meio Físico, Meio Biológico e Meio Social. Para análise do foco políticas públicas de gestão ambiental foi definido o grupo gestores, sendo subdivididos três subgrupos: prefeitos; ex-secretários; e, secretários municipais. Da análise dos dados da pesquisa foi construído o Capítulo 4 - Resultados, subdividido em: 4.1 “*A vida daqui é assim devagar*”: a antropização urbana em áreas de ressacas: a realidade da ocupação no bairro dos Remédios em Santana/AP. 4.2 “*Nós não tem que fazer planos, e assim vão passando os anos*”. A gestão urbana de política ambiental do município de Santana; e, 4.3 Do fazejamento ao planejamento. Os resultados sinalizam que a antropização nas áreas de ressacas na cidade de Santana faz parte de um processo histórico que teve início na década de 1980 e até hoje a gestão municipal não tem conseguido enfrentar como deveria. Falta planejamento e elaboração de políticas públicas na gestão e articulação com toda a rede institucional de proteção ao meio ambiente, por isso e outros fatores, não consegue aparelhar os

órgãos de controle ambiental que desempenham função ineficiente tanto na educação ambiental, como na fiscalização e no monitoramento.

Palavras – chave: Políticas Públicas. Gestão Ambiental. Antropização Urbana. Ressacas.

ABSTRACT

The present study has as object the process of urban anthropization in the flooded area of the Remédios neighborhood in the city of Santana in the state of Amapá. General objective: to investigate the phenomenon of anthropization in the flooded area in the neighborhood of Remédios and its challenges for the elaboration of public policies of environmental management. Specific objectives: to investigate how the Santana City flooded areas are treated as a theme of the environmental management policy; diagnose the environmental reality of the flooding in the neighborhood of Remédios to identify the environmental impacts; identify the public policies focused on the population investigated and actions developed in the short, medium and long term; and, identify elements that subsidize the implementation of policies for the areas of environmental protection in the city of Santana-AP. We approach the study of urban anthropization as a social and environmental phenomenon and seek explanations of the implications of the process for both the "look" of the residents and the "discourse" of managers. We go through a methodological way, according to dialectical thinking, in a qualitative way, being techniques of data collection, semi-structured interviews, questionnaires with closed and open questions, systematic observation and documentary analysis. To analyze the data we approach the dialectical hermeneutic method. Three focuses directed the analysis of the resident groups for the diagnosis of the object of study: Natural Environment, Biological Environment and Social Environment. For analysis of the focus public policies of environmental management was defined the group managers, being subdivided three subgroups: mayors; former secretaries; and, municipal secretaries. From the analysis of the research data was constructed the Chapter 4 - Results, subdivided in: 4.1 "The life here is so slow ": The urban anthropization in flooded areas: the reality of occupation in the Remédios neighborhood in the Santana/AP city. 4.2 "We do not have to make plans, and so will pass the years".the urban management of environmental policy of the Santana municipality; and, 4.3 From no planning to planning. The results demonstrate that the anthropization in the flooded areas in the city of Santana is part of a historical process that began in the 1980s and to this day. Lack of planning and elaboration of public policies in the management and articulation with all the institutional network of protection to the environment, therefore, and other factors, cannot prepare the

environmental control organs that plays an inefficient role in environmental education as well as in inspection and monitoring.

Keywords: Public Policies. Environmental Management. Urban Anthropization. Flooded areas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Descrição da Organização espacial do Bairro dos Remédios I.....	30
Quadro 2 -	Descrição da Organização espacial do Bairro dos Remédios II.....	31
Quadro 3 -	Principais Instrumentos da Política Ambiental Pública Brasileira.....	39
Quadro 4 -	Informações socioeconômicas do Município de Santana-AP.....	61
Quadro 5 -	Estrutura Organizacional da Gestão da PMS – a partir de 2017.....	63
Quadro 6 -	Áreas de Ressaca de Santana-AP.....	65
Quadro 7 -	Localização de cada ponto das residências.....	71
Quadro 8 -	Grupo Moradores: Informantes Zona 01.....	77
Quadro 9 -	Grupo Moradores: Informantes Zona 02.....	78
Quadro 10 -	Grupo Moradores: Informantes Zona 03.....	78
Quadro 11 -	Grupo Moradores: Informantes Zona 04.....	78
Quadro 12 -	Grupo Gestores: Subgrupo Prefeitos.....	79
Quadro 13 -	Grupo Gestores: Subgrupo Secretários Municipais.....	79
Quadro 14 -	Grupo Gestores: Subgrupo Ex-Secretários de Meio Ambiente.....	80
Quadro 15 -	Documentos referentes à gestão ambiental de áreas de ressacas.....	83
Quadro 16 -	Categorias e subcategorias de análise.....	87
Quadro 17 -	Resumo do diagnóstico das informações.....	137
Quadro 18 -	Ações das secretarias municipais na área de ressaca do bairro dos Remédios - Santana-AP.....	148
Quadro 19 -	Propostas de políticas públicas de acordo com os eixos de foco.....	148
Quadro 20 -	Legislação ambiental – Competências nível estadual e municipal.....	152
Quadro 21 -	Zona Sob Pressão da Ocupação Urbana – Z2.....	153

Quadro 22 - Zona em Processo de Ocupação Urbana – Z3.....	154
Quadro 23 - Zona com Ocupação Urbana Consolidada – Z4.....	155
Quadro 24 - Principais demandas de serviços públicos – Área de Ressaca do Bairro dos Remédios.....	156

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa da Divisão Política do Estado do Amapá.....	22
Figura 2 -	Aglomerados subnormais – Macapá.....	27
Figura 3 -	Mapa de Localização do Bairro dos Remédios/Santana- AP.....	28
Figura 4 -	Identificação da Área de Ressaca do Bairro dos Remédios/ Santana-AP em Imagem de Satélite.....	32
Figura 5 -	Informações sobre a Evolução Demográfica do Município de Santana.....	63
Figura 6 -	Bairros Mais Populosos da Cidade de Santana-AP.....	64
Figura 7 -	Mapa das Ressacas no Espaço Urbano da Cidade de Santana-AP.....	65
Figura 8 -	Zonas delimitadas na pesquisa – Ressaca do Bairro dos Remédios – Santana/AP.....	67
Figura 9 -	Delimitação da Zona 01 da pesquisa.....	68
Figura 10 -	Delimitação da Zona 02 da Pesquisa.....	68
Figura 11 -	Delimitação da Zona 03 da Pesquisa.....	69
Figura 12 -	Delimitação da Zona 04 da Pesquisa.....	69

LISTA DE FOTOS

Foto 1 -	Passarela Senador Teotônio Vilela. Bairro dos Remédios. Santana-AP.....	26
Foto 2 -	Ambiente limpo pelo próprio morador da Zona 01.....	93
Foto 3 -	Resíduos acumulados nos quintais das residências da Zona 01.....	94
Foto 4 -	Presença de animais domésticos nas passarelas – Zona 01....	96
Foto 5 -	Ausência da vegetação nativa – Zona 01.....	98
Foto 6 -	Aspecto do Canal - Zona 01.....	97
Foto 7 -	Coleta do Lixo Doméstico - Zona 01.....	100
Foto 8 -	Processo de Aterramento nas Vias de Acesso - Zona 01.....	100
Foto 9 -	Rede de Distribuição de Água – Zona 01.....	102
Foto 10 -	Aspectos do Meio Biológico - Zona 02.....	104
Foto 11 -	Resíduos (lixo) Acumulados no Canal – Zona 02.....	105
Foto 12 -	Aspectos da Acumulação de Lixo e Aterramento – Zona 02....	105
Foto 13 -	Edificações sobre o curso natural do canal – Zona 03.....	108
Foto 14 -	Condições das Passarelas – Zona 03.....	110
Foto 15 -	Criança trabalhando na passarela – Zona 03.....	111
Foto 16 -	Águas Contaminadas - Zona 04.....	112
Foto 17 -	Espécies Vegetais - Zona 04.....	113
Foto 18 -	Moradora limpando o entorno da sua casa - zona 04.....	114
Foto 19 -	Fluxo de pessoas nas passarelas - Zona 04.....	116
Foto 20 -	Condições das lixeiras na Passarela - Zona 04.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
APP	Área de Preservação Ecológica
BA	Batalhão Ambiental
BRUMASA	Bruynzeel Madeira S/A
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CF	Constituição Federal
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CVS	Câmara de Vereadores de Santana
DEMA	Delegacia do Meio ambiente
EA	Educação Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ESF	Estratégia de Saúde da Família
GEA	Governo do Estado do Amapá
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S/A
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
PDA	Plano Plurianual
PDP	Plano Diretor Participativo
PIB	Produto Interno Bruto
PMHIS	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

PMS	Prefeitura Municipal de Santana
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
REAMA	Refrigerantes do Amapá S/A
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMASC	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
SEMDUH	Secretária Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Educação
SEMGOV	Secretaria Municipal de Governo
SEMOP	Secretaria Municipal de Obras e Projetos
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SIG	Sistema de Informação Georreferenciado
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TF	Termo de Fomento
ZEEU	Zoneamento Ecológico Econômico Urbano
ZEIA	Zona Especial de Interesse Ambiental
ZIP	Zona de Interesse Portuário
ZMBD	Zona Mista de Baixa Densidade
ZRBD	Zona Residencial de Baixa Densidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	22
3	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	34
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	34
3.2	GESTÃO AMBIENTAL.....	37
3.3	ANTROPIZAÇÃO URBANA.....	44
3.4	ÁREA DE RESSACA.....	46
4	TRAJETÓRIA METOLÓGICA.....	53
4.1	TIPO DE ESTUDO.....	53
4.2	CAMPO DE ESTUDO: SOBRE A DEMARCAÇÃO DO OBJETO.....	57
4.2.1	Área de ressaca do bairro dos remédios.....	65
4.2.2	Políticas públicas de enfrentamento ao fenômeno de antropização em áreas de ressacas.....	76
4.3	SUJEITOS DO ESTUDO.....	77
4.3.1	Moradores locais.....	77
4.3.2	Prefeitos do Município de Santana.....	78
4.3.3	Secretários (as). Municipais.....	79
4.3.4	Ex-secretários de Meio Ambiente.....	80
4.4	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	80
4.4.1	Questionários a serem aplicados.....	80
4.4.2	Entrevistas gravadas.....	81
4.4.3	Observação in loco.....	82
4.5	MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	84
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	89
5.1	“A VIDA DAQUI É ASSIM DEVAGAR”: A ANTROPIZAÇÃO URBANA EM ÁREAS DE RESSACAS: A REALIDADE DA OCUPAÇÃO NO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP.....	91
5.1.1	Análise da síntese do grupo moradores: meio natural, meio biológico e meio social.....	91
5.1.2	Análise das informações da síntese de todas as zonas diagnosticadas.....	117

5.1.3	Síntese dos dados coletados grupo gestores.....	119
5.2	“NÓS NÃO TEM QUE FAZER PLANOS, E ASSIM VÃO PASSANDO OS ANOS”: A GESTÃO URBANA DE POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA.....	138
5.3	DO FAZEJAMENTO AO PLANEJAMENTO.....	150
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS.....	164
	APÊNDICES.....	172
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – GRUPO 01 MORADORES.....	173
	APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – GRUPO 02 GESTORES – SUBGRUPO PREFEITOS.....	176
	APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – GRUPO 02 GESTORES – SUBGRUPO EX-SECRETÁRIOS DE MEIO AMBIENTE.....	178
	APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – GRUPO 02 GESTORES – SUBGRUPO SECRETÁRIOS MUNICIPAIS.....	180
	APÊNDICE E – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DIRETA IN LOCO.....	182
	APÊNDICE F - IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS E ENDEREÇO CONFORME A ZONA DE PESQUISA.....	183
	ANEXOS.....	185
	ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO.....	186
	ANEXO B - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	188
	ANEXO C – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO ORIENTADOR.....	189
	ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS REMÉDIOS.....	193
	ANEXO E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA.....	194
	ANEXO F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO PÚBLICO.....	195
	ANEXO G – ATA DE QUALIFICAÇÃO.....	197

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas podem ser consideradas como um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social. Sua finalidade é a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder e felicidades das pessoas. A partir da compreensão de que *Polity* é uma dimensão da política para denominar as instituições públicas, *Politics* para os processos políticos e *policy* para os conteúdos da política, o meio ambiente é uma atribuição do poder público e da coletividade (DIAS; MATOS, 2008).

É na direção do pensamento dos teóricos acima, que assumimos a temática ambiental para investigar a realidade de uma área no Bairro dos Remédios na Cidade de Santana/AP. Buscando entendimento sobre a realidade da ocupação humana no ambiente nas áreas de baixios inundadas pelos fatores de maré alta e por enxurradas pluviais e como estão sendo tratadas pelo poder público enquanto políticas públicas.

Pesquisadores como Takiyama (2012), Portilho (2010), Tostes (2005), e outros, com competência já desenvolveram estudos nesses ambientes, porém encontramos lacunas com respeito de diagnosticar a partir do “olhar dos moradores locais”, a área específica do bairro dos remédios para compreender o processo da antropização, bem como verificar os discursos dos gestores para analisar o poder de respostas que a gestão municipal dispõe para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento desse fenômeno.

Sem esgotar a amplitude do tema, abordaremos os pressupostos teóricos dos temas: Políticas Públicas, Gestão Ambiental, Antropização Urbana, e Ressacas.

Os elementos do estudo dentro da trajetória metodológica começam com o diagnóstico do objeto de investigação através da delimitação de quatro zonas dentro da área do Bairro dos Remédios. Vinte famílias de moradores da ressaca envolvidas são informantes sobre a ocupação e vivência dentro da área. O Diagnóstico está voltado a três focos de investigação: O Meio Natural, O Meio Biológico e o Meio Social.

Outro grupo participante da pesquisa foi composto por gestores, subdivididos em Subgrupo prefeitos, Subgrupo ex-secretários de meio ambiente e Subgrupo secretários municipais. Por esses informantes buscamos diagnosticar a gestão ambiental na Gestão Municipal ao longo dos dez últimos anos. Como se dá o processo de elaboração de políticas públicas de gestão ambiental? Qual a capacidade

técnica e financeira da gestão municipal em dar respostas para as demandas da população ocupante de áreas de ressacas. Como a gestão tem tratado do fenômeno da antropização urbana como gestão ambiental? Aqui, a observação está focada no arranjo institucional, nas articulações internas e externas, no modelo de gestão de planejamento, na efetividade das ações, no compartilhamento da gestão, e principalmente na estruturação da gestão ambiental.

No presente estudo, inicialmente apresentamos uma discussão dialógica a partir dos grupos de informantes e das referências bibliográficas e serão analisados os dados do diagnóstico do objeto de estudo comparando os resultados das sínteses do foco da pesquisa.

A segunda parte do trabalho traz à tona apontamentos teóricos sobre as políticas públicas ambientais e princípios de elaboração de políticas públicas para o enfrentamento da antropização urbana. É feita uma contraposição do termo “fazejamento” do termo planejamento, apontando relações com a avaliação do modelo de gestão ambiental no Município de Santana.

Por fim, são apresentadas considerações gerais e recomendações. E ações de elaboração de políticas públicas de gestão ambiental para a Cidade de Santana/AP. Tais recomendações dialogam com planos setoriais não utilizados pela gestão, bem como com outras recomendações de autores que pesquisam em campos correlatos, tendo como base o conhecimento técnico e vivência obtidos ao se abordar o presente objeto de estudo.

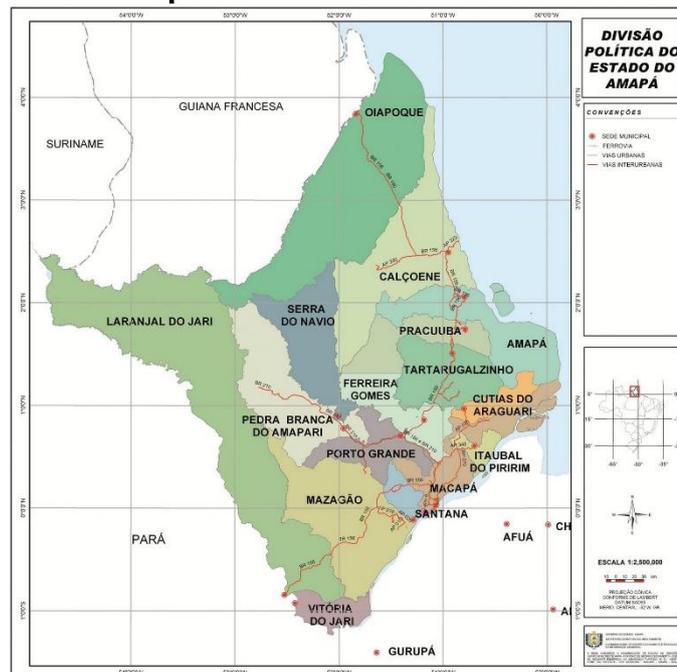
2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

“Lasciudadestiennenla capacidade de proveer algo para cada uno de sus habitantes, sólo porque, y sólocuando, soncreadas para todos”. (JANE JACOBS).

Ao iniciar as discussões sobre a presente pesquisa, nos desafiamos a rever os conceitos de Políticas Públicas, os quais subsidiam tanto o diagnóstico do objeto de estudo quanto a formulação de ações a serem desenvolvidas pela gestão política de solução de problemas identificados.

Antes, porém, apresentamos a localização do objeto de estudo, tendo como referência o Estado do Amapá, na Amazônia Legal, no norte do Brasil.

Figura 01 - Mapa da Divisão Política do Estado do Amapá



Fonte: www.ibge.gov.br

O Estado do Amapá é Considerado o mais preservado do país em termos de recursos naturais, está situado a nordeste da Região Norte, no Platô das Guianas. O seu território é de 142.828,521 km², o que o torna o 18º maior estado do Brasil. É limitado pelo estado do Pará, a oeste e sul; pela Guiana Francesa, a norte; pelo Oceano Atlântico a nordeste; pela foz do Rio Amazonas, a leste; e pelo Suriname, a noroeste.

A Cidade de Santana, está situada no segundo maior município em população e desenvolvimento econômico. Distante da capital Macapá, Santana com

vocação portuária tem a perspectiva de ser uma estratégia de desenvolvimento econômica Amapá. É no tecido urbana da cidade de Santana que nos propusemos investigar o fenômeno da antropização urbana na ressaca do bairro dos Remédios.

O estudo sobre a realidade das ocupações humanas em áreas úmidas nos centros urbanos das cidade Macapá e Santana no Estado do Amapá já tem despertado diversos autores que buscam sistematizar o “olhar” científico sobre diversos aspectos dessa realidade. O primeiro contato com esses assentamentos impressiona pela descrição: “os moradores se organizaram em moradias em Palafitas¹ interligadas em passarelas de madeira e algumas em concreto armado como se fossem ruas e avenidas que cortam o assentamento”. É notório que as áreas úmidas dos centros urbanos têm atraído um grande contingente nesse processo de ocupação. Apesar dos impedimentos legais previstos em lei, o poder público não exerce controle devido que impeça as ocupações. (TOSTES, 2015)

O homem na busca por um lugar para morar interage com o ambiente transformando-o e adaptando-o culturalmente e economicamente. Essa trajetória tem sido realidade desde a origem do ser humano. Nem sempre essa relação com o ambiente é harmoniosa, principalmente a partir da escala industrial, o espaço passou a ser objeto de valor da disputa desigual. É nessa configuração que o espaço urbano foi construído. Para Corrêa (1989), o espaço urbano pode ser definido como o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Para o autor, os usos definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado. Entretanto, temos de considerar que a produção de espaços na área urbana também é ação de grupos excluídos. A dinâmica capitalista no urbano acentua as desigualdades. E é assim que os espaços tidos por áreas protegidas por lei são transformados em ocupações irregulares pela ação de pessoas excluídas de políticas públicas de habitação. (CORRÊA, 1989)

O município como gestor da organização do espaço urbano tem como instrumento para a gestão territorial as leis dentre elas, o Plano diretor. Por meio da

¹Sistemas construtivos usados em edificações localizadas em regiões alagadiças cuja função é evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza dos rios.

articulação do Plano diretor com os planos setoriais, a gestão consegue planejar questões suscitadas na relação da ocupação do espaço urbano. Para isso, tem de ter à mão o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, a Lei de Parcelamento do Solo, a Lei de Perímetro Urbano, a Lei ambiental e demais que cercam o arcabouço jurídico para fins de organização espacial.

No caso do Estado do Amapá, o interessante é que os dois maiores municípios, Macapá e Santana, têm esses instrumentos legais. Daí o questionamento: esses instrumentos são utilizados no planejamento urbano?

O uso e ocupação do solo urbano na cidade de Santana teve uma relação conflituosa no processo histórico-espacial. Santana é considerada uma cidade média com população estimada de 119.610 habitantes (IBGE, 2018). Esse processo remonta à ocupação espacial das invasões estrangeiras e se adensou com a instalação da empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A. - ICOMI² em 1943, na margem esquerda do Rio Amazonas em frente à Ilha de Santana, com uma estrutura industrial de exploração de manganês, com exportação através de embarque dos minérios no porto de Santana, essa estrutura atraiu a população de migrantes nortistas e nordestinos devido à expectativa de emprego formal. Assim, chegaram aos milhares para ocupar esse espaço sem infraestrutura adequada e sem planejamento de ocupação. Só o censo da primeira década de instalação da ICOMI, considerando a população 1950-1960 (IBGE, 2018), indica que a taxa média de crescimento populacional foi de 6,14%, enquanto que a taxa nacional era de 2,99%.

Segundo Drumond (2007) a mineração mecanizada mobiliza diversos atores econômicos e sociais, por isso tem provocado crescimento populacional aonde se instala. No caso do Amapá não foi diferente; após a instalação da ICOMI, a população do então Território saltou de 37.477, em 1950 e para 114.359 habitantes em 1960. Nesse sentido, ressalte-se que Santana é a cidade portuária, então essa população tendeu a residir primeiro nesse espaço, depois procurou outros municípios ou não.

Porto (2007) constata que a concentração demográfica, econômica e de serviços no eixo Macapá-Santana ocorreu devido à implantação do processo

²Em 1953 o governo Federal autorizou a ICOMI (Indústria de comércio e mineração S/A) a explorar manganês na serra do navio durante 50 anos. A ICOMI em parceria com a mineradora americana Bethlehem steel começou a explorar o minério. Como a área onde o projeto seria instalado não possuía infraestrutura diversos investimentos foram feitos, dentre eles a estrada de ferro do amapá e as companytowns Vila Amazonas e Serra do Navio.

produtivo de exploração mineral industrializado do minério de manganês e de serviços, além de ser a porta de entrada do estado por via aérea e hidroviária. É nesse contexto e período que tem início o fenômeno de antropização urbana nas áreas de baixios do centro da cidade conhecidas como ressacas. Outros fatores também influenciaram no aumento populacional nos períodos posteriores até o presente momento. A falta do espaço urbanizado e planejado, associado ao fator socioeconômico empurra essa população para a ocupação das ressacas.

Podemos caracterizar as áreas de ressacas por meio das definições já elaboradas. Segundo Coelho et al. (2006), as ressacas constituem em bacias de recepção, ricas em biodiversidade, de dimensões e formas variadas, configurando como fontes naturais hídricas, e composição clorídrica e fauna e flora variadas, encravadas na formação barreiras, apresentando características evidentes de argila e areia no seu domínio, com comunicação endógena e exógena pertencente à rede de drenagem da bacia do Amazonas, ligando-se ao Oceano Atlântico. São extensas áreas úmidas chamadas localmente de "RESSACAS", que constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligadas a um curso principal d'água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea. (TAKIYAMA, et al., 2012).

Uma situação singular de moradia em áreas de vulnerabilidade social que precisa cientificamente ser estudada e tratada com propostas de solução é o caso da Ressaca do Bairro dos Remédios, localizada na direção do centro para o sul da cidade de Santana-Ap. A ocupação surgiu por volta do final da década de 1980, por diferentes direções de ocupação. A área de 248.707 m² ocupada por uma população que mora em palafitas na extensão das vias do bairro através de pontes em madeira. Situação típica dessas ocupações é a falta de regularidade do fornecimento de serviços públicos de abastecimento de águas e energia, além de outros. Isso resulta em ligações clandestinas, popularmente chamadas "gatos". Como a ocupação se dá em áreas de baixios, se faz necessária a construção de passarelas em madeira para a mobilidade dos moradores. Essas passarelas interligam as ruas e avenidas do bairro, conforme a figura 01.

Foto 01 - Passarela Senador Teotônio Vilela. Bairro dos Remédios. Santana-AP



Fonte: Google Maps. (2018)

A Ressaca do Bairro dos Remédios é identificada como extensão da Ressaca da bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza, área caracterizada como bacias de acumulação temporária (TAKIYMA, et al, 2012). As ocupações de moradias conforme a Figura 01 estão inseridas na área de natureza inundável, com estruturas montadas em nível com elevação aproximadamente um metro acima da superfície da área úmida. (RABELO et al., 2008) Assertiva que recebem influências por regimes de marés e chuvas, bem como compreendem sistemas exclusivamente fluviais e estão na zona estuarina amazônica.

O Bairro dos Remédios até o ano de 2011 era considerado o terceiro maior bairro da cidade de Santana, conforme o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS/PMS (2011). Foram construídas passarelas de acesso e mobilidade na área no modelo de concreto pré-moldado em apenas duas vias, as demais são passarelas em madeira de lei. As casas são dispostas nas vias das passarelas juntas umas das outras pelo fator do adensamento populacional em toda a área.

Consultando a Revista do PMHIS (2011), vemos a descrição geográfica do Bairro:

O bairro dos Remédios compreende uma área de aproximadamente 868.604 m², sendo 27% do bairro está em área de ressaca e os domicílios improvisados chegam em torno 3528. Segundo o Plano Diretor do Município de Santana, o Bairro dos Remédios é uma zona morfológica semi-consolidada da ocupação recente, com predomínio de uso residencial padrão construtivo de baixa renda. Quadras permeáveis de tamanho e formas variáveis sem infraestrutura básica, contando com uma rede elétrica deficiente e em fase de implantação padronizado (PMHIS, 2011, p.13)

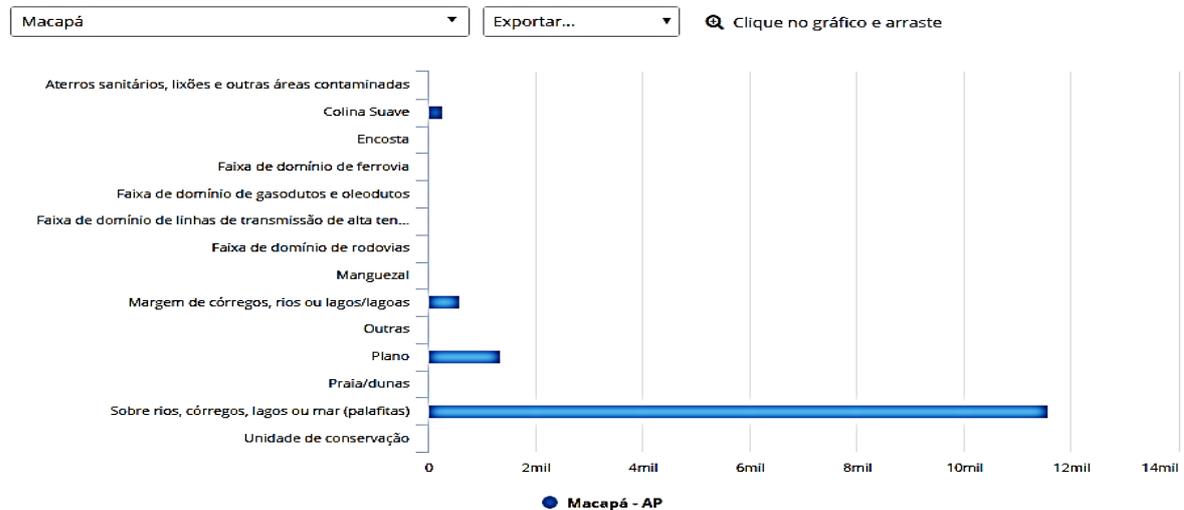
As informações do PMHIS/PMS reforçam a compreensão que temos da falta de urbanização e planejamento com planos de habitação e organização do espaço favorecendo a ilegalidade da ocupação na Ressaca do bairro. Até a época do levantamento do diagnóstico das informações de moradias na Ressaca, haviam 3528 moradias. A presente pesquisa irá buscar a atualização desses números para constatar se aumentou ou diminuiu, e que fatores contribuíram para esse movimento.

A partir do Censo de 2010, o IBGE trouxe as informações territoriais de populações de aglomerados subnormais, áreas consideradas como uma consequência da má distribuição de renda e do déficit habitacional no país. No Amapá, conforme figura 01, a predominância de moradias em territórios subnormais é sobre rios, córregos, lagos ou mar em modelo de habitações tipo palafitas. No site aparece somente a cidade de Macapá como referência, mas a cidade de Santana revela a mesma característica de ocupação tipo subnormal.

Figura 02 - Aglomerados subnormais - Macapá

Principais resultados - Aglomerados subnormais - Informações Territoriais

Domicílios particulares em aglomerados subnormais, por localização, 2010



Fonte IBGE, acessado em 12/11/2018

Apesar da figura 02 apresentar a realidade da Cidade de Macapá-AP, a situação na Cidade de Santana-AP apresenta igual característica. A predominância de aglomerados subnormais em áreas de baixios alagados.

Segundo o Plano Diretor do Município de Santana (2006), o Bairro dos Remédios é uma zona morfológica semi-consolidada de ocupação recente, com

predomínio de uso residencial padrão construtivo típico de população de baixa renda. Quadras permeáveis de tamanho e formas variáveis sem infraestrutura básica, contando com deficiência na rede elétrica e sem asfaltamento. Os lotes são nos padrões definidos no início da ocupação urbana na casa dos 300 m². Existe déficit de infraestrutura especial serviço de arruamento e demarcação dos lotes por se tratar de áreas baixas. O mapa abaixo mostra a delimitação dessas áreas.

Figura 03 - Mapa de Localização do Bairro dos Remédios/Santana-AP



Fonte: Google Maps (2018)

Ao pesquisar sobre a história do bairro, verificamos que em 1981 a área hoje denominada de bairros dos remédios I e II, não possuía definição de propriedades e posses, existiam muitas áreas vagas (volutas), daí então a população começou se apossar dessas áreas. Em 1986, o então Agente Distrital de Santana Rodolfo Juarez, solicitou que ao Chefe de Regularização Fundiária Senhor Miguel da Silva Duarte ordenasse e definisse o loteamento onde pudesse ter Ruas, Avenidas, Travessas, Quadras, Lotes. Dois fatores contribuíram para a denominação do novo bairro: na época Fernando de Noronha, possuía um bairro denominado de Vila Dos Remédios e a localização do Hospital de Santana ficava na área, então os técnicos discutindo um nome, denominaram de **Bairro Dos Remédios**.

A mesma Lei ³ que cria o bairro o subdivide em dois. No artigo 22, está mencionada a subdivisão em Bairro dos Remédios I e Bairro dos Remédios II, e que “poderão ser delimitados por ato do Prefeito, mediante consulta popular”, fato é que

³ Lei Municipal nº 456/1999-PMS. Dispõe sobre a denominação e delimitação oficial dos bairros da Cidade de Santana.

nunca houve regulamentação desse artigo. Mas popularmente o bairro é conhecido como Remédios um e Remédios dois.

Aprofundando a pesquisa sobre a origem da área em estudo, detectamos que a ocupação dessa área se deu com a empresa Indústria e Comércio de Mineração S/A – ICOMI, instalada no Amapá em 1958 para a exploração e exportação de manganês em Serra do Navio/AP. A estrutura do complexo da empresa de mineração continha duas vilas operárias denominadas Company Town, a Vila de Serra do Navio e a Vila Amazonas em Santana, na margem do Rio Amazonas.

Para o sistema de funcionamento da Vila Amazonas, a empresa delimitou uma área de segurança que compreendia o entorno da Vila. Essa área funcionava como uma barreira sanitária e de proteção ao acesso tanto de pessoas como de insetos e doenças.

Por conta de alagamentos e combate às epidemias, a empresa construiu um canal de drenagem que interligava a Bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza até o Igarapé mata-fome e desaguando no Canal da empresa BRUMASA⁴, empresa do mesmo grupo da ICOMI, que explorava a fabricação de compensados de madeira. Esse canal fazia parte da estrutura sanitária montado pela ICOMI. Era regularmente limpo e drenado contra assoreamento. Formava uma espécie de arco de segurança no entorno da Vila. Além do monitoramento de limpeza, eram feitas análise da qualidade de água e combate aos mosquitos.

Em entrevista com o Doutor José Luis Ortiz Vergulino, conseguimos informações mais fidedignas do processo de construção e uso do canal pela empresa. Trouxemos para o corpo da dissertação a fala do informante.

“Esse sistema de canais tinha uma força braçal de quarenta e duas pessoas trabalhando o ano todo diuturnamente para manter limpo para que a água estivesse sempre corrente, com isso limpava a reprodução de mosquitos da malária”. (Informação verbal do Dr. J.L. Ortiz Vergulino)

Esse sistema regulava também as cheias nos períodos de marés altas, evitando os alagamentos e estava interligado ao sistema de drenagem das águas pluviais que desciam da Vila Amazonas em direção de gravidade ao canal. Essa área antes de ser invadida e denominada de bairro, era chamada de Canal da ICOMI.

⁴Em fevereiro de 1968, passaria a funcionar em Santana a fábrica de compensados da empresa Bruynzeel Madeira S.A. (BRUMASA). Tal empreendimento, originado de um acordo entre a ICOMI e um grupo de empresários holandeses, teve como atividade principal a fabricação de compensados a partir dos recursos florestais locais, como também a exploração da virola (*Virola surinamensis*).

Outras três propriedades compreendiam o espaço que ia da rua Costa e Silva até o limite do canal. Essa área era chamada de “Baixada do Japonês”, pois seus proprietários, Nobotoci Yocu Makiko e Takuti Honda ocuparam e registraram a área.

A área de estudo teve uma descrição da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Município de Santana, dividindo essas características na subdivisão Bairro dos Remédios I e II, conforme as tabelas abaixo.

Quadro 01 – Descrição da Organização espacial do Bairro dos Remédios I
BAIRRO DOS REMÉDIOS I

BAIRRO DOS REMÉDIOS I	
Área Total do Bairro	431.884,70 Metros Quadrados
Perímetro do Bairro	2.830,57 Metros Lineares
Área de Terra Firme	319.099,90 Metros Quadrados
Área Inundável	112.784,80 Metros Quadrados
Ruas	Parte da Rua Presidente Costa e Silva
	Parte da Rua Presidente Jonh Kennedy
	Parte da Rua Pedro Salvador Diniz
	Parte da Rua Pastor Sozinha
Avenidas	Parte da Avenida Maria de Oliveira Colares
	Parte da Avenida Stélio de Oliveira
	Parte da Avenida Tocantinópolis
Travessas	Travessa Veiga Cabral – CEP: 68.927,072
	Travessa Senador Teotônio Vilela – CEP: 68.927,069
	Travessa Senador Nilo Coelho – CEP: 68.927,066
	Travessa Mário de Andrade- CEP: 68.927,063
	Travessa Atlântida – CEP: 68.927,060
	Travessa Tocantinópolis
	Parte da Travessa 08
	Parte da Travessa 09
	Parte da Travessa 10
Parte da Travessa 15	
Passarelas	12
Quadras	22
Lotes	483
Edificações em Terra Firme	523
Edificações em Área Inundável	438
Praça / Pública	01
Prédio Municipal / CRAS	01
Hospital / Público	01
Creche	01
Prédio Municipal / Feira Livre	02
Passarelas	12
Total de Edificações	967
LIMITES E CONFRONTAÇÕES	NORTE: Com o Bairro Nova Brasília
	SUL: Com o Bairro Dos Remédios II
	LESTE: Com os Bairros Nova Brasília e Provedor II
	OESTE: Com o Bairro Hospitalidade

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEMDUH.

Quadro 02 – Descrição da Organização espacial do Bairro dos Remédios II
BAIRRO DOS REMÉDIOS II

BAIRRO DOS REMÉDIOS II	
Área Total do Bairro	426.843,14 Metros Quadrados
Perímetro do Bairro	2.968,22 Metros Lineares
Área de Terra Firme	287.985,69 Metros Quadrados
Área Inundável	138.857,45 Metros Quadrados
Ruas	Parte da Rua Claudio Lucio Manteiro
	Parte da Rua Pastor Sozinha
Avenidas	Parte da Avenida Maria de Oliveira Colares
	Avenida Francisco de Melo Parente
	Avenida Portilho de Melo
	Avenida Bento Maciel Parente
	Avenida Ângelo de Moraes
Travessas	Avenida Gomes Freire de Andrade
	Travessa Souza Fundão
	Travessa 02
	Travessa 03
	Travessa 04
	Travessa 05
	Travessa 06
	Travessa 07
	Parte da Travessa 08
	Parte da Travessa 09
	Parte da Travessa 10
	Parte da Travessa 15
Rodovia Estadual	Parte da Rodovia Comandante Pedro Salvador Diniz
Passarelas	13
Quadras	17
Lotes	456
Edificações em Terra Firme	486
Edificações em Área Inundável	581
Escolas / Pública Estadual	01
Total de Edificações	1.079
LIMITES E CONFRONTAÇÕES	NORTE: Com o Bairro Dos Remédios I
	SUL: Com os Bairros Novo Horizonte, Daniel e Vila Amazonas
	LESTE: Com o Bairro Provedor II
	OESTE: Com o Bairro Hospitalidade

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEMDUH.

Conforme as informações do Quadro 01 e 02 disponibilizadas pela SEMDUH/PMS, Cerca de cinquenta por cento do Bairro dos Remédios é de áreas inundáveis. Essas áreas úmidas que sofrem a influência das marés.

É em cima dessa área alagada que sofre influências das marés do Rio Amazonas que adentra pelo Rio Fortaleza corta o tecido urbano da Cidade de Santana e sai pelo canal da BRUMASA que estão assentados as aproximadamente 600 famílias do bairro dos Remédios, objeto de estudo da presente pesquisa.

Conforme a figura abaixo do mapa que produzimos para delimitar a área de ressaca do Bairro dos Remédios, percebemos que o adensamento da ocupação no espaço do bairro se dá mais na área inundada.

Figura 04 - Identificação da Área de Ressaca do Bairro dos Remédios/ Santana-AP em Imagem de Satélite



Fonte: Google Maps. (2018) adaptado pelo autor.

Ao olhar atentamente para a Figura 03 da identificação da área do objeto de estudo, percebemos algumas informações de leitura do mapa. Primeiro o destaque do “canal da ICOMI” em linha reta no centro da mancha de ocupação. Isso evidencia que o canal foi planejado e construído aproveitando o curso natural. Houve um processo de georeferenciamento na construção dessa obra que deveria continuar sendo bem aproveitado. Segundo, chamamos atenção para os caminhos da ocupação que se dão na direção das vias de ruas e avenidas em direção ao canal. Terceiro aspecto mostrado na imagem é que quanto mais se aproxima da área de baixio, mais se percebe o adensamento de moradias, tendo em vista que o espaço se torna desordenado e sem regulação fundiária. Outros aspectos, vamos mencionar nessa leitura nos capítulos posteriores.

A relevância do presente estudo está na possibilidade de investigar o “olhar” dos atores sociais no sentido de revelar como os moradores locais e a gestão pública municipal dão significado ao fenômeno social em estudo. A contribuição da investigação para a melhoria da qualidade de vida dos moradores se dará através de

ações participativas que envolvam a comunidade na construção de solução viável ao bem-estar social.

Conhecendo o objeto deste estudo – O Fenômeno da Antropização Urbana na Ressaca do Bairro dos Remédios em Santana/AP: Desafios para Elaboração de Políticas Públicas de Gestão Ambiental -, no sentido de delimitá-lo, foram elaboradas as seguintes questões que nortearam o estudo: Como ocorre o processo de antropização nas áreas úmidas (Ressacas), na área urbana do Município de Santana? Quais os fatores de causas e consequências desse fenômeno? Quais os impactos ambientais desse fenômeno para a cidade? Que estratégias/instrumentos de controle social e ambiental estão funcionando no enfrentamento do fenômeno? Como instrumentalizar o enfrentamento dos desafios da elaboração de políticas públicas da gestão ambiental?

A elaboração dos objetivos do estudo teve a preocupação de investigar o fenômeno da antropização na área de ressaca do Bairro dos Remédios em Santana e seus desafios para elaboração de política de gestão ambiental, bem como investigar como as áreas de ressacas da cidade de Santana são tratadas enquanto temática da política de gestão ambiental; diagnosticar a realidade ambiental da área de ressaca do Bairro Remédios, para identificar os impactos ambientais; identificar as políticas públicas voltadas para essa população investigada e ações desenvolvidas em curto, médio e longo prazo; e, identificar elementos que subsidiem a instrumentação de políticas para Áreas de Proteção Ambiental (APPs) na cidade de Santana/AP com base no fenômeno de antropização da ressaca do bairro dos Remédios.

Buscando operacionalizar este estudo sobre o fenômeno social da ocupação de áreas de ressacas, foram elaborados pressupostos teóricos que deram sustentação ao objeto de estudo, discorrendo sobre os conceitos: Antropização Urbana, Ressacas, Políticas Públicas e Gestão Ambiental.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

“O futuro tem um coração antigo” (Carlo Levi)

O tratamento da temática ambiental exige uma observação minuciosa na revisão bibliográfica dos conceitos relacionados à pesquisa no qual nos propomos a realizar. Para construção do conhecimento elegemos os conceitos de Políticas Públicas, Gestão Ambiental, Antropização Urbana, Áreas de Ressacas, e a serem revistos e estudados para embasamento teórico da presente proposta.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Dias e Matos (2008) iniciam a descrição do conceito de políticas públicas pela conceituação etimológica do termo *politics* como conjunto de interações. As interações, segundo os autores, definem as estratégias entre atores para fins de melhoramento de rendimento e alcance dos objetivos. Dessa forma, *politics* se refere à organização, seja de empresa, clube, família ou qualquer grupo específico (DIAS; MATOS, 2008).

Ainda conforme os autores, o termo *policy* deve ser entendido como a ação do governo. A política no sentido de *policy* são ações executadas por uma autoridade legitimada.

Nesse caso, a política pode ser adjetivada em função do campo de sua atuação ou especialização da agencia governamental encarregada de executá-la. Desse modo podemos nos referir à política de educação, saúde, assistência social, agrícola, fiscal etc., ou seja, são produtos de ações que têm efeitos no sistema políticos e social. (DIAS ; MATOS, 2008)

Os termos de origem anglo-saxões que os autores descrevem são aplicados na compreensão da língua portuguesa pela expressão Políticas Públicas. (Dias e Matos, 2008)

A conceituação de políticas públicas passa a se referir ao conjunto de atividades que dizem respeito à ação de governo, e constituem um elemento comum de decisões de governo.

Lima e D’ascenzi (2016) elencam cinco elementos para delimitar uma definição para as políticas públicas:

Em primeiro lugar, o elemento processual, destacando a política pública como um conjunto de entendimentos, decisões e ações analisadas e implementadas por diferentes atores. Em segundo, um elemento relacionado à finalidade – o objetivo de uma política pública é responder organizacionalmente a um problema interpretado como sendo social. Terceiro, uma questão substantiva, no sentido de que as políticas públicas são orientadas por valores, ideias e visões de mundo. Ou seja, elas não são neutras, mas expressam entendimentos prevaletentes na sociedade em dado momento. Em quarto lugar, a dinâmica de interação e conflito entre os atores que as permeiam; isso se deve ao fato de que o processo das políticas públicas promove a (re) alocação de recursos sociais. E, por último, uma decorrência: uma política pública (trans) forma uma ordem local, isto é, um sistema em que os atores (inter) agem e (re) manejam recursos. Esse sistema de ação busca orientar e delimitar a ação social por meio da (trans) formação de estrutura(s) social(is) (LIMA; D'ASCENZI, 2016).

Uma das correntes de grande relevância, o racionalismo, possui extensa relevância na formulação de políticas Públicas. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade no campo dos estudos sociais das políticas públicas, como conceito de policy makers (decisores públicos).

Segundo Simon (1957), a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por motivos diversos, que vão desde informações incorretas até o próprio desinteresse dos gestores. O autor complementa que o enfrentamento das dificuldades pode ser ampliado até o ponto que alce resultados satisfatórios.

A complexidade do tema políticas públicas é muito ampla, mas direcionada para a questão urbana nos possibilita pensar a partir da gestão ambiental urbana a elaboração de políticas públicas.

Seguindo essa preocupação de racionalidade e políticas públicas, a elaboração do Estatuto da Cidade⁵ estabelecido através da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, em seu artigo 2º, sobre os objetivos da política urbana, é: “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”. O texto da Lei nos mostra a definição de atribuições para cada nível da federação no planejamento local.

Ao pensarmos em Políticas Públicas podemos compreendê-las a partir dos elementos que a compõe, então, como conceitua TEXEIRA (2002) são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em

⁵ Lei promulgada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelecer diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. As políticas públicas traduzem no processo de elaboração e implantação e principalmente nos resultados, as formas de exercício da gestão política. É nesse processo que empoderamento à sociedade se faz necessário para a participação efetiva de atores sociais que reclamam, discutem e influenciam nos processos de decisão, de repartição dos recursos e da implantação das ações de bens sociais.

Segundo Texeira (2002), a participação da sociedade no processo de elaboração de políticas públicas é de fundamental importância para a legitimação dos seus processos. O referido autor ainda faz distinção entre políticas públicas e políticas governamentais usando como parâmetro de distinção: “a quem” se destinam essas políticas.

Elaborar uma política pública significa definir *quem* decide o *quê*, *quando*, com que *consequências* e *para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. (TEXEIRA, 2002, p.02)

Políticas públicas destinadas à sociedade civil têm como papel fundamental o atendimento das necessidades desta levando em consideração a resposta às demandas de grupos considerados como marginalizados (TEXEIRA. 2002. p.03).

O conflito entre desenvolvimento e sustentabilidade sempre configuraram o desafio de estabelecer políticas públicas ambientais. A questão ambiental não foi prioridade no processo de industrialização brasileiro, uma vez que são vários os exemplos de descaso do setor industrial com a questão ambiental. Segundo Quintas 2006, o atraso no estabelecimento de normas ambientais e agências especializadas no controle da poluição industrial, demonstram que a questão ambiental não configurava entre as prioridades de políticas públicas.

A estratégia de crescimento econômico associado ao processo de industrialização privilegiou setores intensivos em emissões. Embora o Brasil tenha avançado na consolidação de uma base industrial diversificada, esse avanço esteve calcado no uso intensivo de recursos naturais (energia e matérias primas baratas). Amplas foram as dificuldades no sistema de comando e controle na gestão de

recursos ambientais. O problema é agravado pela falta de informações sobre a extensão e a relevância dos problemas resultantes da degradação ambiental.

Existem graves problemas de fiscalização devido, fundamentalmente à escassez de recursos humanos e financeiros. Excesso de rigidez do sistema de normas atualmente vigente, que restringe a flexibilidade das ações dos gestores ambientais.

A Constituição Federal no Artigo 225 estabelece o ambiente equilibrado como um direito e bem de uso comum da população. Para garantir esse princípio, a própria Carta magna impõe algumas incumbências que apontam para a preservação e restauração dos processos ecológicos, proteção da fauna e da flora e a educação ambiental como instrumento de conscientização. (QUINTAS, 2006)

Qualquer ato ou ação contrária a este princípio básico é ilegal. Outros princípios estabelecidos na Constituição são: o da sustentabilidade, impondo-se ao poder público, e à coletividade, o dever de defender e preservar o ambiente para a presente e futuras gerações; e o da responsabilidade ambiental, imputando o ônus da recuperação dos impactos e danos ambientais ao agente causador dos impactos ou danos ambientais.

3.2 GESTÃO AMBIENTAL

Para entender melhor as políticas públicas direcionadas à gestão ambiental no Brasil, temos como referência inicial a Carta Magna. Segundo Quintas (2010. p.72), a Constituição Federal, em seu artigo 225, ao estabelecer o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito dos brasileiros, “bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida”, também, atribui ao “Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Assim, trata-se da defesa e preservação pelo Poder Público e pela coletividade de um bem público, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, cujo modo de apropriação de seus elementos constituintes pela sociedade pode alterar suas propriedades e provocar danos ou, ainda, produzir riscos que ameacem sua integridade.

A mesma coletividade que deve ter assegurado seu direito de viver num ambiente que lhe proporcione uma sadia qualidade de vida também precisa utilizar os recursos ambientais para satisfazer suas necessidades. É nesse conflito de direitos e

necessidades que se encontra o dilema daqueles que não tem moradias em lugares planejados e disponíveis pela gestão urbana. A falta de planejamento de habitação de interesse social pressiona a população à ocupação desordenada e agressão ao meio ambiente.

Em nível nacional, a política de meio ambiente através da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, define no art. 2º, que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os princípios de proteção de áreas ameaçadas de degradação e educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Os conceitos definidos “proteção e educação ambiental”, como instrumentos de sensibilização e enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais em todos os ambientes humanos, ainda é um desafio relevante para todas as instituições sociais ou de gestão administrativa. Sendo esse um instrumento institucionalizado, vemos que a aplicação dessa política pública ainda necessita de propostas de ações efetivas.

Segundo Quintas (2006), o ser humano sempre dependeu do meio ambiente para sua sobrevivência, causando alterações neste meio, decorrente da sua exploração. O ambiente é caracterizado pela relação dos seres entre si e com o meio físico natural. Para Netto; Gois; Lucion (2017), a sociedade é produto e produtora de tensões ambientais. Isso explica as transformações que ocorrem no meio físico como resultado dessa relação.

No Brasil, Segundo Barreto (2001), a política e legislação ambiental está centrada em instrumentos de gestão ambiental, tais como:

O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, a criação de espaços territoriais protegidos, a avaliação ambiental de empreendimentos considerados potencialmente poluidores, o licenciamento ambiental desses empreendimentos, a participação pública, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, o sistema de informações ambientais, o acesso público a essas informações, entre outros. (BARRETO, 2001)

A política ambiental brasileira tem, além dos instrumentos já mencionados por Barreto (2001), outros conforme o gênero e espécie da ação que norteiam o

controle, a defesa, a educação e a promoção do meio ambiente, sendo assim, o sistema ambiental tem todos os parâmetros legais de ação. O Quadro abaixo descreve esses instrumentos.

Quadro 03- Principais Instrumentos da Política Ambiental Pública Brasileira

GÊNERO ESPÉCIE	
Comando e Controle	Padrão de emissão.
	Padrão de desempenho.
	Proibições e restrições sobre produção, comercialização e uso de produtos.
	Licenciamento Ambiental.
Econômico	Tributação sobre poluição.
	Tributação sobre o uso de recursos naturais.
	Incentivos fiscais.
	Criação e sustentação de mercados.
	Financiamentos em condições especiais.
	Licenças negociáveis.
Diversos	Educação ambiental.
	Reservas ecológicas e outras áreas de proteção ambiental.
	Informações ao público.
	Mecanismos administrativos e jurídicos de defesa do meio ambiente.

Fonte: Barbieri *apud* Silva Filho (1997)

Conforme Barbieri (1997), os quatro eixos do Gênero Diversos estão diretamente identificados com o papel da gestão municipal no direcionamento de ações e formulação de políticas públicas ambientais para o enfrentamento da realidade local.

Os principais instrumentos da política brasileira de gestão ambiental pública são, de um lado, o comando e controle através do licenciamento, que procura manter os efeitos das atividades antrópicas sob controle. De outro, a conservação, através das unidades de conservação da natureza e corredores, que procuram conservar as partes mais significativas do ambiente natural e da cultura humana no território nacional.

No âmbito municipal, a política ambiental se dá por meio da legislação municipal e órgãos de controle, entretanto devido a fragilidade desse ente como integrante e ponta do sistema nacional do meio ambiente, resulta em “gargalos,” segundo Leme (2010). Entre os gargalos apontados pela autora, estão: falta de recursos financeiros, deficiência de disponibilidade de mão de obra técnica, descontinuidade de processos, desarticulação de controle ambiental, falta de participação nos colegiados da sociedade civil, entre outros.

Carlo (2006), ao analisar os dados relativos à gestão ambiental municipal, em 2002 e 2004, dessa mesma pesquisa do IBGE, conclui que a heterogeneidade presente nas estruturas de gestão ambiental dos municípios reflete, de maneira geral, as mesmas desigualdades estruturais de natureza econômica, social, política e de capacidade administrativa dos governos municipais.

A realidade do Município de Santana revela que as rupturas na gestão municipal em termos de direção, participação e fluxos de processos administrativos, além de interferências políticas, entravam o desenvolvimento pleno da política ambiental.

O município tem uma população estimada no ano de 2018 em 119.610 habitantes (IBGE, 2018), sendo o segundo mais populoso do estado, e a área é de 1 541,224 km². Dentre os principais problemas ambientais desse espaço está a ocupação desordenada. As áreas de baixios da cidade que ocupa uma faixa considerada passaram a ser densamente ocupadas a partir de meados dos anos 1980 e ainda está em ritmo acelerado, apesar de as leis ambientais tornarem essa prática crime ambiental. Os órgãos de controle estadual e municipal mesmo atuando frente às ocupações irregulares não conseguem deter as novas ocupações.

A moradia em áreas de ressacas passou a ser o tema principal da política ambiental, no entanto não se apresenta nenhuma alternativa em termos de solução viável até o presente para mudança dessa realidade. Ausência de controle e falta de planejamento urbano, segundo Tostes (2012), esses fatores aliados à alta concentração populacional podem ser apontados como principais influentes dessa realidade.

Macapá e Santana, juntas ocupam apenas 5,5% do território do Estado, entretanto possuem uma das mais altas densidades populacionais do norte do Brasil. Dos 669.526 habitantes do Amapá (IBGE, 2010), 381.214 residem na área urbana de Macapá, correspondendo a 95,73% da população de todo o município. Já Santana, o segundo município mais populoso do Estado,

apresenta uma população de 101.262 habitantes, sendo que 95.895 deles residem na área urbana, representando 94,70%. Parte da população das duas cidades, em sua maioria imigrantes que se deslocaram para o Estado nos últimos 30 anos, vive em áreas desestruturadas, sendo que, segundo dados do IBGE (2010), 20% da população vive em aglomerados subnormais², que no Amapá estão concentrados em áreas úmidas, denominadas ressacas. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (TOSTES, 2012.)

Buscar culpados para essa realidade não resolve o problema social instalado. A busca deve ser no sentido de formulação de políticas públicas para a população afetada e para a preservação do meio ambiente. O município precisa assumir o papel de gestor e a população o de se envolver na ação de participar dos processos decisórios da sua realidade.

No papel de gerir a política ambiental a gestão municipal tem enfrentado dificuldades em cumprir pelo menos as quatro atribuições básicas da pasta: o licenciamento, a fiscalização, o monitoramento e a educação ambiental. A gestão ambiental no município requer uma intervenção planejada, com o levantamento e mapeamento local e regional dos recursos naturais existentes e da forma como estão sendo preservados, utilizados ou degradados. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007)

No enfrentamento das ocupações em áreas consideradas subnormais, caracterizada na Cidade de Santana como áreas úmidas próximas aos córregos, demandam da gestão municipal instrumentos pelos quais não há aparelhamento nem de fiscalização e nem de monitoramento, daí a importância da educação ambiental como instrumento de gestão municipal implantada de forma articulada com as secretarias que compõem a gestão municipal e a sociedade civil.

A educação ambiental (EA) surge como uma das possíveis estratégias do enfrentamento da crise social, econômica que a civilização tem atravessado. Sua perspectiva focal visa à promoção do diálogo individual e coletivo de busca de soluções pelo bem comum: a defesa do meio ambiente. Sorrentino. et al (2005. p. 287) enfatiza que “à educação ambiental cumpre contribuir com o papel com o processo dialético Estado-sociedade civil, que permita definição de políticas públicas a partir do diálogo”.

Nesse sentido, a educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social (SORRENTINO, 2005)

A Política Nacional de Meio Ambiente define educação ambiental na Lei nº 9.795 como: Art. 1º Entendem-se por educação ambiental, os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Partindo dessa definição, podemos identificar nos termos de lei, que a EA é institucionalizada como instrumento de busca de solução de problemas na relação homem - natureza.

Segundo Bigliardi e Cruz (2007, p. 25), a sociedade atual, caracterizada pelo capitalismo segue seu curso, dirigida ao consumo. Trata o meio natural como fonte de matéria prima, de onde retira suas riquezas e deposita seus resíduos. O tratar dessa realidade com uso das ferramentas da EA, pressupõe ao pesquisador ou educador ambiental revelar paradigmas que conduzam ações inovadoras e atrativas ao público que se dispõe a intervir.

Segundo Loureiro (2004) é necessário um olhar mais crítico da realidade ambiental. O autor insiste que devemos nos apropriar de uma educação ambiental crítica, pois:

A educação ambiental transformadora enfatiza enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Está focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no relacionamento das diferentes necessidades, interesses e modos de relações na natureza que definem os grupos sociais e o lugar ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos. (LOUREIRO, 2004, p. 81)

Caminhando por essa perspectiva crítica sugerida pelo autor, a EA busca a prática social não somente nos moldes institucionais, mas na prática cotidiana da sociedade como um todo, quer seja por iniciativas individuais ou por mobilização coletiva. Entretanto, isso não isenta o poder público de agir favoravelmente com uso da EA na busca do enfrentamento da redução dos danos ambientais.

Dentro disso, segundo Rosa et al. (2015, p. 215), a EA tem importante tarefa de ajudar as pessoas a se questionarem sobre os problemas ambientais, compreendendo a inter-relação existente entre os grandes dramas ambientais e as decisões ético-político-econômicas que levaram a tais situações. Joviles V. Trevisol (2003) alerta que estamos diante de uma crise civilizatória, em que, “além de participantes, somos corresponsáveis” (TREVISOL, 2003, p. 55)

Aguça a importância da EA nesse contexto em função da capacidade em contribuir para estimular mudanças no ambiente, conforme Rosa nos informa:

(...) a educação ambiental é compreendida como uma estratégia de reflexão para a sociedade ou grupo pelo qual é desenvolvida no intuito de novamente estabelecer valores e criar uma nova identidade de indivíduo, considerando que este só poderá ser formado de modo a demonstrar o amadurecimento ambiental com base em um projeto que o insira como formador de opinião e não apenas como cumpridor de ordens ou regras. Sobretudo, lhe permita fazer parte do problema, o que lhe dá possibilidade de se enxergar como uma das chaves para a solução. (ROSA, et al., 2011, p. 215)

Essa compreensão deve fazer parte dos princípios da ação pedagógica das intervenções, o sujeito da ação também faz parte da solução. Essa atitude inclui os agentes locais que receberam (ão) intervenção como agentes “transformados” e “transformadores”, reflexivos e críticos. Paulo Freire descreve isso como o ato de educar e ser educado (FREIRE 2002, p. 22)

Ao olhar a realidade em que vivemos com múltiplas necessidades da sociedade e falta de acesso aos bens sociais, é preciso promover oportunidades pedagógicas que venham favorecer à concretização efetiva de direitos sociais e culturais dos cidadãos. Sobre esse olhar Jacobi (1988), declara que:

Quando nos referimos à EA, situamo-la num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e por conta disso, converter-se em ator corresponsável da defesa da qualidade de vida (JACOBI, 1988, p. 12)

Condicionante para isto é a decisão da mudança de mentalidade, participação individual e coletiva dos cidadãos e a oferta do poder público como agente protetor do meio ambiente e da população, buscando o equilíbrio e ferramentas daquilo que Carlos Loureiro chamou de Educação Ambiental Emancipatória⁶, compreensão complexa do meio ambiente de criar novos caminhos. (LOUREIRO, 2004, p. 81)

⁶ A Educação Ambiental (EA) Crítica/Emancipatória busca uma reeducação de valores, atitudes, afetividade com o meio ambiente, considerando este como um locus de ações sociais. Nesse contexto, é a partir da EA que se busca um novo olhar ao colapso ambiental no qual se encontra a sociedade pós-moderna.

3.3 ANTROPIZAÇÃO URBANA

Em se falando de sociedade capitalista, o espaço urbano adquire cenário peculiar resultante da apropriação desigual do solo pelo capital, onde a configuração espacial reflete o processo desigual de acumulação de riquezas e de privilégios concedidos pelo poder público.

A antropização é entendida como ação do ser humano sobre o meio ambiente. Também pode ser a ação, o ato ou o resultado da atuação humana sobre a natureza, com intencionalidade de modificação, independentemente do juízo de valor que se lhe (à modificação da natureza) atribua. Segundo Fernandes (2018), a antropia e antropização são termos que não apresentam regularidade em língua portuguesa, uma vez que nem todos os dicionários, pelo menos no Brasil, consideram suas existências e usos. Todavia, podemos encontrar, particularmente nos meios de consulta na Internet, referência à antropia como ciência que estuda a antropização, e esta como processo de transformação do meio ambiente provocado pela ação humana, podendo ser um processo construtivo ou destrutivo. Para o professor francês Bernard Elissalde (Universidade de Rouen), o fenômeno de antropização urbana é relativo à interação que o indivíduo faz com sua necessidade de ocupar. “Sempre que as sociedades humanas encontram um obstáculo ou um fator limitante, utiliza os recursos e o potencial de cada meio para moldar os territórios de acordo com suas necessidades atuais”.

“Os grupos sociais mais desfavorecidos passam a ocupar espaços de pouco valor comercial” (ROSA et al., 2015, p. 214). Dessa forma, os grupos de maior vulnerabilidade social ⁷ são forçados a ocupar, involuntariamente, áreas de preservação protegidas por lei, que já são ou tornam-se áreas de risco ambiental.

Existe uma ampla discussão no mundo científico sobre a conceituação de risco ambiental, queremos utilizar o conceito de Veyret e Richermond, (2007, p. 63) que fazem a seguinte definição: “Riscos ambientais resultam da associação entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território. ”

Assim, o risco é um objeto social, como afirma:

⁷Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos.

(...) não há risco sem uma população (ser social) ou indivíduo (ser biológico) que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimulados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal. (VEYRET; RICHERMOND, 2007, p. 11)

Os riscos produzidos pelo homem, chamados de riscos antropogênicos resultam da ação individual ou coletiva e estão diretamente ligados às transformações espaciais sobre o espaço natural, vinculada à ocupação socioeconômica produtiva. Assim, áreas protegidas são transformadas em áreas de risco ambiental não pela sua existência em si, mas pela ação antrópica da sociedade.

Segundo o Relatório do Mapeamento de Riscos⁸ de Desastres da Cidade de Santana (PANGEA, 2014), o risco em uma área é definido pela envoltória de edificações que formam uma área com características similares quanto ao padrão construtivo.

O risco pode ser expresso por uma equação onde Risco (R) é a probabilidade (P) de ocorrência de um acidente associado a um determinado perigo ou ameaça (A) e que pode resultar em Consequências (C) danosas às pessoas ou bens, em função da Vulnerabilidade (V) do meio exposto ao perigo e que pode ter seus efeitos reduzidos pelo grau de Gerenciamento (G) colocado em prática pelo poder público e/ou pela sociedade civil. (PANGEA, 2013, p. 07)

$$R \sim P(A) \times \frac{C(V)}{G}$$

Dessa forma o risco é classificado em:

R1 – Baixo;

R2 – Médio;

R3 – Alto; ou

R4 – Muito Alto.

O conceito de Vulnerabilidade da ocupação a desastres naturais, depende do risco existente e da capacidade de prevenção e resposta do poder público e da própria população.

⁸ Levantamento de dados e análise da vulnerabilidade a desastres naturais para elaboração de mapas de riscos e apresentação de propostas de intervenções para prevenção de desastres.

O grau de vulnerabilidade é definido pela análise dos indicadores relativos aos fatores de vulnerabilidade associados aos indicadores referentes aos fatores de risco.

A noção de vulnerabilidade associada à de risco, precisa ser esclarecida. Rebelo (2003), faz essa distinção de termos:

Independentemente das palavras utilizadas, está na prática, aceite por quase todos os que se dedicam a este tipo de estudos que o risco é então o somatório de algo que não tem a ver com a vontade do homem (aleatório, acaso, casualidade ou perigosidade), com algo que resulta da presença direta ou indireta do homem, ou seja a vulnerabilidade. (REBELO, 2003, p. 252)

Então a vulnerabilidade associada ao risco se intensifica mais ainda com a ocupação humana nas áreas identificadas de riscos.

3.4 ÁREA DE RESSACA

O Amapá, Estado ao Norte do Brasil, considerado o “mais preservado” da nação brasileira, apesar do marketing, apresenta algumas peculiaridades que precisam ser apresentadas. Dentre elas, destacamos a vulnerabilidade ambiental das áreas de Ressacas. Segundo Takiyama (2003, p. 82) “ressaca é uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá”. As características desse ecossistema foram identificadas pelo autor, especialista em estudos das ressacas urbanas das cidades de Macapá e Santana, e assim ele mesmo descreve: [...] “RESSACAS”, que constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligados a um curso d’água influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea”. (TAKIYAMA, 2003, p. 82)

As áreas úmidas ou de ressacas cumprem múltiplas funções, entre as quais, citamos: o valor econômico (representado pela pesca ou caça, agricultura, lazer, transporte, etc.) (MACIEL, 2001).

Ainda segundo Maciel, (2001), as áreas de ressacas proporcionam demais benefícios, tais como:

Clima: Como as ressacas são corredores de massa de ar naturais e cortam toda a cidade, pois sua disposição geográfica natural assim o permite. Possibilita um melhor deslocamento de ventilação para os centros urbanos, assim, dissolvendo a

sensação térmica de calor, proporcionando uma temperatura mais amena à população e desconcentrando os agentes poluentes de veículos automotores.

Biológico: Como as áreas de ressacas são criadores naturais para muitas espécies de peixes e crustáceos que migram com a finalidade de procriação e na sequência retornariam ao rio. Isso só será possível somente se houver canais naturais interligando os rios às áreas de ressacas. Entretanto, se for obstruído em consequência da urbanização através dos aterramentos; este ciclo da vida será alterado.

Drenagem: As áreas de ressacas interligam-se umas com as outras, assim permitindo-se um escoamento e deságue dos pequenos escoadores naturais para o rio Amazonas das águas das chuvas, prevenindo, assim, alagamentos das áreas próximas às ressacas, pois as mesmas funcionam como sistema de drenagem pluvial através de sua comunicação com o Rio Amazonas.

Maciel (2001), ainda informa outra função ambiental que a existência das ressacas proporciona: é o equilíbrio térmico através da umidade, através da troca de calor pelas existências de corredores de ventilação e pela cobertura de vegetação abundante.

Em 2011, o governo do Estado do Amapá em cumprimento à Lei Estadual nº 0835/2004, que menciona a responsabilidade e obrigatoriedade do Estado em conjunto com os municípios a realização do Zoneamento Ecológico-Econômico Urbano-ZEEU, como suporte do ordenamento das atividades de uso e de ocupação das ressacas. Essa elaboração contou com a participação do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá- IEPA e do Ministério Público Estadual. Ao final do estudo foi apresentado o relatório técnico em forma de livro intitulado Zoneamento Ecológico Econômico das Áreas de Ressacas de Macapá-AP e Santana-AP. Documento base de pesquisadores que se desdobram em pesquisar a complexidade socioambiental dessas áreas.

“O diagnóstico foi realizado abrangendo o meio físico, biótico e antrópico de algumas ressacas de Macapá-AP e Santana-AP” (TAKIYAMA, 2003, p. 17) alcançando os objetivos propostos de investigar a influência das marés na inundação de áreas de baixios (ressacas), a fauna e flora desses ambientes e os fatores sociais na ocupação irregular.

O conceito elaborado pelo IBGE e apresentado pelo manual de Referências Técnicas à elaboração da Base Territorial para o Censo Demográfico 2010, conceitua a tipologia aglomerados subnormais⁹ com as seguintes descrições:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas ...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (Aglomerados- Sub normais Levantamento de Informações Territoriais Referências Básicas. IBGE, 2009)

Além da descrição que define os aglomerados subnormais, as identificações desses espaços urbanos também obedecem aos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) possuírem pelo menos uma das seguintes características:
 - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas
 - ausência de serviços públicos; e
 - precariedade de serviços públicos essenciais.

Os Aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias:

- a) invasão;
- b) loteamento irregular ou clandestino; e
- c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

Os aglomerados subnormais devem ser identificados nas áreas urbanas e nos aglomerados rurais do tipo extensão urbana. (IBGE, 2009)

É nessa descrição do Censo 2010, que as áreas de ressacas estão enquadradas como aglomerados subnormais, conforme a descrição da forma de ocupação. O que demonstra a importância do presente estudo.

Também fazemos uso das informações desse estudo singular para descrever os moradores, a condição dessas moradias, a realidade sanitária, as condições de saúde, a criminalidade dentro e fora da comunidade. São informações pertinentes ao trabalho científico da presente proposta. Conhecer é o primeiro passo para transformar. Conhecer as ressacas urbanas de Santana-AP possibilita dimensionar o tamanho da responsabilidade de propor redenção social a essa população.

⁹Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação.

Nesse sentido, vimos a necessidade de caracterizar duas linhas de investigação: primeiro o marco legal de proteção a essas áreas, os motivos da ausência de fiscalização da ocupação irregular, inquirir conhecimento do processo de ocupação em relação ao ritmo e fatores influentes; depois analisar a população em si que vem ocupando essas áreas. O olhar desses atores com relação aos impactos ambientais do qual estão inseridos.

O ZEEU revelou que o uso e a ocupação das áreas úmidas vêm ocorrendo de maneira totalmente desordenada (TAKIYAMA, 2011, p. 17), ocasionado principalmente pela falta de planejamento urbano e pela explosão demográfica, representada por uma taxa de crescimento de 3,44% (IBGE, 2010). Segundo Portilho (2010), cerca de 19% da população urbana viviam em ressacas. Esse estudo fazia referência ao ano 2000. Atualmente não existem dados a respeito do número de pessoas vivendo nessas áreas. Notamos, porém o agravamento dessa ocupação e presumimos as consequências desse movimento nos impactos ambientais. Segundo a autora, existe uma estreita relação entre meio físico e meio social que se agravam.

Considerando a existência de ocupação de diversos pontos das áreas de ressaca, estas devem ser entendidas não apenas na sua estrutura física, que por si não consegue dar conta da complexidade de realidades ali existentes, mas como espaços sociais, como fruto da dinâmica das relações desiguais estabelecidas na sociedade. Diante de tal realidade nos propomos a entender as consequências socioambientais da ocupação das áreas de ressaca no sítio urbano de Macapá. (Portilho, 2010, p. 2)

De igual forma essa complexidade se dá nas áreas de ressacas da cidade de Santana, em que o ambiente natural recebe ação antrópica, e se torna ambiente de segregação espacial e social. “As áreas de ressacas devem ser assim entendidas não apenas como na sua estrutura física, ambiente natural, mas como espaços fruto da dinâmica urbana das desigualdades sociais” (PORTILHO. 2010, p. 13).

Entretanto, nem sempre essa lógica de segregação é verdadeira, pois segundo Luis Takiyama, muitos moradores de áreas de ressacas têm poder aquisitivo e buscam essas áreas por outros fatores diversos, como a tranquilidade, a contemplação, o apego cultural e outros”.

Tostes (2012) aponta alguns fatores da cidade desordenada, os quais são:

Os problemas urbanos ocasionados pelo crescimento caótico nas principais cidades do Amapá, são consequência também da falta de articulação entre as cidades e da integração dos poderes públicos nas diferentes esferas, na implementação de políticas públicas, levando em consideração as

especificidades locais. Além disso, reforça a baixa capacidade institucional das estruturas públicas, no acesso e execução de recursos públicos, necessários para prover as principais cidades amapaenses de estruturas urbanas necessárias a uma adequada qualidade de vida da população. (TOSTES, 2012, p.93).

Parece ambígua essa realidade, ao mesmo tempo em que o Estado se ausenta na prestação de serviços públicos e planejamento de políticas sociais, ele aparece nas causas do crescimento populacional atraindo populações das áreas ribeirinhas do Estado do Amapá e Estado do Pará por meio de propagandas de acesso ao trabalho, renda e serviços. A falsa ideia da vida melhor na cidade induz essas populações a migrarem para esses centros urbanos.

A legislação municipal garante proteção a essas áreas, porém não há ações efetivas de monitoramento, de fiscalização e nem de educação ambiental. O Plano Diretor de Santana, de 11 de outubro de 2006, através da Lei nº 002/2006, no seu Art. 4º, Parágrafo Único, diz:

As possíveis áreas de proteção e recuperação das ressacas e baixios tem como função social a manutenção do ecossistema, o aproveitamento turístico, e o controle da ocupação e uso do espaço urbano, assim como os casos específicos da área rural (PMS, 2006, p.7)

A lei municipal do PDP/2006, no Capítulo II, Do zoneamento, Art. 36. A Macrozona Urbana define ZEIA- Zona Especial de Interesse Ambiental. Caracteriza-se como área de grande valor ambiental e paisagístico (PDP. 2006. P. 25). O interessante é que a localização da ZEIA não coincide com as áreas de ressacas da cidade que estão localizadas nas zonas residenciais, zoneadas em Zona Residencial de Baixa Densidade – ZRBD, Zona mista de Baixa Densidade – ZMBD, Zona de Interesse Portuário – ZIP. Isso revela que o próprio poder público legitima no seu zoneamento a ocupação irregular das moradias em ressacas.

Quando se fala de “redenção social¹⁰”, tal expressão do conceito de Saviane(2007) que pode ser aplicado à educação, onde a práxis educacional concebe a sociedade como um ser orgânico que deve ser restaurado e tratado (SAVIANI, 2007, p. 81). Então o que fazer para tratar dessas centenas e milhares de famílias residentes em áreas de ressacas que geralmente vivem à margem dos serviços públicos.

¹⁰Concebe a sociedade um todo orgânico que deve ser mantido e restaurado através da educação, pois o que importa é conservar e consolidar os conceitos, crenças e valores éticos que tornam possível a convivência em sociedade. A educação, nessa tendência, tem por finalidade a adaptação do indivíduo a sociedade (SAVIANI, 1987).

A área de Ressaca do Bairro dos remédios em Santana-AP está situada na área de influência da bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza. Segundo Silva (2005), em todo o Estado do Amapá, existem trinta e nove bacias hidrográficas. Destas, treze têm seus rios principais desaguando no estuário do rio Amazonas e os demais diretamente no oceano Atlântico.

Ocorre que a inundação nessa área tem dois fatores conforme o Relatório de Riscos do Município de Santana: a ocorrência de marés altas e o acúmulo de águas pluviais em tempo invernosos. Associado aos fatores de antropização pelo acúmulo de resíduos nos canais esses fatores são potencializados em inundações. (PANGEA, 2014, p.09).

O mapeamento de risco de Santana-AP identifica quatro produtos de atividade no estudo:

- Mapa de classificação de vulnerabilidade da ocupação à ocorrência de inundação;
- Mapa de riscos de inundação;
- Planilha de dados sobre fatores físicos e ambientais de vulnerabilidade a inundações; e
- Relatório consolidado sobre fatores físicos e ambientais de vulnerabilidade a inundações.

Além desses produtos que são instrumentos da gestão ambiental principalmente nas áreas de ressacas, o relatório aponta dez propostas de intervenção em cada setor e subsetores identificados como risco físico e ambiental na área urbana.

Segundo a PANGEA (2014), a proposição de ações estruturais do relatório considera:

- A identificação de intervenções estruturais em cada uma das áreas de interesse;
- Sintonia entre as ações e as características dos processos geológicos-geotécnicos identificados no local;
- Obras de estabilização privilegiando solução coletiva; e
- Zoneamento das áreas inadequadas para ocupação.

Percebemos que os instrumentos legais através do arcabouço de leis ambientais, desde a vigência da Constituição de 1988, que trouxe a preocupação com

o meio ambiente, até a disponibilidade de instrumentos de planejamento já deveriam ser suficientes para a organização do espaço urbano planejado e de melhor qualidade de vida, entretanto as ausências da aplicação dos mesmos instrumentos colocam cidade e vidas em risco.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

“Todas as diretrizes são resultado de um planejamento e todo planejamento é resultado de sonhos”.(Flávio Augusto)

4.1 TIPO DE ESTUDO

Analisar o fenômeno da antropização urbana na Cidade Santana em um *locus* na área de ressaca no bairro dos remédios com desafio de elaboração de proposta de gestão ambiental pressupõe adentrarmos no campo das relações que são estabelecidas entre sujeitos sociais e seus significativos “olhares” nesse processo. Diante disso, esta pesquisa foi desenvolvida buscando uma abordagem quanti-qualitativa por permitir tanto o aspecto qualitativo e quantitativo através da identificação dos significados atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno social da antropização urbana.

Minayo (2008), assim se refere a Metodologia de Pesquisa Qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como realidade Social. (MINAYO, 2008)

Essas construções sociais destacadas pela autora têm seus significados, que a pesquisa qualitativa vem buscar desvendar. E é na Pesquisa de Campo que os significados se tornam informações. Lakatos (2003) afirma que a pesquisa de campo requer a pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, para saber em que estado se encontra atualmente o problema.

Seguindo as orientações metodológicas, o estudo da pesquisa de campo buscou os passos de determinar as técnicas recomendadas pelas autoras. Para Lakatos (2007), as pesquisas de campo dividem-se em três grandes grupos: quantitativos-descritivos, exploratórios e experimentais. Pela descrição do grupo Exploratório é o que mais se aproximou do desenho metodológico que nos propusemos desenvolver.

A autora aponta ainda uma subdivisão desse grupo que foca em “estudos de descrição de população”:

Exploratórios - são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtém-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc., para o estudo relativamente intensivo de um pequeno número de unidades, mas geralmente sem o emprego de técnicas probabilísticas de amostragem. (LAKATOS,2003)

Para Lakatos (2007), esses estudos podem ser exploratórios-descritivos combinados ou estudos usando procedimento específico para coleta de dados. No caso da pesquisa desenvolvida optamos pelas ferramentas das duas técnicas.

Nas construções humanas são conferidos significados às “coisas” (fenômenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos, assuntos), e estas dão molde à vida das pessoas. Este processo não ocorre de forma estanque, pois está sujeito a conflitos, contradições e antagonismos, por isso fomos direcionados à compreensão do objeto numa perspectiva dialética, considerando a verdade nas relações sociais como provisória e em constante movimento.

Habermas (1987, apud LAKATOS, 2007) aponta algumas características do estudo dialético, tais como, a impossibilidade da construção de conceitos universais, ressaltando a construção histórica do homem na sociedade para a transformação coletiva, instigando a perspectiva crítica, reflexiva e analítica.

Para compreender o processo de ocupação das áreas de ressacas, áreas essas protegidas por lei, compreender também a vida dessa população, nos aproximamos da realidade no bairro dos Remédios na Cidade de Santana, porém à medida que procuramos desvelá-la, tomamos consciência de sua grandeza, complexidade e da impossibilidade de sua completa visualização.

Os desafios ainda se tornam maiores quando investigamos os “discursos” dos gestores responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas para essas populações.

No âmbito do estudo dialético do estudo da realidade, as contradições, as “verdades”, a superação dos contrários, o conhecimento aqui buscado tenta se

aproximar da realidade, estabelecendo nesse encontro com o objeto a possibilidade de analisá-lo, compreendê-lo e divulgá-lo

Diante do desafio, a trajetória metodológica percorrida pelo estudo permite-nos compreender os significados que abarcam as questões inerentes ao objeto em toda sua complexidade.

Adotamos a pesquisa exploratória¹¹, que tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos (GIL, 2002).

Neste sentido, a pesquisa exploratória se justifica pela necessidade em conceber instrumentos adequados ao contexto e aos sujeitos investigados, que atenda de modo satisfatório aos anseios da pesquisa. Deste modo podemos mergulhar no campo de estudo com mais compreensão e precisão dos objetivos que pretendemos alcançar. Este tipo de pesquisa nos traz dados qualitativos importantes para o (re)direcionamento dos estudos, uma vez que não pretendemos confirmar ou refutar hipóteses, mas levantar questionamentos e possíveis equívocos na construção (ou elaboração) dos instrumentos a serem aplicados. Em uma pesquisa qualitativa o ambiente é uma fonte direta de geração de dados, pois lidamos diretamente com os sujeitos que tiveram experiência com o problema (ou objeto) pesquisado.

Em relação ao objeto de estudo, a revisão bibliográfica ocorre constantemente ao processo de campo por necessitar com aporte teórico pela aplicação de questionários e entrevistas aos moradores locais e aos gestores do Municipais de Santana-AP: prefeitos das três últimas gestões, secretários municipais de Saúde, Educação, Ação Social, Obras e infraestrutura, Meio ambiente e Desenvolvimento Urbano; secretário Municipal de Planejamento no que concerne à urbanização de áreas antropizadas.

Os instrumentos de coleta de campo foram: observação, questionário e entrevista. Buscaremos apresentar cada uma destas ferramentas que nos permitiram

¹¹A pesquisa **exploratória** é muito utilizada para realizar um **estudo** no qual o principal objetivo da pesquisa que será realizada, ou seja, familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão, entendimento e precisão (MYNAIO, 2008).

investigar com o rigor científico que se espera de uma pesquisa, mas com um olhar sensível e detalhista para com o próprio campo de atuação.

A **observação** é uma das técnicas mais utilizadas para obtenção de informações para pesquisas. Com este instrumento pode-se observar os fatos e correlações existentes. A observação, segundo Marconi e Lakatos (2007), é importante, pois pode comprovar uma teoria, um discurso na prática. O pesquisador precisa estar atento às situações ao seu redor, procurando compreender as condições objetivas e subjetivas que compõem o campo de estudo. Em uma pesquisa crítica buscamos observar os fenômenos sociais, como as relações dos sujeitos são constituídas e como se dão as múltiplas determinações na construção destas relações.

O **questionário** é um instrumento constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Deve apresentar uma organização na obtenção de informações para facilitar a análise e tabulação das repostas. As perguntas devem ser claras e objetivas para evitar erros de interpretação, contudo não devem ser indutivas. Segundo Manzato e Santos (2016), as questões podem ser abertas, quando o entrevistado discorre sobre seu ponto de vista e, fechadas ou objetivas, quando há opções de respostas. O questionário, segundo Gil (1999, p.128) pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

A **entrevista** propicia situações de contato com o entrevistado, mesmo que seja necessário criar um ambiente informal para realizá-la. Trata-se de uma técnica rigorosa que necessita de um planejamento prévio e roteiros que delimitem o percurso para se alcançar os objetivos da pesquisa. Assim como o questionário, a análise das repostas de uma entrevista exige cuidado com as inferências, com a interpretação para se analisar fidedignamente a opinião do entrevistado. (DUARTE, 2004). Para Netto e Braz (2012, p. 22), “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.”. E, como já explicitado, nossa pesquisa que é de cunho qualitativo buscou nos instrumentos captar não só o que está posto, mas o interdito no discurso, nas entrelinhas de cada resposta, neste sentido a entrevista possibilitou uma gama de informações essenciais para a reflexão crítica da proposta de aplicação do instrumento.

4.2 CAMPO DE ESTUDO: SOBRE A DEMARCAÇÃO DO OBJETO

Para Minayo (2008), o trabalho de campo constitui-se em uma etapa essencial na pesquisa qualitativa, ou seja, sem este trabalho não pensaríamos em um estudo dessa dimensão. É no decurso das atividades de campo que, ainda segundo a mesma autora, o pesquisador interage com os sujeitos pesquisados, resultando daí um produto compreensivo, que não é a realidade concreta, mas sim, uma descoberta construída a partir das disposições de posse do investigador (pressupostos teóricos, entrevistas, observações e inter-relações).

A delimitação do campo do presente estudo se deu mediante um recorte espacial correspondente ao objeto da presente investigação no qual encontramos sujeitos a serem pesquisados. Segundo Minayo (2008), sendo o campo na pesquisa qualitativa o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico corresponde ao objeto da investigação.

Neste estudo, o campo da investigação é a Área de Ressaca do Bairro dos Remédios em Santana-AP e a Gestão Pública Municipal dos três mandatos eleitos democraticamente. Para melhor conhecimento do estudo iremos descrever o Município de Santana, e em seguida descrever as características da área do objeto de pesquisa; também descrever a gestão municipal de acordo com as secretarias e respectivos gestores escolhidas para participar do estudo. Seguindo notas de orientação da banca de qualificação do presente estudo, foram convidados dois ex-secretários municipais de Meio Ambiente para averiguação temporal das ações desenvolvidas da gestão ambiental para aferição de avanços, retrocessos e/ou estagnação de ações ambientais.

O município de Santana encontra-se na Região Metropolitana, em processo de conturbação, distante a 24 km da capital Macapá na zona estuarina do Rio Amazonas. Tem uma área de 1 541,224 km², tendo os Distritos: Anauerapucu, Igarapé do Lago, Ilha de Santana, Piaçacá, Pirativa. Com população 115.471 habitantes, segundo as estatísticas IBGE/2017, possui densidade de 74,92 hab./km².

Possui um clima quente equatorial, característico da zona próximo a Linha do Equador, as temperaturas variam entre 24° C a 38°C independente de inverno e verão. Região com alto índice de umidade devido está cercado de água. Durante o ano as estações climáticas são bem definidas em inverno (de janeiro a junho) e verão (de julho a dezembro). Santana é conhecida como cidade portuária devido à

localização geográfica e a vocação natural de profundidade de cerca de trinta calados para aporte de grandes embarcações independente da maré do Rio Amazonas. Tem uma extensão de área portuária que vai do Igarapé da Fortaleza até o Distrito Industrial nas margens do Rio Matapi.

Faz limites com os municípios de Macapá, Porto Grande e Mazagão. Possui relevo pouco acidentado com predominância da Planície do estuário do Amazonas. Ressaltamos na sua geografia, a abundância de recursos hidrográficos com destaque aos rios: rio Amazonas, rio Matapi, rio Maruanum, rio Tributário, rio Piaçacá, rio Vila Nova, igarapé do Lago e igarapé Fortaleza.

O processo histórico do Município de Santana está relacionado às invasões estrangeiras no século XVI. As margens dos cursos d'água foram preferidas para serem ocupadas pelos europeus, devido principalmente a facilidade de deslocamento e sobrevivência. As primeiras ocupações no Brasil retratam uma corrida das grandes potências da Europa, para ampliar seus domínios territoriais. Nesta disputa ocorreram conflitos e acordo em áreas litigiosas e o território brasileiro foi ocupado inicialmente por diferentes nações, até a determinação definitiva de suas fronteiras.

As expedições portuguesas, holandesas e francesas na época das grandes navegações e expansões econômicas, aportaram na Amazônia em busca de recursos naturais. Porém a Coroa Portuguesa reclamou sua posse e surgiram as “expedições guarda-costas” e as construções das fortificações em locais estratégicos de acesso fluvial para garantir seu domínio territorial (PORTO, 2000).

No processo de ações de ocupação territorial brasileira relativas à expansão demográfica da região em estudo, destacaram-se dois eventos: a criação da Capitania do Cabo Norte¹² e da Fortaleza de Curiaú, (re)denominada de Santo Antônio de Macapá, em 1688, originando o povoado de São José de Macapá e garantindo a dominação desta parcela amazônica. A fortificação da fronteira, porém com fraca ocupação populacional lusa, foi o principal fator que incentivou a coroa portuguesa a elevar à categoria de vila aquele povoado, em 1751, visando à continuidade da ocupação portuguesa na região (Reis, 1949, apud Porto, 2000).

¹²em 14 de junho de 1637, o rei Felipe IV da Espanha toma providências no sentido de criar a Capitania do Cabo Norte, num momento em que a costa do atual estado do Amapá começa a ser frequentada e ocupada por franceses vindos da região de Caiena, na Guiana, os quais criaram a "Companhia do Cabo Norte", em 1633, a fim de explorar e ocupar a região. (SARNEY; COSTA, 2000)

Dois personagens na Coroa portuguesa se destacaram no projeto de ocupação das terras tucujus, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, depois nomeado Marques de Pombal e seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (COSTA, 1999).

O que importava, a seu ver, era fortificar o Amazonas. E o ponto inicial era Macapá. (Costa, 1999) Pela proximidade e pelo papel que passou a assumir desde a colonização, a “ilha de Santana¹³”, área insular localizada próximo ao destacamento de Macapá, passou a ser utilizada pela Coroa pelo abastecimento de gêneros alimentícios enviados à tropa (COSTA, 1999).

Costa(1999) faz referência que em 1755 fora retirada a jurisdição temporal dos jesuítas sobre os índios, possibilitando poder ao comandante Mendonça Furtado de começar suas próprias vilas e povoados.

A 4 de fevereiro de 1758, finalmente, passando outra vez pela povoação, presidiu a sua elevação a vila: Vila de São José de Macapá. [...] era sem dúvida um dos maiores centros urbanos do Norte (COSTA, 1999).

Com a mesma preocupação de ocupação e demonstração de poder, o Comandante Francisco Xavier Mendonça Furtado prosseguiu viagem para a Capitania de São José do Rio Negro e deparou-se com a Ilha de Santana, situada na margem esquerda do Rio Amazonas, elevando-a a categoria de povoado.

Os primeiros habitantes eram moradores de origem européia, principalmente portugueses, mestiços vindos do Pará e índios da nação tucujus. Estes últimos vindos de aldeamentos originários do Rio Negro, chefiados por Francisco Portillo de Melo¹⁴, contrabandista de pedras preciosas e escravos, que fugia das autoridades fiscais paraenses, em decorrência de estarem atuando no comércio clandestino.

¹³Ilha de Santana é um distrito do município brasileiro de Santana, no estado do Amapá. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população no ano de 2010 era de 2 689 habitantes, sendo 1 407 homens e 1 282 mulheres, possuindo um total de 681 domicílios particulares. Foi criado pela lei federal nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987.(IBGE, 2019)

¹⁴Foi um célebre contrabandista português, que colonizou a região do Rio Vila Nova (antigamente denominada de “Santa Maria da Madre de Deus do Anauerapucu”), em Mazagão. Nascido em Outubro de 1699, em Portugal, veio para o Brasil ainda cedo. (Memorial Santanense. <http://memorial-stn.blogspot.com>)

Em 1946, com a descoberta do manganês em Serra do Navio por Mário Cruz¹⁵, Santana experimentou um crescimento significativo, em decorrência da instalação da ICOMI. Já no final da década de 50 foi construída a Estrada de Ferro do Amapá, com 19 quilômetros lineares, para o transporte do pessoal e escoamento da produção de manganês com destino ao mercado externo.

Dadas as condições geográficas adequadas ao escoamento via fluvial, é escolhido o Canal Norte do Rio Amazonas que propiciava, pela sua profundidade, fácil navegabilidade aos navios de grande calado. Assim é instalado um cais flutuante em frente à Ilha de Santana, gerando empregos, atraindo população e incentivando comércios e indústrias de pequeno porte, estimulando a criação de vilas e ampliando a área urbana do povoado.

Com a implantação da ICOMI, na década de 50 (propiciou a construção de um porto para embarque de manganês, oficina, construção de uma Vila Operária-Vila Amazonas, pátio de estocagem e estação ferroviária e outros), formou-se uma população no entorno desta área oriunda principalmente das regiões ribeirinhas do Estado do Pará, movidas pela expectativa de emprego e de benefícios gerados pela infraestrutura da empresa. Os migrantes se instalaram através de invasões nas áreas baixas, a exemplo do que ocorre hoje na baixada do Ambrósio e as ressacas do Provedor, Paraíso e Fonte Nova e a da Vila Comercial, movidas pela expectativa de empregos.

Assim, começaram as principais transformações na cidade de Santana. Tostes (2006) descreve que, com a implantação da ICOMI na década de 1950, formou-se, no entorno desta área, uma população oriunda principalmente de regiões ribeirinhas do Estado do Pará. Ainda o autor descreve o período de 1960 a 1970,

consolidou-se a implantação da Vila Maia, surgindo também as Vilas Kutaca, Pavulagem, Piscina e Vila do Igarapé da Fortaleza. No final da década de 70, foram transferidos os moradores da Vila Kutaca, para onde hoje é o Bairro Nova Brasília. Na década de 80 surgem os bairros Paraíso, dos Remédios, Nova Brasília II, Fonte Nova e Hospitalidade, sendo que o Bairro da Fonte Nova consolida-se em meados da década de 90. (TOSTES, 2006)

A descrição da evolução mostra que houve uma intensa movimentação de ocupação do espaço urbano, o que impactou diretamente as áreas de baixios da

¹⁵ Foi o comerciante ribeirinho que levou pessoalmente ao Governador Janary Nunes algumas pedras escuras e pesadas. O material foi analisado pelo DNPM no Rio de Janeiro e constatado ser manganês de teor elevado. (DRUMOND, 2007)

cidade. Outro fator importante foi o movimento político das autoridades que deveriam fiscalizar as ocupações irregulares, agiram no sentido inverso das suas responsabilidades através de troca de favores por causa do voto nos períodos eleitorais.

A evolução política de Santana está marcada em dois momentos:

- Em 31 de agosto de 1981, Santana é elevada à categoria de Distrito de Macapá, através da Lei nº 153/81-PMM, sendo instalado oficialmente em 01 de janeiro de 1982, sendo o pioneiro Francisco Correa Nobre, o primeiro Agente Distrital.
- Santana foi elevada à categoria de município através do Decreto-Lei nº 7639 de 17 de dezembro de 1987. Através do Decreto (P) nº 0894 de 01 de julho de 1988, o Governador Jorge Nova da Costa nomeia o professor Heitor de Azevedo Picanço para exercer o cargo de Prefeito Interino, que estruturou a administração pública municipal, criando condições para o futuro prefeito que seria eleito diretamente pelo povo em 15 de novembro de 1988, Rosemiro Rocha Freires.

O Município apresenta um IDH-M de 0,692 médio, segundo a PNUD/2010, e o PIB de R\$ 1 874 614 mil IBGE/2014, com a PIB per capita de R\$ 16 954,86 IBGE/2014. Considerada uma população carente, conforme a descrição abaixo de informações do IBGE.

Quadro 04 - Informações socioeconômicas do Município de Santana-AP

INFORMAÇÕES	NÚMEROS
Índice de Desenvolvimento Humano	0.692
Área da unidade territorial	1.579,608 km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	21 estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	21.756 matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2012	5.725 matrículas
PIB per capita	12.274,93 reais
População residente	101.262
População residente - Homens	50.414
População residente - Mulheres	50.848
População residente que frequentava creche ou escola	39.371

Fonte: IBGE. http://populacao.net.br/populacao-santana_ap.html. Acessado em 24 de abril de 2019

A economia no setor primário é comandada por criação de gados bovino, bubalino e suíno, atividade pesqueira e a extração da madeira, além da venda de produtos tipicamente nortistas (madeira e açaí, que contribuem também para o desenvolvimento econômico de Santana, com destaque para a movimentação financeira da comercialização do açaí na área portuária da cidade. No setor secundário, Santana mantém sob o seu domínio o Distrito Industrial de Santana, cujo parque sofre constante ampliação. Hoje o distrito está passando por novas instalações devido à saída de algumas empresas antes tradicionais, e também as empresas como REAMA (que industrializa a Coca-Cola no Estado) e AMCEL (responsável pela plantação de pinhos e eucalipto), dentre outras. Quanto a economia no setor terciário, temos presenciado uma queda no comércio, antes incentivado pela Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS¹⁶, mas ultimamente esse setor tem sofrido queda de movimentação principalmente pela saída de empresas do Amapá. A realidade hoje é que os funcionários do serviço público são os que recebem as maiores remunerações, movimentando o comércio.

Como atração turística, o porto de embarque e desembarque de produtos importados e cavacos de pinho, a ilha de Santana, que fica do outro lado da do rio Amazonas que banha a cidade e que tem, inclusive, o balneário "Recanto da Aldeia", são bastante frequentados aos finais de semana. Também tem atraído uma grande parte da população tanto os balneários no bairro do Elesbão, como também os balneários nas margens do rio Matapi.

Santana é uma cidade festiva tanto nas festas populares como carnaval, que já se tornou um pólo de atração turística pela realização de micaretas¹⁷, quanto pela festa junina que reúne as principais quadrilhas de dança. Também ocorrem as festas religiosas tanto católicas como evangélicas com grandes concentrações.

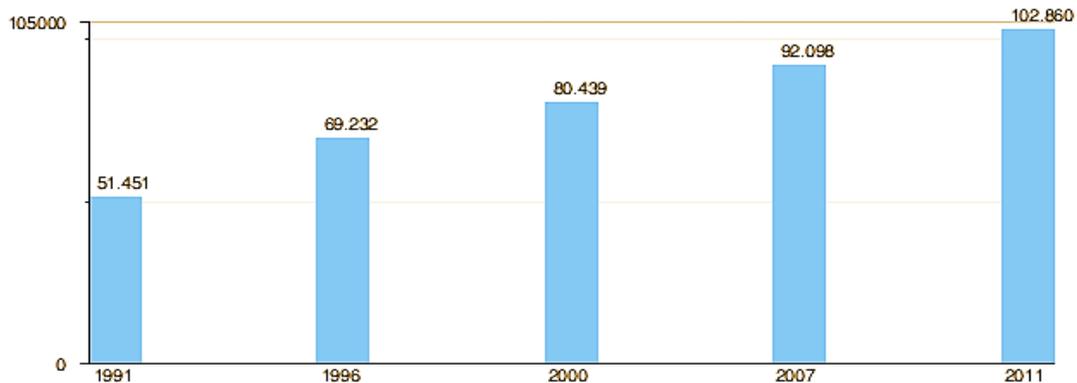
A população do município tem apresentado um crescimento considerável, no espaço de uma década aumentou aproximadamente cinquenta por cento para mais. Isso é preocupante dado que o tecido urbano não foi planejado para esse

¹⁶Criada pela Lei nº 8.387/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 517/1992, a ALC de Macapá e Santana foi implantada oficialmente em março de 1993, ocupando uma área de 220 quilômetros quadrados. A economia é baseada na agricultura, mineração, extração de madeiras, pecuária e piscicultura. A ALC está localizada em região de fronteira com a Guiana Francesa, com atividades voltadas à importação nacional e estrangeira. (<http://site.suframa.gov.br>)

¹⁷Estrutura montada na avenida Santana para realização de carnaval com atrações dos blocos, das boates e do palco principal e barracas padronizadas de vendas de comidas e bebidas.

adensamento. Isso fez surgir vários problemas urbanos de ocupações ilegais dentro da Sede do município.

Figura 05 - Informações sobre a Evolução Demográfica do Município de Santana



Fonte: Wikipédia

O aumento populacional descrito na Figura 04 mostra a evolução rápida do crescimento que não foi tratado pelas gestões municipais nesse período com a devida responsabilidade administrativa.

Hoje, a gestão da Prefeitura Municipal de Santana conta com uma estrutura organizacional assim descrita abaixo:

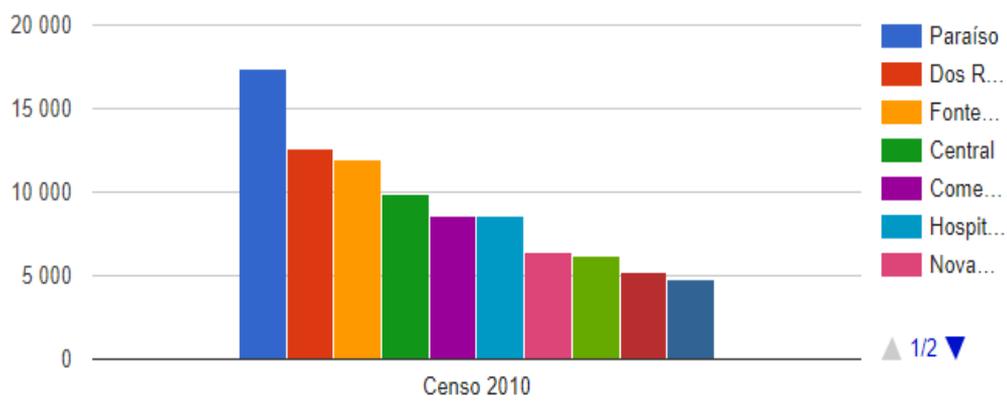
Quadro 05 – Estrutura Organizacional da Gestão da PMS – a partir de 2017

ESTRUTURA	RESPONSÁVEIS
Prefeito	Ofirney da Conceição Sadala
Vice-Prefeito	Francisco Rozivaldo Ribeiro de Oliveira
Chefe de Gabinete	Victor Yvenes F. Nascimento
Procurador Geral	Elias Pinheiro Moreira Neto
Controlador Geral	Rodolfo Fernando Pinheiro da Silva
SEMGEPI	Aguinaldo Paulino do Vale Silva
SEMAD	Cleidevan Ribeiro Leite
SEMFA	Marcos da Cruz Cardoso
SEMOP	Juscelino Paulo da Silveira Alves
SEME	Seme Carmem Marinho Queiroz da Paz
SEMSA	Francisco do Carmo de Souza Oliveira
SEMASC	Diana Chagas Pinto Castelo
SEMDES	Jose Carlos Molinos
SEMDOH	Lindemberg Araujo Mota
STTRANS	Josiney Pereira Alves
Docas de Santana	Paulo Roberto Abelaria Couto
SAMPREV	Alderinda Costa Ferreira

Fonte: elaboração do autor

Toda essa estrutura de secretarias atende a uma população segundo IBGE de 101.262 moradores (Censo 2010), entretanto a estimativa de contagem em 2017 aponta 119.610 pessoas morando no município, segundo o IBGE. A cidade sede está dividida em 20 bairros, com complexidades e necessidades muito grandes, por vários fatores, como desemprego, saúde precária, violência, falta de moradias e outros. O fator habitação está diretamente ligado à falta de espaço planejado e políticas públicas de oferta de moradias dignas.

Figura 06 - Bairros Mais Populosos da Cidade de Santana-AP



Fonte: IBGE, Censo 2010. http://populacao.net.br/os-maiores-bairros-santana_ap.html. Acessado em 24 de abril de 2019.

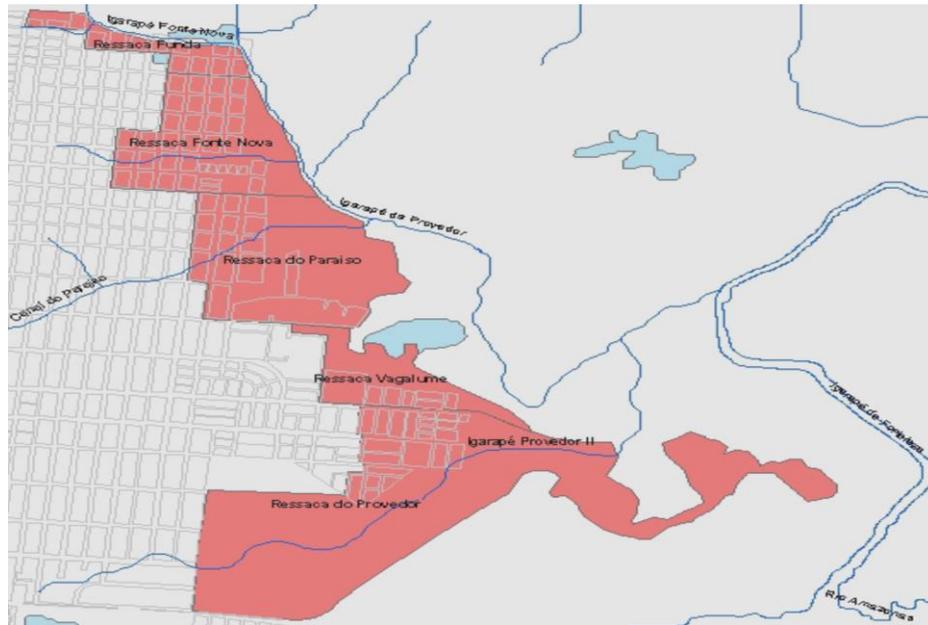
Santana tem inúmeros assentamentos precários que estão na maioria localizados em áreas de ressacas. Sobre esses assentamentos, Takiyama, (2012), descreve:

Em Macapá e Santana, o uso e a ocupação das áreas úmidas vêm ocorrendo de maneira totalmente desordenada. O estabelecimento de moradias é o mais perceptível e a mais impactante, ocasionado principalmente pela falta de planejamento e pela explosão demográfica, representada por uma taxa anual de crescimento de 3,44% (IBGE, 2010), uma das mais altas no Brasil. As condições de vida das pessoas que residem em áreas de ressaca, morando em palafitas, são visivelmente de baixa qualidade e o avanço da ocupação aumenta a cada dia que passa (TAKIYAMA et al., 2012, p. 17).

As áreas protegidas por lei, por falta de ação da estrutura municipal não teve nem no passado “um olhar” responsável e chega ao presente com os mesmos desafios tanto estruturais como conjunturais de solução.

O tecido urbano da Cidade de Santana sofre influência direta da Bacia hidrográfica do Igarapé da fortaleza conforme a Figura 06 abaixo.

Figura 07 - Mapa das Ressacas no Espaço Urbano da Cidade de Santana-AP



Fonte: ZEE, 2013

As áreas de ressacas recebem várias denominações, mas a maioria é identificada pelo nome do bairro onde está localizada, no quadro abaixo estão relacionadas às principais ressacas.

Quadro 06 – Áreas de Ressaca de Santana-AP

NÚMERO	DENOMINAÇÃO	ABRANGENCIA/BAIRRO
01	Ressaca Funda	Parque das Laranjeiras e Fonte Nova
02	Vagalume	Fonte Nova
03	Fonte nova	Fonte Nova
04	Paraíso	Paraíso
05	Provedor	Provedor I e Provedor II
06	Remédios	Remédios I e Remédios II
07	Hospitalidade	Hospitalidade
08	Baixada do Ambrósio	Área Portuária

Fonte: Elaboração do autor.

4.2.1 Área de ressaca do bairro dos remédios

A Ressaca do Bairro dos Remédios é identificada como extensão da Ressaca da bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza, área caracterizada como bacias de acumulação temporária (TAKIYMA, et al, 2012). As ocupações de moradias estão inseridas na área de natureza inundável que ficam na porção mais exterior do território do Amapá. (RABELO et al., 2008) assertiva que recebem influências por

regimes de marés e chuvas, bem como compreendem sistemas exclusivamente fluviais e estão na zona estuarina amazônica.

Um conceito importante é de Neri (2006), que define como áreas encaixadas em terrenos Quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio de carga de volume de águas vindas de canais e igarapés, bem como a ocorrência do ciclo sazonal das chuvas principalmente nos períodos de estação de cheia (Janeiro a Junho).

A ressaca dos Remédios é verdadeiramente um reservatório natural de águas pluviais que está densamente povoado. Ainda sobre o objeto de estudo, a área da pesquisa abrange 248.707 m², com uma população ainda incerta em números devido a falta da informação, porém com um considerável número de palafitas desordenadamente ocupando a área.

A ocupação da Ressaca do Bairro dos Remédios ocorre por volta do final da década de 1980 e início dos anos 1990. Relatório desse processo colhido na Secretária Municipal de Desenvolvimento urbano aponta que a ocupação aconteceu de maneira espontânea por invasão de moradores das áreas no entorno. O terreno da área historicamente era de quatro posseiros que tinham documentos da Prefeitura Municipal de Macapá que até então, Santana era apenas um distrito vinculado à Capital. Com a pressão de ocupação algumas áreas foram reintegradas, mas a maior parte foi ocupada desordenadamente. Segundo o informante I/S 01¹⁸, o poder público “fechou” os olhos à ocupação por motivos políticos.

Em 1981 a área hoje denominada de bairros dos remédios I e II, não possuíam definição de propriedades e posses, existiam muitas áreas vagas (volutas) daí então a população começou se apossarem das áreas vagas (volutas), em 1986 o então Agente Distrital de Santana Rodolfo Juarez, solicitou que ao Chefe de Regularização Fundiária Senhor Miguel da Silva Duarte ordenasse e definisse o loteamento onde pudesse ter Ruas, Avenidas, Travessas, Quadras, Lotes.

Na época Fernando de Noronha, possuía um bairro denominado de Vila Dos Remédios, o Hospital de Santana ficava na área que se tornaria o novo bairro, então os técnicos discutindo um nome para o novo bairro denominaram de **Bairro Dos Remédios**,

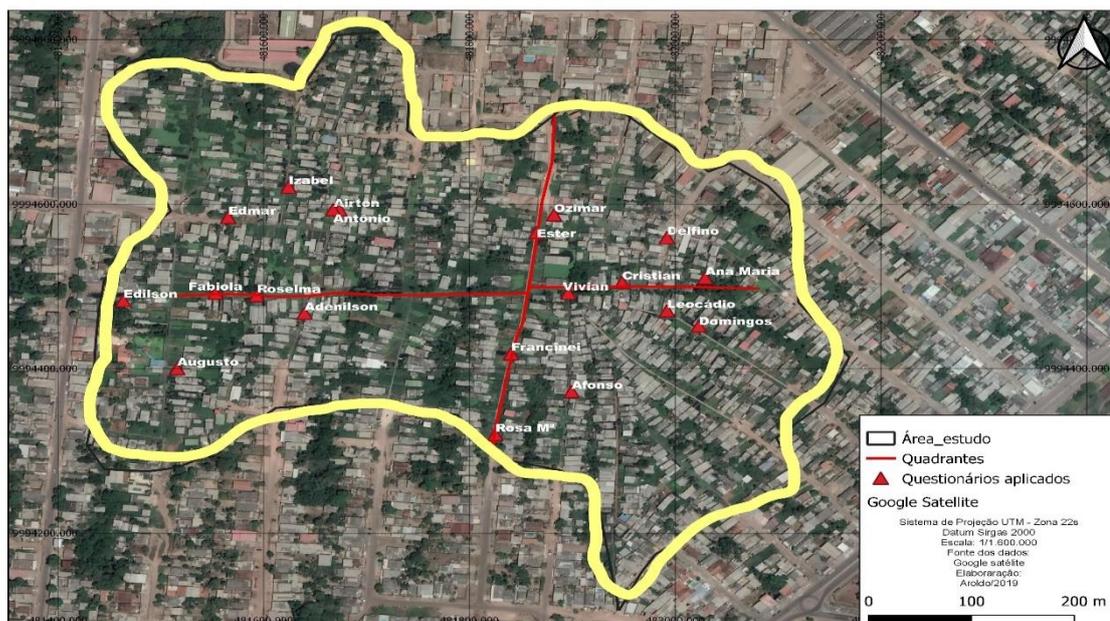
Em 27 de dezembro de 1999, a Câmara Municipal de Santana aprovou e o então prefeito de Santana Judas Tadeu Almeida Medeiros, sancionou a Lei nº 456/1999-PMS, que **DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO E DELIMITAÇÃO OFICIAL DOS BAIRROS DA CIDADE DE SANTANA** (Depoimento verbal do Informante I/S 01)

¹⁸ Funcionário público municipal/PMS que tem guardado um acervo pessoal com informações da criação dos bairros e evolução urbana da Cidade de Santana.

As razões de termos escolhido a área para pesquisar o processo de antropização humana foram várias, mas podemos destacar aqueles que são mais evidentes: primeiro porque é um dos bairros mais populoso da cidade de Santana e isso se dá pelo adensamento populacional na área; segundo motivo é a importância estratégica do canal que passa no meio do bairro dos Remédios e atravessa toda a área de leste a oeste, o papel que esse canal tem para o serviço ambiental de toda a cidade de Santana; o terceiro motivo é o desafio de propor políticas públicas de gestão ambiental para essa população que há mais de trinta anos está na invisibilidade social de ações governamentais efetivas.

Desde o processo das disciplinas obrigatórias do Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas, percebemos a importância do desafio da pesquisa no bairro. Com as devidas ferramentas de orientações, dividimos o estudo em quatro zonas de pesquisa, sendo Zona 01, Zona 02, Zona 03, e Zona 04. O Zoneamento obedeceu ao critério da organização do espaço para identificar semelhanças, diferenças, permanências e alterações nos aspectos gerais dos moradores, nos serviços ofertados à população, condições de moradias, qualidade de vida, meio ambiente, comportamentos, lazer, religiosidade e outros.

Figura 08 - Zonas delimitadas na pesquisa – Ressaca do Bairro dos Remédios – Santana/AP



Fonte: imagem Google/2019 - adaptação do autor

A Zona 01 está compreendida na área da confluência da Avenida Teotônio Vilela de Moraes com a passarela da Rua Machado de Assis no sentido noroeste. O quadrante da zona é cortado por quatro vias: Avenida Bento Maciel Parente, Avenida Veiga Cabral, e Avenida Teotônio Vilela.

Figura 09 – Delimitação da Zona 01 da pesquisa



Fonte: Imagem Google/2019 – adaptação do autor

A Zona 02 está localizada na confluência da Avenida Teotônio Vilela com a passarela da Rua Machado de Assis no sentido nordeste. O quadrante da Zona é cortado pelas vias: Travessa Tocantinópolis, Avenida Nilo Coelho e Avenida Teotônio Vilela.

Figura 10- Delimitação da Zona 02 da Pesquisa



Fonte: Imagem Google/2019 – Adaptação do autor

A Zona 03 está na confluência da Avenida Ângelo de Moraes com a Passarela da Rua Machado de Assis no sentido sudoeste. O quadrante da Zona é cortado pelas vias: Avenida Bento Maciel Parente, Avenida Veiga Cabral, e Avenida Ângelo de Moraes.

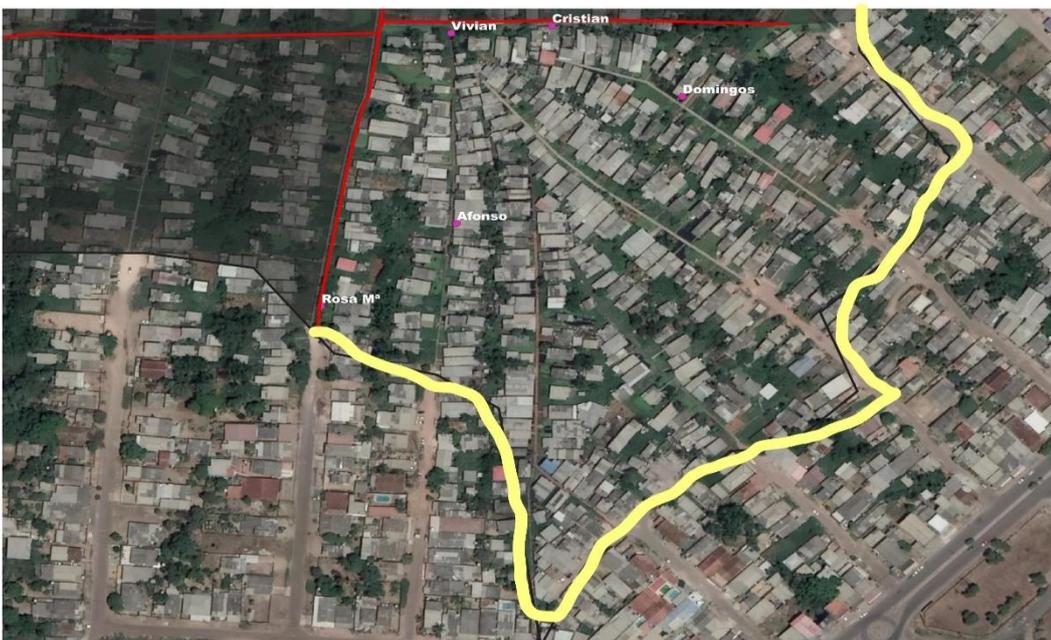
Figura 11 – Delimitação da Zona 03 da Pesquisa



Fonte: Imagem Google/2019 – Adaptação do autor

A Zona 04 está na confluência da Avenida Ângelo de Moraes com a Passarela da Rua Machado de Assis no sentido sudeste. O quadrante é cortado pelas vias Avenida Gomes Freires, travessa Seis, Travessa Sete e Avenida Ângelo de Moraes.

Figura 12 – Delimitação da Zona 04 da Pesquisa



Fonte: Imagem Google/2019 – Adaptação do autor

Para melhor registrar o ponto de coleta das informações através das famílias participantes como informantes na pesquisa, tivemos a presença de um técnico em geoprocessamento para coleta os pontos de localização de todas as casas por zona. No dia 15/02/2019, iniciamos, as 10:30h, a execução dos trabalhos de campo com o rastreamento de pontos de referência no perímetro dos imóveis a qual se definiu, a parte frontal dos imóveis.

Para isso foi necessária uma manhã toda na área para realização da atividade marcação de pontos de 20 imóveis no Bairro Remédio I e II, Município de Santana-AP, visando à caracterização através de pontos de GPS. Os trabalhos foram executados de acordo com as “Normas Técnicas Para Marcação de pontos em ações de Regularização Fundiária aplicada à Amazônia Legal-NTGARFAL.

O trabalho teve a finalidade de efetuar os pontos de localização pelo Sistema de Posicionamento Global dos aludidos Imóveis, visando a tão somente localização posterior dos imóveis para uso em atividades relacionadas à pesquisa científica.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Identificação das partes frontais dos imóveis;
- Gravação dos pontos.

Foi utilizado para o levantamento e Georeferenciamento dos perímetros dos imóveis, um par de receptores GPS, das marcas Topcon, modelo Hiper+, L1,L2 de 40 canais. Receptor marca Topcon – modelo Hiper+ a prova d’água com 40 canais paralelos, fase completa das portadoras L1,L2. Memória interna de 16MB. Capacidade de rastrear nos métodos estático, estático-rápido, Stop & Go, cinemático e contínuo, RTK. Precisão estático de 3 mm+0,5ppm RMS na planimetria (X,Y), e 5mm + 0,5ppm RMS para altimetria (Z), para levantamentos estáticos. Antena geodésica, com plano de terra embutido; erro horizontal do centro de fase inferior a 5mm. Alimentado por bateria recarregável de íões de Litio, 3000 mAH, 7,4V com autonomia para 14 horas de uso contínuo. Receptor marca Topcon – modelo Hiper+, a prova d’água com 40 canais paralelos, fase completa das portadoras L1/L2. Memória interna de 16MB. Capacidade de rastrear nos métodos estático, estático-rápido, Stop & Go, cinemático e contínuo, RTK. Precisão estático de 3 mm+0,5ppm RMS na planimetria (X,Y), e 5mm + 0,5ppm RMS para altimetria (Z), para levantamentos estáticos. Antena geodésica, com plano de terra embutido; erro horizontal do centro de fase inferior a

5mm. Alimentado por bateria recarregável de íões de Lítio, 3000 mAH, 7,4V com autonomia para 14 horas de uso contínuo.

Em cumprimento de todas as etapas planejadas, foram encerrados os trabalhos de campo, com a desmobilização do pessoal e equipamento.

Os vinte informantes foram identificados na localização de cada ponto das residências, conforme a lista abaixo:

Quadro 07 - Localização de cada ponto das residências

LOCALIZAÇÃO DE CADA PONTO DAS RESIDÊNCIAS	
Zona espacial Um (Z-1)	01º- Edilson – S-00º 02'59.7" / W-051º09'58.1" / Elevação – (10 m) 11:27 Hs
	02º- Izabel – S-00º 02'55.2" / W-051º09'54.5" / Elevação – (11 m) 11:29 Hs
	03º- Airton – S-00º 02'56.1" / W-051º09'52.9" / Elevação – (9 m) 11:32 Hs
	04º- Antônio – S-00º 02'56.1" / W-051º09'53.1" / Elevação – (10 m) 11:33 Hs
	05º- Edmar – S-00º 02'56.4" / W-051º09'50.6" / Elevação – (9 m) 11:27 Hs
Zona Espacial Dois (Z-2)	01º- Ozimar – S-00º 01'51.0" / W-051º10'42.6" / Elevação – (12 m) 10:08 Hs
	02º- Ester – S-00º 02'57.0" / W-051º09'46.7" / Elevação – (5 m) 10:25 Hs
	03º- Leocádio – S-00º 03'00.1" / W-051º09'42.6" / Elevação – (5 m) 10:30 Hs
	04º- Ana Maria – S-00º 02'58.8" / W-051º09'41.4" / Elevação – (6 m) 10:30 Hs
	05º- Delfino – S-00º 02'57.2" / W-051º09'42.6" / Elevação – (12 m) 10:36 Hs
Zona Espacial Três (Z-3)	01º- Francinei – S-00º 03' 01.8" / W-051º09'47.5" / Elevação – (8 m) 11:02 Hs
	02º- Adenilson – S-00º 03' 00.2" / W-051º09'54.0" / Elevação – (10 m) 10:08 Hs
	03º- Fabiola – S-00º 02'59.4" / W-051º09'56.8" / Elevação – (10 m) 11:11 Hs
	04º- Roselma – S-00º 02'59.5" / W-051º09'55.5" / Elevação – (11 m) 11:14 Hs
	05º Augusto Júnior Monteiro
Zona Espacial Quatro (Z-4)	S-00º 03' 00.7" / W-051º09'41.6" / Elevação – (5 m) 10:43 Hs
	S-00º 02'59.1" / W-051º09'44.0" / Elevação – (7m)10:46 Hs
	S-00º 02'59.4" / W-051º09'45.7" / Elevação – (7m) 10:49 Hs
	S-00º 03' 03.3" / W-051º09'45.6" / Elevação – (7 m) 10:52 Hs
	S-00º 03' 05.0" / W-051º09'48.0" / Elevação – (7 m) 10:58 Hs

Fonte: O autor

A ideia de desenvolver a pesquisa com o uso do SIG, como ferramenta de apoio tecnológico para analisar tanto o processo de ocupação da área de ressaca do Bairro dos Remédios, como também registrar os pontos da localização das famílias envolvidas na pesquisa, distribuídas nas quatro zonas, para visualizar a distribuição da espacialidade dos informantes no campo de coleta de informações. Além da capacidade que esse recurso possui em integrar bancos de dados oriundos das observações in loco e das ilustrações que podem ser possíveis de fazer para apresentar os resultados do estudo, transformando-os em informações e conhecimentos. Posteriormente as informações disponibilizadas poderão ser integradas ao sistema de geoprocessamento da gestão municipal para o monitoramento da gestão ambiental.

O geoprocessamento consiste em uma tecnologia mais abrangente, que envolve: a cartografia digital, o uso do GPS, o sensoriamento remoto, banco de dados, a digitalização de dados raster e vetor e os Sistemas de Informações Geográficas. No entanto, o SIG é a mais completa ferramenta de geoprocessamento, dentre as outras, por ter a capacidade de agregar várias delas.

Segundo CÂMARA e DAVIS (1999), os SIGs permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar banco de dados georreferenciados, isto é, localizados na superfície terrestre e representados numa projeção cartográfica.

Partindo da ideia que a grande maioria dos dados tem uma referência espacial e, portanto, eles podem ser representados e analisados espacialmente, os campos de aplicações dos SIGs são os mais diversos possíveis:

- Planejamento e gestão de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, polícia, transporte, etc.;
- Planejamento de atividades de recreação e turismo ecológico;
- Marketing e pesquisa de mercado;
- Cadastro urbano e rural;
- Planejamento Urbano;
- Controle de tráfego;
- Planejamento de uso e ocupação do solo;
- Ordenamento e gestão do território;

- Planejamento da localização e necessidades de equipamentos e serviços públicos (escolas, hospitais, creches polícia, bombeiros, bancos, correios, etc..).

O procedimento do uso do recurso tecnológico do geoprocessamento obedeceu a um padrão de técnicas. Após a coleta dos dados em campo, eles eram processados diariamente. Para fazer a transferência dos dados coletados do GPS de navegação para o computador, utilizou-se o software GtmTrackMaker. O programa GPS TrackMaker permite a comunicação de dados entre o GPS e o computador, possibilitando a edição dos dados e o armazenamento em disco. Após a transferência, os dados eram convertidos em formato Shapefile, permitindo que, posteriormente, fossem adicionados como layers (camadas) através do software de geoprocessamento ARCGIS, ao SIG do projeto em desenvolvimento.

O tratamento das informações possibilita as ilustrações que passam a explicar informações da pesquisa.

Estabelecemos três focos na área da pesquisa: O MEIO NATURAL, O MEIO BIOLÓGICO E O MEIO SOCIAL, para melhor orientar a aplicação dos instrumentos de coleta de informações do diagnóstico da área.

O MEIO NATURAL: está assim apresentado: o primeiro impacto de supressão da vegetação nativa. Na observação direta percebemos pouca arborização e as que existem já são do efeito da antropização, são árvores frutíferas, como açazeiros, coqueiros, bananeiras e outros. A maioria das árvores nativas foi suprimida e algumas ainda estão em processo de supressão. A mobilidade da maioria das vias é por meio de passarelas em madeira de lei, apenas duas vias foram construídas em alvenaria. O ambiente natural apresentado é de área alagada em toda a extensão das vias. As casas foram assentadas nesses alagados que se encontram tomados de acúmulo de resíduos jogados pelos próprios moradores. Nas áreas de acesso das passarelas foram aterradas com vários materiais, como caroço de açaí, serragem de madeira e entulhos de obras e outros. Outro aspecto das vias é a grande quantidade de animais domésticos como cachorros e gatos soltos, o que prejudica com os moradores mau cheiro de fezes e proliferação de doenças. A degradação da qualidade da água através da contaminação provocada por despejo dos dejetos sanitários

diretamente no corpo d'água, provocando doenças parasitárias e o mau cheiro forte.

O MEIO BIOLÓGICO: apresenta fragilização da proteção dos corpos d'água por causa do desmatamento da flora típica da área; perda da biodiversidade, pela fuga e desaparecimento de espécies da fauna e flora; risco de afogamento e acidentes. Presença cada vez maior de roedores e cobras devido falta de limpeza no entorno das residências e nos lados das passarelas. De acordo com os questionários aplicados aos moradores, os seres vivos que mais aparecem na água são: moréia, puraqué, tamuatá, traíra e tilápia. Chamou-nos a atenção foi dessa última espécie de peixe não ser do habitat natural de igarapé na Amazônia, agora se reproduz em grande quantidade nesse ambiente. Precisa de estudo técnico para explicar como foi incorporado e os impactos desse processo para fauna aquática. Sobre a população de aves na zona, os moradores informaram a presença principalmente de coroca, jaçanã, pica-pau, socó, bem-te-vi, papagaio e periquito. A maioria dos informantes disse não fazer uso da água do igarapé por medo de contaminação, mas nos chamou a atenção alguns disseram usar a água para o uso de lavagem de roupas. Dos casos de doenças investigadas na pesquisa, os informantes apresentaram apenas casos de dengue, hepatite e doenças parasitárias. Outra particularidade foram as respostas dos informantes sobre o perigo de morar na área de alagados, pois muitos se referiram sobre dois casos de morte de crianças por afogamento, sendo que um dos casos ocorreu na família de uma das informantes participantes na pesquisa.

O MEIO SOCIAL: Iniciamos a descrição do foco com as observações registradas em visitas na área. Percebemos as dificuldades de locomoção devido as condições das vias com muita lama e buracos no acesso às passarelas de entrada da área. Recentemente houve reforma das principais passarelas em madeira de lei, ao reformá-las, a gestão municipal através da secretaria Municipal de Obras, infraestrutura e Planejamento elevou o nível das passarelas para aproximadamente 70 centímetros acima

da antiga passarela. Segundo o gestor essa medida foi prevenção de alagamento na área.

Na observação in loco, percebemos que os serviços de distribuição de energia de estrutura razoável com postes em alvenaria, rede elétrica e cerca organização de locação no espaço do bairro. No entanto, no que diz respeito à iluminação, vimos que a maioria das luminárias estava quebrada. A distribuição de água de responsabilidade da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA. Segundo os informantes, “tem precariedade tanto na quantidade como qualidade da água fornecida”. O serviço de coleta de resíduos sólidos é feito pela PMS, através da empresa ESC. Ambiental com recolhimento três vezes por semana, sendo segunda, quarta e sexta-feira. A forma do recolhimento não atende a contento a população, pois os garis não adentram no bairro para recolher nos domicílios. É disponibilizada uma caçamba tipo contêiner para que os moradores possam levar os sacos de lixo até o local. Isso nem sempre ocorre. A limpeza nas áreas de passarelas para retirada de matos e lixos no alagado também é responsabilidade da PMS. Segundo os moradores é uma atividade que pouco se faz, obrigando os próprios moradores a fazerem o serviço em mutirão. O serviço Estratégia Saúde da Família de responsabilidade da secretaria Municipal de Saúde está ausente há um bom tempo segundo informações dos moradores. Esse serviço é preconizado pelo Ministério da Saúde,

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é composta por equipe multiprofissional que possui, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS).

Segundo os informantes o serviço é muito importante para a comunidade, com as orientações e encaminhamentos para tratamento, mas há certo tempo (aproximadamente dois anos) as equipes não comparecem na área.

Além dos equipamentos de serviços e atendimento como educação, transporte urbano, esgotamento sanitário, não foram vistos na zona descrita.

Sobre violência no bairro, os informantes na maioria responderam que é “muito violento”. Mas a polícia tem feito ronda nas passarelas.

4.2.2 Políticas públicas de enfrentamento ao fenômeno de antropização em áreas de ressacas

Por definição estratégica de colher informações do processo de formulação de políticas públicas da atual gestão municipal, foram escolhidas cinco secretarias municipais para aplicação de questionários aos responsáveis pelas respectivas pastas.

As secretarias municipais visitadas foram: Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Buscamos nesse campo de estudo informações sobre o planejamento da gestão municipal. Durante a investigação através dos questionários, observação dos processos administrativos e de documentos disponibilizados no site da PMS e outros sites, as informações sobre projetos desenvolvidos em cada secretaria direcionados às políticas públicas de gestão ambiental e assistência aos moradores das áreas de ressacas da cidade de Santana.

Outro “olhar” investigativo a ser tratado nos dados é o fator de gestão de ações integradas. Como a gestão desenvolve ações integradas em situações emergenciais como alagamentos, sinistros e outros tanto no planejamento preventivo ou nas remediações de tragédias coletivas?

As informações colhidas nesse campo da gestão são importantes para o confronto dos discursos. A verificação do que foi ou está sendo planejado e executado com as informações daquilo que é divulgado. Alguns instrumentos são de grande importância para a validação das informações: os relatórios de gestão e a lei orçamentária do município.

Sobre análise de planejamento, buscamos informações de como a gestão municipal planeja suas ações. Se no planejamento os gestores fazem uso de instrumentos como planos setoriais já elaborados e disponíveis. Se há integração de planejamento entre as secretarias.

O foco maior na investigação, no campo secretarias municipais, é o planejamento como ferramenta de gestão e as ações desenvolvidas nas políticas públicas e em especial a ambiental para as áreas de ressacas.

4.3 SUJEITOS DO ESTUDO

Após a definição do campo da pesquisa é de igual importância a caracterização dos sujeitos a serem pesquisados de forma que atenda aos objetivos pré-estabelecidos. Segundo Minayo (2008), esse critério não é numérico na pesquisa qualitativa, embora o pesquisador precise justificar a delimitação de pessoas entrevistadas. Duas reflexões foram feitas nesse processo: “a quem entrevistar e quantos entrevistar”, mas para a autora “uma amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo” (MINAYO, 2008, p.197)

Com a preocupação do aprofundamento, a diversidade e a abrangência no processo de compreensão, os sujeitos desse estudo foram constituídos em dois grupos básicos, mas com subdivisões estratégicas, totalizando uma amostra de 30 participantes por critério de escolha estratégica de informações dos dados

Os sujeitos da pesquisa foram assim constituídos: grupo I: moradores, subdivido em: grupo Z1 4), grupo Z2 (4), grupo Z3 (4) e grupo Z4 (4); grupo II: gestores: subdividido em: grupo 01: prefeitos (3), secretários (5) e ex-secretários (2).

4.3.1 Moradores locais

Após a definição do campo da pesquisa é de igual importância a caracterização dos sujeitos a serem pesquisados de forma que atendam aos objetivos pré-estabelecidos.

Em relação ao grupo de moradores, foram convidadas vinte famílias de moradores do bairro dos remédios para participarem da pesquisa, sendo elas distribuídas em grupos de cinco por cada zona espacial da área de estudo.

Quadro 08 – Grupo Moradores: Informantes Zona 01

GRUPO MORADORES TOTAL: 20 Participantes	
SUBGRUPO ZONA 01	
01	Av. Bento Maciel Parente nº 645
02	Av. Portilho de Melo nº 1680
03	Av. Portilho de Melo nº 1661
04	Av. Portilho de Melo nº 1615
05	Av. Francisco de Melo Parente nº 523

Fonte: Elaboração do autor

Quadro 09 – Grupo Moradores: Informantes Zona 02

SUBGRUPO ZONA 02	
06	Av. Teotônio Vilela nº 266
07	Av. Teotônio Vilela nº 118
08	Tv. Sete nº 320
09	Tv. Mário de Andrade s/n.
10	Tv. Oito nº 263

Fonte: Elaboração do autor

Quadro 10 – Grupo Moradores: Informantes Zona 03

SUBGRUPO ZONA 03	
11	Av. Portilho de Melo nº 429
12	Av. Francisco de Melo Parente nº 488
13	Tv. Francisco de Melo Parente nº 35
14	Av. Francisco de Melo Parente nº 406
15	Av. Ângelo de Moraes nº 299

Fonte: Elaboração do Autor

Quadro 11 – Grupo Moradores: Informantes Zona 04

SUBGRUPO ZONA 04	
16	Av. Angelo de Moraes nº 206
17	Av. Gomes Freires nº 387
18	Av. Gomes Freires nº 418
19	Tv. Machado de Assis nº1440
20	Tv. Sete nº 280

Fonte: Adaptado pelo autor.

O critério de inclusão dos moradores em cada zona da área foi por aproximação e disponibilidade durante a abordagem. Após fazermos o zoneamento, andamos pelas passarelas das zonas para abordagem de famílias para participarem da pesquisa. Tivemos apenas duas rejeições na zona 01 por motivos de desconfiança política. Os moradores abordados achavam que era “coisa de político”. As demais abordagens foram aceitas.

4.3.2 Prefeitos do Município de Santana

Estabelecemos como necessidade de informações da gestão municipal os três últimos gestores municipais que já administram e administram o município de Santana, sendo: Informante 01, período 2009-2012; Informante 02, período 2013-2016; e, Informante 03, período 2017 aos dias presentes.

O critério de inclusão dos gestores prefeitos do Município de Santana das três últimas gestões, na investigação da pesquisa, foi a análise do discurso das ações

desenvolvidas em cada gestão para a comparação dos resultados dessas políticas na vida dos moradores em nível de eficiência, eficácia e efetividade das ações

Quadro 12 – Grupo Gestores: Subgrupo Prefeitos

SUBGRUPO GESTORES – PREFEITOS				
	Informante	sexo	gestão	Formação
01	José Antônio Nogueira de Sousa	M	2009-2012	Pós-graduado em Gestão Pública
02	Robson Santana Rocha Freires	M	2013-2016	Não informado
03	Ofirney Conceição Sadala	M	2017- dias atuais	Bacharel em Direito

Fonte: Elaboração do autor.

Com esse quadro, a proposta das entrevistas semiestruturadas foi de investigar as ações desenvolvidas em gestão ambiental no Município de Santana focando para as políticas públicas principalmente para as áreas de ressacas da cidade e em especial a área de ressaca do Bairro dos Remédios. Com essas entrevistas fizemos um recuo temporal de 12 anos de gestão. Com as informações colhidas pretendemos saber os fatores de permanência, continuidade, ruptura, redirecionamento ou inovação das políticas públicas ou mesmo a falta de planejamento e descaso.

4.3.3 Secretários (as). Municipais

Ainda no grupo gestores, o subgrupo secretários, foi definido cinco secretários que estão diretamente ligados aos serviços sociais básicos de atendimento à população.

Quadro 13 – Grupo Gestores: Subgrupo Secretários Municipais

SUBGRUPO GESTORES – SECRETARIOS		
código	sexo	Gestão
01	F	Secretário Municipal de Educação
02	M	Secretário Municipal de Saúde
03	M	Secretário Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos
04	F	Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania
05	M	Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fonte: Elaboração do autor.

A proposta dos questionários com questões semiestruturadas relacionados aos serviços públicos prestados na área da pesquisa aplicados aos secretários foi verificar as ações das secretarias direcionadas às populações das áreas de ressacas da cidade, em especial da área de ressaca do Bairro dos Remédios.

4.3.4 Ex-secretários de Meio Ambiente

Foram definidos do subgrupo ex-secretários municipais de Meio Ambiente as duas gestões passadas para a verificação das ações ambientais desenvolvidas na cidade de Santana.

Quadro 14 – Grupo Gestores: Subgrupo Ex-Secretários de Meio Ambiente

SUBGRUPO GESTORES – EX-SECRETARIOS		
Informante	sexo	Gestão
01	M	Secretário Municipal de Meio Ambiente
02	M	Secretário Municipal de Meio Ambiente

Fonte: Elaboração do autor.

Entrevistados com finalidade de analisar os processos da gestão ambiental em termos de avanços, retrocessos ou estagnação das políticas públicas

4.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Os instrumentos da investigação foram elaborados dentro de uma abordagem com foco em três elementos a serem investigados em relação ao objeto: Meio Natural, Meio Biológico E Meio Social

4.4.1 Questionários a serem aplicados

Segundo Manzato e Santos (2016), as questões podem ser abertas, quando o entrevistado discorre sobre seu ponto de vista e, fechadas ou objetivas, quando há opções de respostas.

- **Grupo I-** Aos moradores de ressaca: questões para investigar o “olhar”, a percepção dos moradores da área objeto da pesquisa, referentes ao

impacto ambiental da ocupação e os reflexos no aspecto social. (Questionário em apêndice)

➤ **Grupo II-** Aos gestores municipais: questões para investigar o “olhar”, a perspectiva dos gestores com relação ao fenômeno da antropização, em especial a área de ressaca do Bairro dos Remédios. Descrição das ações de cada secretaria no enfrentamento do fenômeno pesquisado. (Questões em apêndice)

Quanto ao grupo I – moradores, tivemos um pouco de dificuldade no recolhimento dos questionários. Foram problemas pontuais de alguns participantes, devido os horários de trabalho, mas não houve desistência e nem falta de entrega das informações. Todos os participantes foram muito receptivos.

Quanto ao grupo II – o subgrupo secretários foi o mais demorado em entregar as respostas. Também atribuímos essa observação devido ao acúmulo de atividades de cada secretaria. Mas também não houve resistência.

4.4.2 Entrevistas gravadas

Trata-se de uma técnica rigorosa que necessita de um planejamento prévio e roteiros que delimitem o percurso para se alcançar os objetivos da pesquisa.

➤ **Grupo I** - Entrevistas com os moradores: preparadas, conforme roteiro no apêndice A, produzidas com finalidade de investigar a fala dos moradores sobre a vida cotidiana na área objeto da pesquisa.

➤ **Grupo II** - Entrevistas com gestores municipais: preparadas, conforme roteiro no apêndice B, produzidas com a finalidade de investigar o discurso dos diferentes gestores sobre o enfrentamento do fenômeno da antropização urbana e a elaboração de políticas públicas de gestão ambiental.

Quanto aos sujeitos do grupo II – gestores, as entrevistas foram feitas de acordo com a disponibilidade de tempo, sendo que no subgrupo prefeitos tivemos mais dificuldade. As três entrevistas foram reagendadas por mais de duas vezes. Os fatores estavam relacionados na dificuldade de agenda dos prefeitos, mas não houve empecilho ou constrangimento.

4.4.3 Observação in loco

A observação, segundo Marconi e Lakatos (2003), é importante, pois pode comprovar uma teoria, um discurso na prática. Para tanto foram feitas visitas na área da pesquisa quinzenalmente nos três primeiros meses para verificar a dinâmica do cotidiano dos moradores, a relação destes com meio ambiente (MEIO NATURAL), quanto aos conceitos de preservação (MEIO BIOLÓGICO), de limpeza da área, de hábitos ambientais, dos serviços públicos (MEIO SOCIAL) ofertados à comunidade, do lazer e entretenimento, e outros.

Também serão realizados registros fotográficos e gravação de imagens no decorrer das visitas de observação.

A observação sistemática considerada como parte essencial do trabalho de campo em uma pesquisa de natureza qualitativa, portanto, imprescindível à compreensão da realidade almejada. Para Marconi e Lakatos (2007) é uma técnica que utiliza dos sentidos para obtenção de determinados aspectos da realidade, não consistindo, no entanto, em apenas ver e ouvir, mas também em examinar fatos que se pretende estudar.

Pontuamos dois aspectos relevantes acerca da observação sistemática: 1) não precisa ser rígida e nem padronizada demais, pois o campo pode apresentar elementos do objeto, que não haviam sido contemplados no roteiro da observação, ou até o inusitado acontecer (MARCONI; LAKATOS, 2007); o segundo aspecto, 2) é que não é tarefa fácil eliminar a influência do pesquisador durante a observação, uma vez que, a simples presença dele no cenário, de alguma forma interfere no contexto do cenário e nas atitudes dos presentes (MINAYO, 2008).

Por conhecer todo o processo histórico de ocupação e está ligado ao cotidiano da área de estudo é tentador as influências pessoais no processo investigativo da observação direta. Entretanto o distanciamento possibilita a melhor visão de todo o processo investigativo.

Esta etapa da pesquisa ocorreu paralelo à realização da aplicação dos questionários e entrevistas aos moradores. Foram realizadas observações em dias e horários diferentes conforme o objetivo da visita.

As observações foram registradas em um caderno de notas que Minayo (2008) denomina de diário de campo, em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que observa e que não é objeto de nenhuma modalidade de entrevista.

Nele devem ser escritas impressões pessoais que vão se modificando com o tempo, resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórias com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, dentre outros aspectos (MINAYO, 2008, p. 285).

Por vezes essas observações foram gravadas no gravador do celular para em seguida digitas para melhor registro das anotações. Ao final foram organizadas para triangulação dos dados de análise de todo o material empírico coletado na pesquisa.

Além das técnicas já descritas como instrumentos da investigação, uma terceira utilizada no estudo foi a análise documental, pois fornece subsídios para compreensão do objeto de estudo, sejam relatórios, planos setoriais, atas de reuniões, leis ou regulamentos. Para Gil (2008), a pesquisa documental vale-se de documentos que ainda não foram analisados.

Buscamos então nos documentos que tratam da política de gestão ambiental e sobre políticas públicas de assistência aos moradores de áreas de ressacas. Após uma busca dedicada e pelas disponibilidades do material chegamos aos documentos conforme o quadro 15.

Quadro 15 – Documentos referentes à gestão ambiental de áreas de ressacas

DOCUMENTOS REFERENTES À GESTÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DE RESSACAS	
Documento 01	Lei das Ressacas
Documento 02	Plano Diretor do Município de Santana
Documento 03	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
Documento 04	Relatório do Mapeamento de Riscos de Desastres da Cidade de Santana
Documento 05	Lei de Parcelamento do Solo
Documento 06	Lei que cria os bairros de Santana
Documento 07	Lei que cria a estrutura organizacional das secretarias de gestão municipal
Documento 08	Diagnóstico Ambiental de Santana
Documento 09	LDO/PMS ano 2014, 2017 e 2018
Documento 10	Relatório de Gestão PMS – ano 2017
Documento 11	Lei Gari Comunitário – 1004/2013
Documento 12	Código de Postura – Lei nº 266/PMS
Documento 13	Decreto nº 809/2017 – Código ambiental de Santana

Fonte: elaboração do autor

O documento 01 foi acessado pelo site da Secretária Estadual de Meio Ambiente – SEMA, os documentos 02, 03, 04, e 08 faz parte do acervo do pesquisador, os documentos 05, 06 e 07 foram acessados na Câmara de Vereadores de Santana – CVS, o documento 09 foi acessado pelo site da Prefeitura Municipal de Santana, o documento 10 foi requerido na SEMGOV/PMS.

Após a coleta dos dados, realizada de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, eles são elaborados e classificados de forma sistemática.

4.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados nesse estudo foram analisados mediante uma aproximação do hermenêutico-dialético que, segundo Minayo (2008) constitui um importante caminho do pensamento para fundamentar pesquisas qualitativas, tendo em vista que a Hermenêutica busca a compreensão do sentido que há na comunicação entre os indivíduos (valorizando seu contexto histórico-cultural) e a dialética posiciona-se como a arte do diálogo, da pergunta e da controvérsia, buscando nas falas os núcleos contraditórios para realizar uma crítica sobre eles. Assim, buscamos analisar os dados obtidos por meio das falas nas entrevistas, das observações sistemáticas e documentos selecionados atentos ao processo da antropização urbana na ressaca do Bairro dos Remédios, pois a partir do momento que nos propomos a analisar este objeto, comprometemo-nos em compreendê-lo, deparando-nos ao longo do percurso com suas contradições, suas divergências e conflitos.

A opção pela escola da relação Hermenêutica x dialética como método de análise deu-se em virtude da busca de entender como o processo vem acontecendo ao longo do tempo, dentro de uma perspectiva de atitude crítica do diálogo, conforme Minayo (2008). A postura da investigação não se propôs a engessar de “verdades absolutas”, mas uma profunda e ampla reflexão de análise da realidade social na forma em que se apresenta.

Utilizar das ferramentas da Hermenêutica como arte da compreensão de sentido na comunicação entre pessoas, tendo o discurso como núcleo central, contribui para o entendimento da vida cotidiana, do senso comum, da visão de mundo, e outros sentidos que mostram que o ser humano é histórico, cultural, espiritual, finito

e, portanto, se relaciona e complementa através da linguagem. Entretanto essa linguagem precisa ser compreendida no contexto e cultura em que está inserido.

Nisso pressupomos a importância da abordagem do estudo. A análise do processo da antropização urbana sob o olhar dos moradores da área de ressaca do bairro dos Remédios, do olhar dos gestores, tanto em nível dos formuladores de políticas públicas como dos tomadores de decisões políticas.

Minayo (2008) fala da (in) transparência da linguagem como instrumento de dominação, sendo assim necessário a desmistificação e o olhar crítico do investigador. A partir desses cuidados, a autora recomenda a junção da Hermenêutica com a Dialética.

[...] instrumentos de crítica e de apreensão das contradições na linguagem; compreender que a análise dos significados a partir do chão das práticas sociais; valorizar os processos e as dinâmicas de criação de consensos e contradições no interior dos quais a própria oposição entre o pesquisador e seus interlocutores se colocam e ressaltar o condicionamento histórico das falas, relações e ações (MIANYO, 2008, p. 168).

Se a Hermenêutica favorece a identificação das convergências e as complementaridades no material empírico, a dialética identifica as divergências e as diferenças nas falas, observações e nos documentos catalogados no campo. Desta forma, a análise dos dados foi sistematizada em três etapas conforme o método: Ordenação dos dados; Classificação dos dados e Análise final dos dados.

O início da análise ocorreu desde as visitas no campo para aplicação dos questionários aos moradores. Depois nos momentos de gravação de entrevistas e principalmente na transcrição das falas dos entrevistados. Depois o material foi ordenado todo no conteúdo de acordo com os grupos que os informantes participaram. Assim foi também o procedimento com os dados da observação sistematizada, tanto na área de investigação do diagnóstico como nas secretarias municipais. Cada observação foi registrada em gravação com aparelho de áudio, registradas em caderno de observações e depois digitadas em arquivo da pesquisa para ser transformada em documento como apêndice da pesquisa.

Grupo 01- moradores/ de acordo com as quatro zonas, total de vinte famílias.

Grupo 02- gestores/formuladores de políticas, subdivididos em: prefeitos, secretários e ex-secretários.

A partir da ordenação dos dados foi possível realizar uma leitura geral do conteúdo que estava organizado pelos instrumentos: questionário e entrevistas. Sendo organizados por questões norteadoras de acordo com os objetivos da pesquisa. Então passamos para a próxima etapa, a classificação dos dados. Aqui o trabalho consistiu em subsidiar a revisão bibliográfica com o material da pesquisa de campo. Minayo (2008) descreve essa fase como importante momento para o investigador mergulhar no conteúdo. Na linguagem popular “é o momento de tirar as escamas”. É o encontro da revisão bibliográfica com as informações colhidas no campo.

Foram identificadas as unidades de registros, que consistem em extratos dos depoimentos que possibilitaram a identificação de ideias centrais em cada fala e das observações. Fez-se necessário uma leitura exaustiva de todo o material processado. Com isso, levou-nos a apreensão do conteúdo do material, do qual surgiram os seguintes núcleos de sentido:

- Diagnóstico do processo de antropização em áreas de ressacas com foco em Meio natural, Meio biológico e Meio Social;
- Políticas públicas ofertadas às populações de áreas de ressacas: saúde, limpeza, coleta de lixo, água potável, energia, segurança;
- Ações de planejamento de gestão ambiental;

Após a identificação dos núcleos dos sentidos, os dados coletados foram organizados segundo os quadros de análise. A síntese vertical possibilitou uma ideia global dos núcleos de cada questionário e entrevista e de todas as observações. Já a síntese horizontal nos possibilitou visualizar os depoimentos e extrair das falas tanto convergências, complementaridades, divergências como diferenças. Por meio do confronto entre esses extratos classificados as informações tiveram um sentido mais amplificado dentro da compreensão do campo.

Após a ordenação e classificação dos dados, os mesmos foram inter-relacionados para um confronto entre grupos. O que resultou na formulação das seguintes categorias e subcategorias, conforme o quadro 16.

Quadro 16 – Categorias e subcategorias de análise

CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE	
CATEGORIA I – A REALIDADE SOCIOAMBIENTAL DA MORADIA NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS.	
Subcategoria 1	meio natural
Subcategoria 2	meio biológico
Subcategoria 3	meio social
CATEGORIA II – SERVIÇOS PÚBLICOS OFERTADOS PELA GESTÃO MUNICIPAL AOS MORADORES DE ÁREA DA RESSACA.	
Subcategoria 1	serviços básicos de saúde, coleta de lixo, educação, segurança, distribuição de água potável, esgotamento sanitário.
Subcategoria 2	Educação ambiental
Subcategoria 3	prevenção de riscos a desastres
CATEGORIA III - ALCANCES E LIMITES DO PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO DE ÁREAS DE RESSACAS.	
Subcategoria 1	Limites legais – Legislação ambiental: o que pode ser feito na área?
Subcategoria 2	Planejamento de ações: nível emergencial e nível estruturante.
Subcategoria 3	Do “Fazejamento” ao Planejamento

Fonte: elaboração do autor

Chegamos à etapa – análise final dos dados – na qual podemos extrair os conteúdos latentes das falas fundamentais dos informantes. Estivemos atenciosos ao intento de responder às questões que nortearam a pesquisa e alcançar os objetivos propostos, conforme nota de observação da banca que qualificou o projeto da pesquisa.

Todo o conteúdo das falas presentes na análise está escrito com fidelidade ao que foi dito pelos entrevistados. A apresentação dos mesmos ao longo do capítulo do resultado da pesquisa se dará no final da fala, entre parênteses de acordo com a numeração de informante e grupo, por exemplo – (Inf. 01/ grupo I). Os documentos serão apresentados mediante numeração, exemplo: (Doc. 05) – de acordo como aparecem na ordem em que foram descritos anteriormente.

Com o trabalho criterioso da construção das informações da presente pesquisa, partimos para o capítulo que trata da análise dos dados. Assim buscamos de forma crítica e reflexiva compreender o objeto – O fenômeno da Antropização urbana na área de ressaca do Bairro dos remédios – do processo de ocupação até o presente momento; como a gestão municipal oferta serviços de atendimento à essa população e a formulação de políticas públicas de gestão ambiental para o enfrentamento do fenômeno.

Os tópicos do capítulo dos resultados da pesquisa dão ênfase à cultura regional por meio da poesia do artista amapaense Jose Miguel¹⁹, que traduz a vida cabocla do setentrião do Brasil, através da música Vida Boa

¹⁹José Miguel de Souza Cyrillo(Macapá, 29 de setembro de 1962) é um cantor e compositor brasileiro. Está entre os principais representantes da música na Amazônia, com valorização dos ritmos regionais, como o batuque e o marabaixo, elementos marcantes da cultura afro no Amapá.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

“O planejamento é importante para se mensurar os problemas de uma sociedade” (José Alberto Tostes)

Ao iniciarmos a análise dos dados nesse estudo, trouxemos o que foi adentrar no campo da pesquisa para compreensão da antropização na área de ressacas do bairro dos remédios e como se pode elaborar políticas públicas para o enfrentamento desse fenômeno. Contextualizando o objeto de estudo com o processo histórico da gestão municipal e as ferramentas de planejamento urbano e as limitações impostas pela legislação ambiental.

Neste capítulo, o estudo mostra a realidade do objeto de estudo através das demandas nos focos: Meio Natural, Meio Biológico e Meio Social. As demandas foram identificadas pelas falas do grupo de moradores, através dos subgrupos, por zona diagnosticada. Depois foi investigada a gestão municipal através do grupo gestores, sendo os subgrupos: prefeitos, secretários de meio ambiente e secretários municipais atuais. Neste grupo a investigação buscou informações do modelo de gestão ambiental do município no espaço temporal dos dez últimos anos triangulando os discursos dos gestores com os focos de pesquisa e a fala dos moradores, notas de visitas e teóricos da gestão ambiental.

A gestão ambiental como instrumento da organização da cidade é ampla tanto no planejamento como nas ações. Toda obra no território urbano deve levar em consideração os impactos ambientais. Através de parâmetros legais a gestão ambiental trabalha pensando o espaço urbano com o princípio da equidade tanto para presentes como futuras gerações.

Para Quintas(2006), a Gestão ambiental deve ser vista como um processo de mediação de interesses e conflitos, entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal.

O mesmo autor coloca o poder público como o mediador desses conflitos e os instrumentos de planejamentos de gestão ambiental como direcionamento do *modus operandis* das soluções de conflitos. Lembrando que as decisões não são neutras, são políticas, no sentido de levar em consideração as necessidades de todos os envolvidos. (Quintas, 2006)

Buscamos documentos de nível municipal, estadual e federal que trouxesse informações sobre a antropização. No estado do Amapá, temos a obra Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, que dá base aos estudos da temática ambiental sobre as áreas de ressacas. Além de muitos estudos já publicados em diferentes focos de investigação.

Em outros documentos consultados de pesquisas científicas em áreas de ressacas, não vimos algo direcionado ao nosso objeto de estudo. A maioria dos estudos bem elaborados foi direcionada às áreas de ressacas da cidade de Macapá. Entretanto como os processos de investigação se aproximam, foram colhidas muitas informações correspondentes.

Dos aspectos relacionados ao diagnóstico da área de ressaca do Bairro dos remédios, além das informações colhidas pelos questionários aplicados aos informantes das zonas de pesquisa e das anotações dos relatórios de visita técnica e da análise de registro fotográfico, foram colhidas informações nas secretarias municipais que estão ligadas aos serviços prestados aos moradores.

Os conceitos de gestão ambiental abrem os questionamentos aos gestores sobre a forma do planejamento ambiental na cidade de Santana, fazendo uma discussão sobre as ações desenvolvidas nas três últimas gestões. Os avanços, os retrocessos e as permanências de problemas e soluções sendo apresentadas na dialética da discussão entre os atores.

Tostes (2016) trata da paisagem da cidade como uma obra, ou seja, construída aos poucos. É o resultado das ações humanas que vão se sobrepondo, com base em relações entre seus habitantes. Outros fatores também são influentes e até determinantes no processo de construção do espaço urbano. Mas a ação da gestão urbana é fundamental para direcionar, de forma planejada, o espaço urbano.

A secretaria Municipal de meio ambiente desenvolve papel decisivo nas ações de gestão ambiental, mas a realidade desta pasta desde as três últimas gestões apresenta as dificuldades tanto na parte gerencial como operacional.

Entendemos que as articulações da gestão ambiental precisam alcançar, em primeiro lugar, a própria gestão municipal através do envolvimento de todas as secretarias, concomitantemente outras instituições parceiras, como Ministério Público - MP e Batalhão Ambiental - BA e Delegacia do Meio Ambiente – DEMA, além de promover a participação da sociedade para garantir o engajamento de todos nas soluções de conflitos.

Essas articulações também precisam envolver os poderes. O legislativo, municipal através da câmara de vereadores, é fundamental para a normatização da construção do espaço urbano ambientalmente saudável. As leis municipais não podem comprometer o espaço da cidade. Trocas políticas devem ser evitadas. As concessões de benefícios particulares não podem ser toleradas quando está em jogo o bem-estar da coletividade.

A participação popular nas discussões da gestão ambiental fundamenta a legitimidade de todo o processo de gestão ambiental da cidade. Quintas (2006) recomenda que sejam aplicados procedimentos que facilitem a participação dos diferentes atores sociais tanto no estudo, como na busca de solução, e também na socialização dos resultados encontrados.

Doravante, vamos nos deter à realidade pesquisada, dialogando com os atores que abordam a temática e trazendo as falas, dados documentais e os relatórios das observações sistemáticas acerca da antropização da área de ressaca do Bairro dos Remédios, de maneira crítica e reflexiva, vamos delinear algumas propostas de políticas públicas de enfrentamento desse fenômeno socioambiental.

5.1 “A VIDA DAQUI É ASSIM DEVAGAR”: A ANTROPIZAÇÃO URBANA EM ÁREAS DE RESSACAS: A REALIDADE DA OCUPAÇÃO NO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP

5.1.1 Análise da síntese do grupo moradores: meio natural, meio biológico e meio social

Os questionários aplicados em cada zona da área apontaram nas respostas, similaridades e contradições nas informações, esse fator demonstra o quanto é ampla e complexa a visão do ser humano. A diversidade do olhar de um objeto está intrínseca não somente a visão, mas a amplitude dos sentidos e sentimentos.

O MEIO NATURAL DA ZONA 01

Os dados obtidos pelos informantes 01,02,03,04,05, (modelo do questionário no apêndice A), revelam a realidade do meio ambiente antropizado. A

síntese horizontal na tabela de respostas dos questionários revela as informações as quais apresentamos:

A maioria dos informantes da zona 01 mora há mais de dez anos na área, sendo apenas o informante 05 que vive entre cinco a dez anos. Por essa informação, vemos que os relatos fornecidos já são de grande importância do processo histórico da ocupação e degradação ambiental.

Apenas um dos informantes não tem desejo de mudar a sua moradia da área, os demais, todos informaram a vontade de mudar de endereço tendo como causa principal disso a insegurança provocada pelo fator social da violência.

A ocupação histórica do bairro ocorreu por volta do final da década de 1980 e apesar da maioria desses moradores estarem na área desde o início desse processo, todos informaram que nunca receberam da prefeitura informações do perigo de morar no alagado. Se houve uma omissão dessas informações ou foi proposital para incentivar a ocupação, não foi relatado. O que se percebe é que apesar do processo da ocupação já ter mais de trinta anos, até hoje essas informações dos eminentes perigos da moradia em áreas alagadas não são disponibilizadas à população.

Outra informação fundamental para o bom equilíbrio natural do meio ambiente é a educação ambiental para os moradores. Todos os informantes da zona 01 responderam que nunca receberam uma ação de educação ambiental. Revelaram total desconhecimento desse assunto.

Conforme as informações produzidas pelo relatório de visitas técnicas in loco, percebemos que há uma diferenciação no comportamento dos moradores com relação à convivência com o espaço natural. A Observação nos mostrou que os ambientes no entorno das casas refletem o nível de preocupação dos moradores com o meio ambiente. Existem aqueles que constantemente têm a preocupação de limpar a área alagada, retirando os resíduos e vegetação para não proliferar insetos. Tomam a iniciativa da limpeza e não esperam pelo poder público.

A Fotografia 02 mostra um bom exemplo do morador que limpa o entorno da casa. Essa atitude gera um aspecto de limpeza e beleza. O espelho d'água limpo, e a composição de plantas medicinais na frente da residência, pintura e organização do espaço, demonstra um comportamento diferenciado do morador. Vimos esses cenários em pelo menos três residências na zona 01 como bons exemplos de cuidado com o entorno da casa e recolhimento dos resíduos da família.

Foto 02 - Ambiente limpo pelo próprio morador da Zona 01



Fonte: arquivo do autor: moradias na zona 01

Quando abordados, os moradores nos relataram que a maioria dos vizinhos não tem o mesmo procedimento com a frente das casas e isso também é revelado com as imagens capturadas nas visitas in loco. A degradação ambiental é visível devido ao lançamento de dejetos e efluentes domésticos, sem nenhum tratamento nos corpos d'águas, por conta da falta de um comportamento ambiental desfavorável dos moradores.

Aqui todo mundo joga lixo na água, tá do jeito que o senhor vê. A sujeita toma conta de tudo. Ninguém limpa e ainda joga pro terreno dos outros. (Informante 04 subgrupo morador Zona 01)

A maioria não faz o descarte dos resíduos de maneira adequada. Tornou-se quase que cultural jogar o lixo pela janela na área alagada. A percepção disso conforme a ilustração vai diferenciar a paisagem tornando num ambiente feio e perigoso.

Foto 03 – Resíduos acumulados nos quintais das residências da Zona 01



Fonte: arquivo do autor.

Pela ilustração percebemos que a imagem revela um ambiente impactado com o acúmulo de lixo. Estão expostos nesses ambientes os focos de doenças parasitárias e proveniente de animais peçonhentos. A insegurança aumenta de acordo com o nível de educação ambiental que o povo recebe. A ausência de políticas públicas que ofertem conhecimento à essa população só tende a agravar os perigos.

O MEIO BIOLÓGICO DA ZONA 01

O meio biológico na zona 01 também apresenta suas particularidades. A maioria dos informantes disse que não usam água da ressaca, nem para lavar roupa, nem para limpar casa ou qualquer outro uso. Essas informações comprovaram, em nota de observação, que os moradores dessa zona têm medo do uso da água tanto pelo perigo de contaminação como pela presença de animais na água.

Em observação in loco, chamou nossa atenção, a moradora, num dia de chuva, lavando o pátio da casa com a água direta da ressaca, mas quando perguntado aos cinco informantes sobre o uso de água da ressaca, todos afirmaram nunca usar dessa água, mencionaram de não usar por medo de contaminação e de animais que ficam na água.

A presença das águas está em toda a área da ressaca do bairro. Isso fica bem visível nas imagens das zonas diagnosticadas. Chamam-nos atenção, as informações sobre acidentes por moradia em área de alagado. Os cinco informantes relataram o caso de duas mortes de crianças por afogamento na zona 01. Uma das

vítimas foi o filho de um ano e oito meses da informante 04. O diagnóstico a partir dessa informação se tornou ainda mais importante sobre a prevenção de acidentes de menores nessas áreas. A presença de crianças nas pontes da Zona 01 foi bem menor que nas demais zonas, talvez pelo impacto desse ocorrido, que ainda está na memória da população.

Cenas comuns no ambiente dessa zona são crianças correndo e brincando nas pontes sem a presença de responsáveis, conforme o registro de observação de visita.

Fomos abordados por algumas crianças que corriam nas passarelas curiosas do que estávamos fazendo ali? Demos todas as explicações a elas. Ao perguntarmos o que faziam sozinhas correndo naquele horário cerca 10 horas da manhã elas disseram estarem sozinhas em casa. Os pais estavam trabalhando. A imagem nos chamou a atenção das crianças descalças, com aspecto de sujeira e barrigudas. (Relatório de Observação Nota 03)

A vulnerabilidade infantil é um aspecto importante no diagnóstico que deve ser informado aos órgãos competentes.

Outro aspecto do diagnóstico são os perigos dessa população com as doenças proveniente de ambientes insalubres. O informante 04 relatou que um membro da família sofreu dengue e atribuiu ao fator da presença de mosquitos na água parada.

Existe o perigo de doenças que transmitidas em ambientes de alagamento. Segundo Moraes e Santos (2014), no Amapá, devido à precariedade destes serviços, houve um aumento de cerca de 20% das taxas de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, como por exemplo, Leptospirose e Malária (BRASIL, 2010b).

Ainda as autoras, ao realizarem pesquisa relacionada às doenças ligadas aos lugares insalubres como as ressacas, apresentaram informações de acordo com o Relatório de Situação Amapá do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, constatando que no estado, as doenças com maiores índices de ocorrência em 2010 foram: Diarréias com 21.785 notificações, Malária com 12.431, Dengue com 2.366, Hepatite A com 224 e Leptospirose com um total de 219 (BRASIL, 2011).

As informações dos respondentes quanto à população de espécies de peixes que ainda podem ser vistas na ressaca foram assim descritas numa ordem de proporção dos mais citados: moréia (*Anguilla rostrata*), tamuatá (*Hoplosternum littorale*), tilápia (*Oreochromis*) e puraqué (*Electrophorus electricus*). O

destaque foi a introdução da espécie tilápia nesse ambiente amazônico. É uma espécie não nativa dos lagos e igarapés da Amazônia que se reproduz rapidamente e impacta o meio ambiente pela disputa de espaços e alimentação com os peixes nativos. Essa realidade tem chamado atenção da comunidade científica sobre as consequências desse fenômeno. O certo é que na Cidade de Santana, a introdução da tilápia nas áreas de ressaca ocorreu pelo rompimento de uma barragem de criação em cativeiro dentro da bacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza e rapidamente os peixes se espalharam por todas as ressacas.

Sobre a presença de animais na zona 01, tanto a nota de observação como a síntese dos respondentes, apontam para uma realidade que precisa de ações da gestão municipal e dos próprios moradores. Presença de animais perigosos como cobras e ratos, e também de animais domésticos, cachorros e gatos soltos nas passarelas

Foto 04 – presença de animais domésticos nas passarelas – Zona 01



Fonte: arquivo do autor

A presença dos animais sem controle de zoonoses pode trazer um impacto de saúde pública direta aos moradores locais, pois a percepção que tivemos no local foi o acúmulo de fezes desses animais expostos nas passarelas onde as pessoas trafegam diariamente. Tanto o contato de crianças descalças como a própria inalação são vias de contaminação de doenças. As observações sobre esse aspecto estão registrados no caderno visitas técnicas.

Muitos animais soltos nas passarelas chama a atenção de quem adentra a ressaca do bairro dos remédios em qualquer hora do dia ou da noite. São animais domésticos que os donos deixam soltos por falta de hábito de prende-los em local apropriado. Algumas casas que abordamos, tivemos dificuldade de acesso por causa da presença desses animais. Outro cuidado foi pra não se sujar com as fezes dos animais nas passarelas. Algumas vezes tivemos de limpar o calçado por causa disso. (Relatório de Observação Nota 04)

Ainda sobre a flora e fauna presente no ambiente biológico na zona 01, a síntese das respostas dos informantes mostra os aspectos da realidade do local, o primeiro é que a zona 01 teve um forte impacto na ocupação pela supressão da vegetação nativa, as imagens que obtivemos de período anteriores mostra que com o avanço da ocupação as manchas verdes da vegetação foram sendo substituídas por edificação de casas; segundo, que houve pouca reposição de plantio de árvores no local, pois a maioria dos informantes disse não se alimentar de frutas colhidas na área, isso pode ser explicado pela falta dessas plantas frutíferas; o terceiro aspecto da fauna da zona 01 é o reduzido cultivo de plantas medicinais. Quanto à fauna do ambiente biológico da zona 01, a síntese das respostas dos informantes mostra a presença de uma diversidade de aves presentes no local, com destaques nas respostas de: beme-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), pica-pau (*Caprimulgidae*), Jaçanã (*Jacacidae*), socó (*Tringoides lineatum*). Dessas aves a que é estranha a esse ambiente natural é o urubu. A presença de urubus está ligada ao acúmulo de lixo e a disposição de animais mortos na zona 01.

Foto 05 - Ausência da vegetação nativa – Zona 01



Fonte: arquivo do autor

O impacto da antropização na zona 01 é visível pelo aspecto da consolidação da ocupação. Nesta zona houve a supressão quase que total da vegetação nativa conforme a ilustração 05.

Abordamos duas questões aplicadas aos informantes sobre a presença de resíduos na área alagada e a causa do acúmulo de lixo no canal que atravessa o bairro. Na síntese das respostas obtivemos respostas de que os próprios moradores jogam seu lixo doméstico diário no canal. Outra causa apontada pelos informantes quanto à cor da água e sujeira foi o despejo do esgoto sanitário diretamente na água. Fazemos destaque à fala do informante da zona 01, que comprova as informações dos respondentes. *“devido o esgoto ser despejado direto no igarapé/não tem limpeza, aqui próximo da minha casa eu mesmo é que limpo”* (informante 05, subgrupo moradores Zona 01)

A pergunta seguinte a essa foi para saber como é feita a limpeza do canal, pois a preocupação apresentada pelos moradores registrada na observação 05 foi do perigo de transbordamento do canal em períodos de chuva forte e de maré alta do rio Amazonas.

Um dos aspectos observado hoje é o acúmulo de resíduos no canal que passa pelo meio da área de ressaca. Esse canal foi aberto pela empresa ICOMI S/A ainda na década de 1950 para servir de escoamento das águas, para evitar a transmissão de doenças epidêmicas provenientes de águas paradas. Aquilo que era uma solução de prevenção de saúde, hoje pela falta de manutenção e limpeza se tornou um dos problemas pra quem mora aqui. Tanto pelas doenças como pela insegurança de alagamento e prejuízos de inundação nas casas. (Relatório de Observação 05)

Na síntese das respostas, os informantes apontam a ineficiência do poder público em fazer limpeza continuada do canal. O informante menciona um tempo muito distante de manutenção: *“a PMS que limpa, já fazem dois anos que o canal não é limpo”*. (Informante 04)

Foto 06 – Aspecto do Canal - Zona 01



Fonte: Arquivo do autor

O MEIO SOCIAL DA ZONA 01

As questões foram direcionadas aos serviços públicos ofertados a essa população. A síntese das respostas dos informantes da zona 01 revela que a população considera essa área como um bairro perigoso para morar devido ao fator violência. Nas visitas que fizemos em cada zona considerei a zona 01 o ambiente mais seguro para nossa locomoção dentro do objeto de estudo. Um dos fatores deve ser devido à distância entre as casas da passarela. Não sentimos tanta tensão de ameaça de perigo, mas consideramos as respostas de quem mora e convive com a violência apresentada nas respostas.

Dentre as maiores necessidades de serviço público apresentado nesta zona, se destacam em ordem de repetição nas respostas: 1- limpeza, 2- segurança, 3- energia e, 4- saúde.

Sobre a limpeza, a visita no local e as imagens registradas mostram que é um dos mais necessários serviços a serem prestados pela gestão municipal.

Foto 07 - Coleta do Lixo Doméstico - Zona 01



Fonte: Arquivo do autor

Conforme a Foto 07, o lixo domiciliar é disposto em caçambas contêiner em área fora da área de alagado. Esses contêineres são retirados três vezes por semana. Num horário incerto os coletores vêm buscar o contêiner, que muitas vezes já estão transbordando pela grande quantidade de resíduos. Conforme a ilustração 07, esse contêiner já estava cheio e ainda faltava muito tempo para ser recolhido. Quando há o transbordamento o aspecto de lixo acumulado ao redor da caçamba é muito impactante. Esse processo possibilita o aumento de roedores e outros animais peçonhentos na área.

Foto 08- Processo de Aterramento nas Vias de Acesso - Zona 01



Fonte: Arquivo do autor.

As vias de acesso da área de ressaca são os primeiros ambientes a receber o impacto da ocupação. Aterros de diversos materiais são jogados para o aterramento da área alagada. Esse processo é mais intensificado em períodos de eleições pela troca de favores eleitorais.

Um serviço que precisa de atenção especial da gestão municipal é a atenção básica de saúde dessa população. A pergunta do questionário sobre a presença de agentes do programa de Estratégia de Saúde da Família – ESF/PMS, na síntese das respostas, os informantes disseram que esse serviço não aparece na zona 01. Destacamos as falas dos informantes: *“a população só é atendida no posto de saúde”* (Informante 01); *“faz sete anos que não vem agente de saúde”* (informante 02); *“nunca vi um fiscal de saúde”* (Informante 03). Outra informação na colhida na síntese é que a população busca o posto de saúde Alberto Lima que está mais próximo do bairro para o atendimento.

Por ser uma área relativamente pequena e todos praticamente se conhecerem, é impossível que a presença desse serviço passe despercebida pela população, daí levar em consideração que realmente não tem aparecido na zona 01, as equipes de saúde da SEMSA.

Sobre o serviço de distribuição de água na zona 01, a síntese das respostas aponta para uma insatisfação geral dos moradores tanto pela quantidade de água durante o dia, quanto pela qualidade que chega às torneiras. A distribuição é feita pela CAESA, a qual recebeu uma concessão a título precário da gestão municipal para ofertar os serviços.

O informante se expressa sobre a realidade cotidiana dos moradores com relação ao abastecimento de água potável: *“falta muita água, tem de usar bomba da água do poço do vizinho”* (informante 02).

Foto 09 - Rede de Distribuição de Água – Zona 01



Fonte: Arquivo do autor

Outro destaque nas falas dos informantes é a qualidade da água que chega às torneiras dos moradores: “Água vem muito lamenta, e não é todos os dias que tem nas torneiras” (informante 05 do subgrupo Zona 01)

Uma unanimidade de respostas que chama atenção na síntese das falas dos informantes está relacionada à educação ambiental. Todos os respondentes informaram que nunca receberam nenhuma ação de educação ambiental de nenhum órgão governamental, nem do GEA e nem da PMS. Isso é perceptível pela própria realidade em que se encontra o ambiente com o nível de degradação.

Loureiro (2004) apresenta a proposta de uma educação ambiental emancipadora, que aplica muito bem à realidade dos moradores da área pesquisada. Segundo o autor, a abordagem da educação ambiental deve ser participativa. Participar trata-se de um processo que gera a interação entre diversos atores sociais na definição de um espaço comum e do destino coletivo (LOUREIRO, 2004).

Pensar o espaço comum é enxergar os perigos da degradação ambiental como comum a todos os moradores, então comum também deve ser a busca de soluções. Mas se nada for feito, o destino também será comum, ou melhor, as consequências de alguma forma atingirão a todos.

O MEIO NATURAL DA ZONA 02

As respostas dos informantes da zona 02 com respeito às peculiaridades do meio natural apresentam dados interessantes com características de distinções e similaridades das outras zonas pesquisadas. Os informantes, na maioria, também moram há mais de dez anos na área e perceberam as mudanças no meio natural.

A síntese das informações mostra que apenas um dos informantes não deseja mudar residência para outro bairro. Sendo a razão de permanência a presença da família: *“não desejo sair do bairro porque os filhos moram perto”* (Informante 06).

A maioria dos informantes alegou a possível mudança de bairro como o fator insalubridade da moradia. Ainda sobre o perigo de morar no alagado, todos os informantes disseram nunca receber informações dos órgãos públicos de alerta de perigos.

O MEIO BIOLÓGICO DA ZONA 02

Sobre o meio biológico, a síntese revela que existem moradores que usam a água da ressaca para uso de lavagem de roupa e limpeza da casa. Essa informação foi comprovada por observação in loco.

Durante visita na zona 02, nos deparamos com pessoas mergulhando baldes na água do canal para lavar a frente da casa. Não havia receio quanto a impureza da água, pois não usava nenhuma luva ou outro instrumento de proteção para mãos e pés. (Relatório de Observação Nota 06)

O contato com a água ocorre por crianças também em atividades de brincadeiras nas passarelas ou pescando com zarabatanas no canal.

Sobre acidentes provenientes da moradia no alagado, os moradores alegaram casos de enfermidade como dengue e malária. A zona 02 tem um fato de presença maior de casos de doenças endêmicas.

Com relação à flora e fauna na zona, a observação in loco nos mostrou que a zona 02 tem uma paisagem com maior quantidade de arborização. Presença de açazeiros e árvores frutíferas. Há uma sensação de clima mais ameno devido à sombra da vegetação.

Foto 10 – Aspectos do Meio Biológico - Zona 02

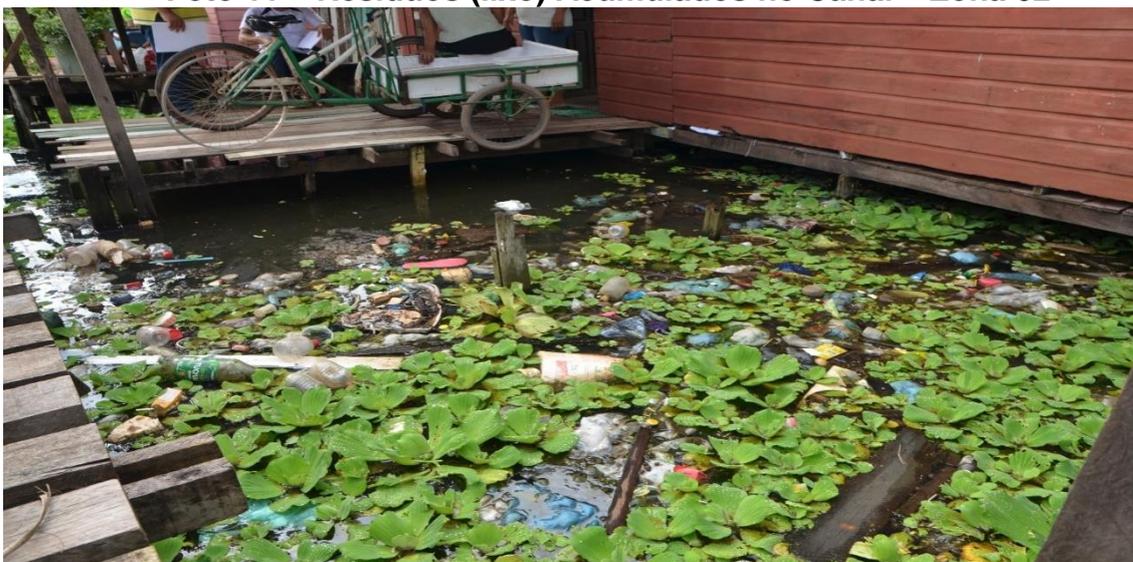
Fonte: Arquivo do autor.

Ainda sobre a flora da zona 02, a síntese mostra que a maioria não se alimenta dos frutos da área, apesar de vermos muitas palmeiras de açaí no local. Apenas um informante relatou se alimentar desses frutos: *“aqui a gente se alimenta de frutas como coco, açaí, manga, ameixa e outros”*. (Informante 08) Sobre uso de plantas medicinais, um informante mencionou nome de plantas que faz uso para tratamento de doenças: *“faço uso de plantas medicinais, tenho hortelã, capim-marinho, erva cidreira, às vezes busco na casa ou do vizinho”* (informante 07)

Sobre a fauna da zona 02, as respostas apontam para a presença dos mesmos tipos de animais da zona 01, mas com o acréscimo de informações da presença de caranguejos (*Brachyura*). De igual forma da Zona 01, na zona 02 vimos muito a presença de animais domésticos soltos nas passarelas.

Ao analisarmos a questão da limpeza na zona 02 de acordo com as perguntas dos questionários aplicados aos informantes, percebemos que nessa zona a degradação ambiental através do acúmulo de resíduos tanto nas áreas externas às casas como nos quintais é bem maior que na zona 01.

Foto 11 – Resíduos (lixo) Acumulados no Canal – Zona 02



Fonte: Arquivo do autor

Foto 12- Aspectos da Acumulação de Lixo e Aterramento – Zona 02



Fonte: Arquivo do auto

As ilustrações das fotografias 11 e 12 mostram a confirmação da síntese das respostas dos informantes. Apesar das imagens, também vimos alguns moradores que se preocupam em limpar a frente da casa e depositar o lixo doméstico no lugar adequado. Mas em relação à maioria dos vizinhos da mesma passarela se tornam realmente exceção.

O recolhimento dos resíduos domésticos na zona 02 é feito de igual forma da zona 01, com contêiner colocado na via de acesso pela av. Tocantinópolis. Com

recolhimento três vezes por semana. Os próprios moradores que levam o lixo até a caçamba. Muitos preferem jogar na frente da casa na área alagada.

Quanto a limpeza do canal, apenas o informante 10 afirmou ver a equipe da PMS limpando o canal. Os demais informantes responderam com informações de que a limpeza é feita uma vez por ano e não é limpo toda a extensão do canal, as vezes só uma parte.

O MEIO SOCIAL DA ZONA 02

Com respeito ao meio social, tanto na observação in loco como nas respostas dos informantes há um destaque para a violência nesta zona. A maioria dos informantes considera o bairro muito perigoso em termos de violência. Na visita que fizemos para aplicação de questionários, registramos em observação essa tensão da violência durante o período da manhã.

Durante a aplicação do questionário sobre o diagnóstico na zona 02 fomos abordados por algumas pessoas, sendo 3 jovens entre 18 a 25 anos indagando sobre o objetivo do nosso trabalho. Foi uma espécie de intimidação sobre a nossa presença na área. Daí sentimos uma certa tensão de movimentação na passarela. Nas demais casa dos informantes que participam da pesquisa, novamente tivemos a mesma sensação de que havia uma tensão de violência naquela zona. Devido esses fatos tivemos de encerrar as atividades antes do horário previsto. (Relatório de Observação Nota 07)

A segurança no bairro foi um serviço que mais apareceu na síntese das respostas sobre a questão para identificar as maiores necessidades de serviços públicos para o bairro, seguidos dos serviços limpeza, saúde e água potável.

A zona 02 também afirmou não receber os serviços da saúde da família pela SEMSA. Como na zona 01, a população da zona 02 não ver a presença de equipes de agentes de saúde.

Apenas um respondente afirmou que *“A água melhorou nas torneiras”*, (informante 10), os demais informantes afirmaram insatisfação com o serviço de abastecimento de água pela CAESA.

Com relação à educação ambiental, todos os moradores da zona 02 afirmaram nunca terem recebido nenhuma ação da prefeitura de Santana e nem do governo do Estado do Amapá.

Na visita técnica na zona 02, observamos outros aspectos do meio social:

É uma zona atendida por energia elétrica com postes em concreto, com rede elétrica, com iluminação pública, porém as lâmpadas estão quebradas. O estado das passarelas, tem uma passarela central em concreto na avenida Ângelo de Moraes e as demais passarelas adjacentes são em madeira de lei. As passarelas em madeira foram recém reformadas e levantadas a um nível de um metro mais alto que a antiga passarela devido as enchentes na área. (Relatório de Observação Nota 08)

MEIO NATURAL DA ZONA 03

Os informantes de 11 a 15 responderam aos questionários na zona 03 e expressaram suas impressões sobre o meio natural desta zona, sendo assim descrito na síntese das respostas: A maioria dos informantes, já mora há mais de dez anos na zona 03; houve uma divisão em cinquenta por cento dos que desejam sair do bairro alegando a falta de serviços públicos que não são disponíveis para os moradores de ressaca, e outra metade não deseja sair do bairro por laços afetivos e costume da moradia. Há um aspecto que nos chamou a atenção na fala do informante quando justificou o motivo de desejo de mudar a residência para outro bairro: *“tenho vontade sair daqui, porque aqui somos muito discriminados por morar em baixada”* (Informante 11)

De igual modo aos informantes das zonas 01 e 02, os respondentes da zona 03 afirmaram não receberem nenhuma informação dos órgãos de segurança sobre o perigo de morar na área de alagado e quais os riscos que eles estão expostos.

O MEIO BIOLÓGICO DA ZONA 03

Esta zona tem um diferencial que aparece tanto na síntese dos respondentes como nos registros de observações: o volume aparente de água é bem maior na zona 03. Conseqüentemente a preocupação deve ser maior também em relação a acidentes e ao risco de alagamento. Mas esses fatores não intimidam a população de construir suas palafitas no meio do canal central.

Foto 13- Edificações sobre o curso natural do canal – Zona 03



Foonte: Arquivo do autor

Sobre a fauna na zona 03, os informantes afirmaram as mesmas espécies de animais já identificadas nas zonas 01 e 02, mas com acréscimo da informação do informante 11 que diz ter visto jacaré (*Alligatoridae*) perto da casa como também apareceu uma nova espécie de ave na informação do informante 14 ter visto com frequência galinha d'água (*Gallinulachloropus*), próximo a residência. De igual forma, as espécies de peixes são as mesmas que aparecem nas zonas 01 02., e a presença de tilápias em maior quantidade segundo os informantes.

Com relação à flora da zona 03, os informantes não fizeram destaque diferente das informações das zonas 01 e 02, entretanto na observação da visita in loco, registramos que nesta zona está ocorrendo a derrubada de árvores nativas que estão junto ao canal.

O processo de supressão das árvores é lento, mas eficiente: primeiros são tirados dos troncos uma faixa de aproximadamente dez centímetros da casca do caule da árvore, depois que seca a árvore é derrubada e queimada até a raiz. (Relatório de Observação Nota 09)

Na ilustração da foto 13, registramos o processo descrito na Nota de observação 09. Os moradores de próximo ao canal se sentem ameaçados pela queda da árvore e resolvem suprimir a vegetação sem qualquer orientação ou licença para isso.

Os respondentes da zona 03 afirmaram a ocorrência de alagamentos nas residências, comprovando as observações in loco. Pelas respostas dos informantes

os alagamentos estão relacionados ao acúmulo de lixo nas águas do canal central e a falta de limpeza na área. Por estar mais próximo do canal a zona 03 é a que mais sofre o impacto dos alagamentos.

já teve alagamento na casa só em fevereiro, tava só sujeira de mururé e lixo o canal. As vezes os moradores que limpam o canal, esse ano a PMS não apareceu. (Informante 13)

Em complemento às informações do informante 13, outro informante diz: “os moradores limpam, a PMS é muito difícil limpar aqui”. (Informante 14)

MEIO SOCIAL DA ZONA 03

A síntese das respostas dos informantes da zona 03 considera o bairro entre pouco e médio em perigo de violência. Isso é interessante quando comparamos com as zonas 01 e 02. O nível de satisfação dos moradores da zona 01 pela presença de ronda policial é bem maior e a sensação de segurança também.

Sobre as maiores necessidades de serviços públicos ofertados à população, aparecem em escala de repetição nas respostas: saúde, limpeza, segurança, água e energia. O atendimento da estratégia da saúde da família novamente aparece na zona 03 de igual forma como na zona 01 e zona 02. Os respondentes afirmaram não ter agentes de saúde no bairro. Apenas o um respondente informou a presença de agentes de saúde: “de vez enquanto aparece a equipe da saúde da família, dão hipoclorito. Marcam uma casa do bairro para fazer ação de saúde” (informante 14).

Na zona 03 a distribuição de água potável é mais satisfatória, segundo a síntese das respostas, que nas zonas 01 e 02. Talvez o fator seja a localização e a interligação com a rede que desce pelo acesso da parte mais elevada.

Também na zona 03 como nas demais zonas já descritas não houve ao longo dos anos de ocupação nenhuma ação de educação ambiental aos moradores promovida por órgãos de governo.

Na observação de campo constatamos que a maioria das passarelas de acesso e mobilidade foi reformada pela atual gestão, entretanto em duas avenidas que cortam a zona 03 por passarelas estão sem reforma, conforme o estado ilustrado na foto 14.

Foto 14 – Condições das Passarelas – Zona 03



Fonte: arquivo do autor.

Aproveitando a análise da ilustração 14, percebemos que as vias da zona 03 são mais espaçadas. As passarelas acompanham o posteamento da distribuição de energia elétrica. Esse fator favorece a circulação do vento, dando a sensação mais agradável à moradia. A vegetação alta é uma das maiores preocupações dos moradores que temem por acidentes com crianças que circulam pelas passarelas, pois nessa zona há muitas crianças que só têm as passarelas como ambiente de lazer, conforme o registro de observação.

É comum durante o dia as crianças estarem circulando nas passarelas. Na zona 03, encontramos várias crianças durante a manhã nas passarelas, mas foi durante a visita da tarde que observamos um número maior de crianças, talvez pelo fato da maioria estudar pelo turno da manhã. O lazer das crianças é variado, umas brincam de “empinar papagaio” (pipas), outras de “pira-esconde” e outras se arriscam na pescaria de tilápia com um instrumento chamado zarabatana²” (Relatório de Observação Nota 09)

Observamos também crianças trabalhando nas passarelas da zona 03. Conforme a Foto 15, encontramos um menino recolhendo latinhas de alumínio para vender, ele e seus irmãos todos os dias recolhem essas latas para ajudar nas despesas da casa.

Foto 15 – Criança trabalhando na passarela – Zona 03



Fonte: Arquivo do autor

O AMBIENTE NATURAL DA ZONA 04

Conforme as informações da síntese das respostas dos moradores da zona 04, os informantes moram há cinco anos ou menos. A maioria dos informantes afirmou o desejo de sair do bairro para comprar casa em outro lugar. Um dos informantes justifica assim a resposta: *"quero sair do bairro por causa das enchentes, e lixo do vizinho que vem pra frente da casa"* (informante 16).

Como também nas zonas 01,02,03, os moradores da zona 04 nunca foram informados do perigo de morar em área alagada. O informante se expressou sobre o temor que tem de residir no ambiente de ressaca: *"porque não moro em um lugar adequado, sendo a área de ressaca com muitos riscos"* (informante 20).

O ambiente natural na zona 04 também está bastante degradado. Com grande quantidade de resíduos jogados no canal central e nos arredores das casas.

Foto 16 – Águas Contaminadas - Zona 04



Fonte: Arquivo do autor

O MEIO BIOLÓGICO DA ZONA 04

Sobre o uso das águas da ressaca, a síntese das respostas revela que a maioria dos informantes afirmou não fazer uso dessa água, porém um dos informantes (informante 18), disse usar para lavar roupa.

Chamaram-nos atenção, as respostas sobre casos de acidentes com animais da vegetação. A maioria dos informantes afirmou que já houve acidentes na família e com vizinhos próximos principalmente por mordida de ratos: *“já teve muitos acidentes com animais peçonhentos na área”* (Informante 18); *“já houve doença de urina de ratos/ teve casos de doenças: leptospirose e dengue”* (Informante 20).

As doenças também apareceram relacionadas à moradia em alagado: malária e dengue são as mais mencionadas pelos respondentes.

Ainda sobre a presença de animais no meio biológico, os informantes apresentaram similaridade das espécies apresentadas nas zonas 01,02 e 03 tanto das aves como de animais aquáticos.

Sobre a flora da zona 04, a foto 17 mostra um adensamento maior na quantidade e variedade de plantas.

Foto 17 – Espécies Vegetais - Zona 04



Fonte: Arquivo do autor.

Pela ilustração 17 já podemos perceber conforme a resposta dos informantes, que na zona 04 tem produção de frutas para alimentação dos moradores, conforme a síntese dos questionários.

A zona 04 também passou por problemas de alagamento nos períodos de enchentes de maré. A síntese das respostas mostra que a maioria dos informantes teve alagamento em suas casas. Assim se expressou um dos informantes: “*alagou duas vezes e acabou com a geladeira*” (Informante 19)

Na visita que fizemos no dia de março com maior intensidade de chuva no bairro, registramos em imagem e vídeo a situação da moradora da travessa sete. A casa dela e de vários vizinhos estavam alagadas.

Estamos hoje aqui no bairro dos remédios para acompanhar in loco os impactos das chuvas que está caindo nesse momento. A cena que registramos aqui é preocupante. Já fazem dois dias de intensas chuvas e os moradores relatam que não conseguiram dormir devido o medo do alagamento e presença de animais nocivos. Ainda segundo os moradores, nenhuma equipe da defesa civil ou de uma secretaria da prefeitura de Santana apareceu no local. (Relatório de Observação Nota 10)

A oportunidade de visualizar e gravar essa informação, ao mesmo tempo em que foi importante para o estudo, foi preocupante pela realidade que estava à nossa frente.

Na síntese das respostas sobre o lixo na área alagada e sobre a limpeza do canal, as respostas dos informantes da zona 04 são similares às respostas das outras zonas: ausência das equipes de limpeza da Prefeitura de Santana: “*não tem serviços de limpeza da PMS*” (Informante 19); os moradores jogam lixo no canal: “os

próprios moradores jogam lixo no canal” (Informante 16); os moradores que se juntam para limpar o canal: *“anteriormente era feita a retirada de lixo de forma manual pelos moradores sempre no período do inverno”* (informante 20)

Foto 18 - Moradora limpando o entorno da sua casa - zona 04



Fonte: Arquivo do autor.

Um bom exemplo na zona 04 foi de uma moradora da Travessa sete limpando e recolhendo o lixo jogado na ressaca. Pela imagem pode-se perceber a quantidade que ela sozinha conseguiu recolher. Segundo a moradora, *“a maioria desse lixo é das casas vizinhas, mas o cuidado de não ser picada por mosquitos e ser contaminada com doenças e que me faz limpar o terreno perto da casa”*. (Relatório de Observação Nota 10)

O MEIO SOCIAL NA ZONA 04

Na síntese das respostas dos informantes da zona 04, o meio social do bairro dos remédios é diagnosticado com opiniões divididas sobre o bairro ser perigoso quanto à violência, e isso nos chama a atenção das respostas dos moradores. Entretanto, a resposta muito perigos é que prevaleceu. E isso é comprovado pela resposta sobre as maiores necessidades do bairro, em o item segurança pública apareceu nas respostas de todos os informantes. Além da segurança pública, as necessidades de água e limpeza.

Na zona 04, novamente as respostas sobre o serviço de agente de saúde da família foi similar às demais zonas diagnosticadas. As respostas na síntese são de que não é satisfatório o serviço: *“não tem serviços de saúde”* (informante 18), *“Não temos isso aqui no bairro (visita de agente de saúde)”* (Informante 19), *“ aqui pra nós apenas os serviços básicos no posto de saúde fora do bairro”* Informante 20).

Outro serviço social com carência na zona 04 é o abastecimento de água, pois foi considerado insatisfatório pela maioria dos informantes. Chama à atenção a resposta de um dos informantes: *“não! Pois tem dias que faltam às vezes faltam até cinco dias sem água no bairro”* (informante 19)

Os moradores também na zona 04 foram unânimes em responder que nunca receberam ações de educação ambiente de órgãos da prefeitura e nem do governo do Estado do Amapá.

Além das informações colhidas nas sínteses dos questionários, as observações das visitas no local, chamam à atenção a algumas situações a serem descritas no diagnóstico na zona 04. A primeira sobre o comportamento da população nas pontes. Nessa zona, o espaçamento entre as casas é menor, as residências estão mais juntas uma das outras, e também a distância das casas para as passarelas. Esse fator é visível e influencia no comportamento social. Há mais impacto de poluição sonora. Há mais movimentação de pessoas dentro da zona, sendo essas informações comprovadas nas visitas realizadas tanto na manhã como no período da tarde.

Outros fatores que podem contribuir para o fluxo de movimentação dentro da zona são duas passarelas em concreto, a Travessa Sete e a Avenida Ângelo de Moraes. O tipo de passarela é mais propício e seguro para as pessoas transitarem e a utilizam como área comum de lazer. Outro fator é a localização da zona 04, pois ela dá acesso ao fórum de Santana, ao Posto de Saúde Alberto Lima e à praça do fórum. São ambientes que a população busca constantemente, então as vias de acesso dessa zona são mais movimentadas.

Foto 19 - Fluxo de pessoas nas passarelas - Zona 04



Fonte: Arquivo do autor

A obra da passarela em concreto é uma referência para os moradores da presença da gestão municipal dentro do bairro, mas o cuidado com essa passarela como patrimônio público precisa ser trabalhado com os moradores. Vimos o processo de vandalismo tanto na passarela como dos elementos da concepção arquitetônica como lixeiras e corrimão de segurança. Muitos moradores quebraram o corrimão e sacaram as lixeiras do local.

Foto 20 – Condições das lixeiras na Passarela - Zona 04



Fonte: Arquivo do autor

Encontramos apenas uma lixeira de todo o complexo, na passarela Ângelo de Moraes. O conjunto arquitetônico das passarelas está em processo de destruição. Até o momento da pesquisa não vimos levantamento da Secretaria Municipal de Obras para revitalização.

5.1.2 Análise das informações da síntese de todas as zonas diagnosticadas

Diagnosticar cada zona da pesquisa nos permitiu ter uma visão particular do objeto de estudo. Foi como olhar o objeto “com lupa”, ver as singularidades, similaridades, as permanências, as diferenças ou mesmo mudanças em cada zona pesquisada.

A trajetória metodológica foi pensada a partir de três focos de investigação. Vamos então confrontar as informações para analisar o diagnóstico da ressaca do bairro dos Remédios a partir dessas informações. É como montar um quebra-cabeça para revelar um quadro maior.

DESCRIÇÃO DO MEIO NATURAL

Meio natural com antropização já consolidada com ocupação de moradias em áreas de risco tanto nas margens do canal central como em todas as áreas alagadas, impactando o meio ambiente por meio de disposição de resíduos (lixo) e despejo de esgotamento sanitário de todas as residências no corpo d'água. Mesmo com a ocupação há mais de trinta anos essa população nunca recebeu informações de órgãos de segurança sobre o risco de morar em áreas de ressaca ou de prevenção de acidentes em caso de alagamentos, como também não teve até a presente data da pesquisa qualquer ação de educação ambiental da rede pública que envolvesse a população sobre impactos ambientais ou temáticas similares.

DESCRIÇÃO DO MEIO BIOLÓGICO

Meio biológico impactado pela ocupação humana, com alteração na fauna e flora do ambiente natural. Água contaminada em toda a área, visível tanto pela cor da água como pelo cheiro forte. A maioria da população não faz uso dessa água para nenhuma atividade, mas há alguns que se arriscam a lavar casa e até mesmo roupas,

talvez pela comodidade ou pela ignorância do perigo de contaminação e infecção. Ocorrência de acidentes envolvendo animais nocivos são frequentes na área. Ratos e cobras são muito comuns nesses ambientes devido ao acúmulo de lixo nas proximidades das residências. Como também a ampla frequência de doenças endêmicas nas famílias. Três tipos de doenças são mais frequentes no bairro: dengue, malária e leptospirose. Ainda há presença de animais selvagens resistentes ao processo antrópico na área, dentre eles: aves e peixes. O destaque da vida aquática foi a introdução da espécie tilápia exógena ao ambiente natural amazônico e que tem impactado lagos e igarapés pela rapidez na reprodução.

O processo de inserção da espécie nas áreas de ressacas ainda não foi pesquisado cientificamente, mas a informação que se tem que ocorreu por um rompimento de uma barragem de criatório numa das áreas de ressacas da bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza. A flora do bairro reduziu muito pela supressão das árvores nativas, sendo que esse processo ainda está em curso. E não tem reposição de espécies nem pelo poder público e nem pelos próprios moradores que não plantam nem árvores frutíferas no quintal da casa. Poucas famílias fazem uso de plantas medicinais.

As ocorrências de alagamento que atinge toda a área e conseqüentemente as famílias causam prejuízos. Esses alagamentos estão ligados aos fatores climáticos sazonais e também ao fator antrópico. Os acúmulos de lixos em toda a área escoam para o canal que já está assoreado e impactado com obstrução até com construção de casa no leito do canal, causando, assim, dificuldade do escoamento das águas e faz com o nível se eleve acima do nível das casas. Com a situação dos alagamentos os próprios moradores se organizam em mutirões de limpeza do canal. A equipe da prefeitura dificilmente aparece para a limpeza do canal, quando aparece limpa apenas parte do canal sem resolver o problema. A limpeza é superficial, não é feita a dragagem do canal há bastante tempo. Os serviços deveriam ser feitos constantemente e paralelo com a educação ambiental que envolva toda a comunidade.

DESCRIÇÃO DO MEIO SOCIAL

O meio social com muitas carências de serviços públicos para a população. O maior destaque no presente momento tem sido as reformas de passarelas feitas recentemente pela atual gestão. Na reforma teve de levantar o nível das passarelas por cerca de um metro acima para prevenção de alagamento. É um bairro considerado muito perigoso em termos de violência, tem toque de recolher para determinadas horas do dia ou situações de conflito entre gangs ou mesmo com a polícia. Estão ocorrendo mudanças de comando de facções dentro do bairro e há tensões de conflitos. Dentre as maiores necessidades de atendimento de serviços públicos estão em ordem de prevalência os seguintes: saúde, segurança, limpeza, água e energia. O serviço saúde veio em primeiro pela insatisfação dos moradores com o serviço de Estratégia Saúde da Família que não está visível na comunidade. Os fiscais não aparecem nas passarelas e nas casas.

A população também considera insatisfatória a distribuição de água potável, tanto na quantidade como na qualidade. A rede de distribuição é feita no conjunto das passarelas, com a tubulação em estado precário, os tubos ficam quebrado e expostos à contaminação da água da ressaca e vão para as torneiras das residências. A falta de fiscalização e manutenção do sistema provoca muita perda de água gerando desperdício. A população dessa área tem vida social muito restrita tanto pelo medo da violência como pela falta de espaços de convivência. As passarelas de concreto ainda é o melhor espaço de lazer para as crianças.

5.1.3 Síntese dos dados coletados grupo gestores

SUBGRUPO PREFEITOS

As entrevistas com os prefeitos José Antônio de Souza Nogueira (informante 01), Robson Santana Rocha (Informante 02) e Ofirney da Conceição Sadala (Informante 03) estão estruturadas nos núcleos de sentido: Gestão Ambiental, Ações de Gestão Em Áreas de Ressacas, Ações de Gestão no Bairro Dos Remédios, Saneamento Básico E Educação Ambiental.

Iremos apresentar uma análise dialógica sobre a síntese dos discursos de gestão.

GESTÃO AMBIENTAL

Cada informante do subgrupo prefeitos ficou à vontade para expressar como define a gestão ambiental. Pelo motivo de falha técnica no momento da resposta, não registramos a fala do informante 02, mas na definição dos informantes 01 e 03, a gestão ambiental foi definida como a relação homem e meio ambiente intermediada pelo poder público.

“É fazer conviver o ser humano com meio em que vive. Eu fazia gestão olhando para isso: o cuidado que a administração deve ter com tudo o que envolva o convívio humano com a natureza” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Entendo que seja um conjunto de políticas que sejam adotadas pelo gestor no sentido de minimizar os danos ambientais que uma atividade econômica ou uma ocupação” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

Há uma similaridade nas respostas dos gestores, mostrando que o nível de compreensão é próximo daquilo que conceitua Quintas (2002) sobre o processo decisório da gestão ambiental.

É na tensão entre a necessidade de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum da população, e a definição do modo como devem ser apropriados os recursos naturais na sociedade que o processo decisório sobre sua destinação, ou seja, a gestão ambiental pública é praticada. (QUINTAS, 2002)

Os gestores falam de seus atos administrativos de gestão ambiental focados nas áreas de ressacas:

Na resposta do informante 01, o maior destaque em termos de obras na área de ressaca no bairro dos remédios foram duas passarelas construídas em concreto armado, equipadas com lixeiras e gari comunitário que eram moradores do bairro contratados para recolher diariamente o lixo nas residências até a disposição em contêineres nas vias de acesso às passarelas.

“O primeiro ato meu foi olhar para as áreas alagadas. A primeira providência foi fazer um projeto para atender essas demandas. Construímos passarelas de concreto com proteção laterais e com lixeiras nos bairros consolidados onde já não era possível fazer a remoção das famílias. Implantamos o gari comunitário e educação ambiental para que essas áreas baixas não fossem poluídas por lixos domiciliares. As frequentes construções de passarelas de madeira agrediam o ambiente periodicamente. Quanto às demais áreas de ressaca, ficamos vigilantes para que não fossem ocupadas” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

O gestor informante 02, não focou a resposta das ações de gestão ambiental no bairro dos Remédios, mas fez menção como ação de gestão ambiental do sistema de resíduos sólidos para toda a cidade de Santana.

“Conseguimos avançar no convenio com o governo do estado sobre a coleta dos resíduos sólidos, fizemos o convenio com a Prefeitura Municipal de Macapá para que o resíduo fosse levado para Macapá. Porque até então tínhamos um lixão a céu aberto”. (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

O gestor informante 03, na sua resposta, ações de gestão ambiental, afirma que a gestão ambiental começou com a lei do licenciamento ambiental e faz menção de outras ações direcionadas ao bairro dos Remédios.

“Tivemos dentro do campo legislativo a elaboração de normas atraindo inclusive para o município a competência do licenciamento ambiental; a elevação das pontes; a limpeza de canais; a presença da secretaria de assistência dentro do bairro não somente para a assistência, mas também para conscientizar aquele morador da área de ressaca sobre a cautela com o lixo; a colocação de coletores dentro da própria comunidade para que o carro coletor possa ir apanha-lo” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

Sobre os desafios da gestão ambiental na cidade de Santana, houve certa similaridade nas respostas dos informantes, identificando como maior desafio as ocupações de áreas de ressacas, considerando que a Cidade tem cinco áreas já definidas pelo Relatório de Zoneamento das Áreas de Ressacas em Macapá e Santana (TAKYIAMA, 2012), a extensão territorial que a bacia hidrográfica que corta o tecido urbano da cidade de Santana.

O informante 03 faz menção da opinião da ocupação das áreas de ressacas como um dos maiores desafios da gestão municipal em política ambiental.

Santana é uma cidade com grande quantidade de pessoas morando em área de ressacas. O grande desafio hoje é melhorar a qualidade de vida ligada ao meio ambiente dessas populações. Outro grande desafio seria a gente tirar o Ambrósio dali. Seria a gente tirar o remédio da área de ressaca e a gente ocupar outra área, com isso, a gente estarei melhorando muito com o meio ambiente. (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

O informante 01 também segue a mesma opinião, acrescentando que o processo de ocupação está em curso por falta de monitoramento e fiscalização:

Precisa-se evitar a ocupação de novas áreas com proteção ambiental. Novas invasões estão sendo feitas constantemente, sem ação impeditiva pelo Poder Público municipal (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

O gestor informante 02 diferiu dos dois demais gestores apontando para a ação estruturante portuária, como um dos principais desafios de gestão ambiental.

Por exemplo a questão portuária. Ali é um polo de degradação. Quando mudamos a poligonal do porto, somente sobre a frente da cidade, sobre o canal do rio Amazonas, abrimos possibilidade de fazer investimento na frente da cidade. A partir desse investimento, conseguimos trazer o governo federal para fazer investimento para a cidade. (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

Os informantes foram questionados sobre ações direcionadas à área de ressaca do bairro dos Remédios, objeto do presente estudo, ações de enfrentamento do fenômeno de antropização, bem como ações de políticas públicas em áreas de ocupações consolidadas.

O informante 01 faz a abordagem sobre ações do período da sua gestão com descrição do que foi possível fazer, mas primeiro afirma que as áreas de ressacas na cidade de Santana/Ap. Já estão consolidadas, portanto passíveis de ações de urbanização.

“É preciso “urbanizar” as áreas já ocupadas e consolidadas como bairros, sem agredir além do que já está antropizado.” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Urbanizar sem agredir”, parece o mais ideal, no entanto está sendo o mais difícil de executar na gestão pública. As ações que foram possíveis fazer nessa linha do governo do Informante 01, foram:

“No meu governo, construímos passarelas de concreto mais largas (1,50m), com proteção laterais e com lixeiras de metais, além da implantação do gari comunitário, juntamente com a educação ambiental dos moradores.” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Limpeza constante dos canais, principalmente antes do período invernos, para que não houvesse alagamentos futuros das residências.” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Deixei projeto básico para feitura de sistema elevado e isolado, a priori, para coleta dos resíduos sanitários das residências das áreas alagadas. Futuramente, poderia ser interligado ao sistema de esgoto sanitário geral da cidade. Esse projeto faz parte da urbanização dos bairros consolidados em áreas de ressaca.” (Informante 01 Subgrupo prefeitos)

A existência das passarelas trouxe melhoria para a população do bairro dos Remédios. Na verdade, é a única obra física de ação de gestão pública dentro da área

de ressaca. Quanto à limpeza e a existência de garis comunitários foram ações sazonais que hoje não são mais efetivadas.

O documento nº 11 – Lei Municipal nº 1004 de 18/06/2013, criou o Programa Gari Comunitário no Município de Santana. No artigo 3º faz indicação do serviço do gari comunitário para “recolhimento de “lixo” doméstico onde não seja possível o acesso do veículo coletor.” (Doc.11) A lei não faz menção específica das áreas de ressacas, isso está subentendido no texto da lei.

No artigo 4º, a lei traz a participação da Associação de Moradores de cada bairro como instrumento de fiscalização dos serviços de coleta.

“O trabalho desempenhado pelo Gari Comunitário será planejado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Resíduos Sólidos – SEMDURES e a fiscalização feita conjuntamente com a Associação de Moradores de cada bairro onde este gari estiver atuando” (Doc. 11)

Fazendo um paralelo temporal do período da gestão do informante 01, que havia a ação do gari comunitário nos bairros e nas ressacas e não havia lei, já na gestão posterior a lei criada para subsidiar um programa que nunca foi colocado em prática.

O informante 02 entende que a gestão tem de dá um olhar diferenciado para os moradores das áreas de ressacas. Mas teve o receio das limitações legais das ações dentro de APPs.

“É preciso começar a rever o que é já antropizado e que não é. A gente tem de ter um olhar pra quem tá na área de ressaca, mas também tem de ser mais criterioso, áreas de ressaca a gente pode entrar com uma remediação, mas por questão política, estão levando o benefício, ai é um contrassenso.” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

“Pra trabalhar uma questão ambiental, tem horas que tem de ser duro, tirar algumas famílias forçadas mesmas, porque não querem sair. É uma coisa que temos de vencer. Aí só vamos vencer se for na força. O que já está antropizado, trabalhar a macrodrenagem para que essas pessoas possam realmente morar dignamente lá.” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

O gestor informante 02 identifica um dilema da gestão: o limite legal do que pode ser feito enquanto políticas públicas dentro das áreas de ressacas. Há uma discussão entre os gestores sobre a tendência de fazer gestão e isso atrair ainda mais pessoas para futuras ocupações irregulares.

A definição da fala do informante 02 está direcionada a ações de macrodrenagem em áreas já consolidadas e exemplificou a realidade da ressaca do bairro dos Remédios que caberia um estudo técnico ambiental para obras de

macrodrenagem e urbanização. Entretanto nos quatro anos da gestão do informante não houve nenhum estudo ou obra nessa direção.

O informante 03 e atual gestor do Município de Santana mostrou na fala, as ações que estão em curso em termos de políticas públicas.

“Estamos com o TAC por conta da queda do porto da Anglo. Nós vamos usar esse recurso para tentar melhorar a vida desse povo que está na área de ressaca, e nesse contexto já se pensou aí numa melhoria inclusive no saneamento básico dessas localidades” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)
“Nesse contexto já se pensou aí numa melhoria inclusive no saneamento básico dessas localidades. Nós já avançamos. Por exemplo no Ambrósio temos dois moradores de lá que fazem diariamente a coleta do lixo da área. Temos um contêiner para depositar os resíduos.” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)
“Com TAC podemos até avançar com o esgotamento sanitário dessas áreas de ressacas” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

O informante vislumbra ações de melhoria das condições de vida dos moradores a partir do financiamento de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC conduzido pelo Ministério Público, entretanto não aponta o financiamento dessas ações pelo Tesouro Municipal. Também menciona o mesmo projeto de gari comunitário que outras gestões já desenvolveram e não teve efetividade. E por enquanto parece ser uma experiência somente na Área Portuária da Cidade.

Sobre ações direcionadas no bairro dos remédios os informantes mencionaram as ações de seus respectivos períodos de governos. Seguindo uma cronologia, vamos assim descrever:

O informante 01 relata as ações de sua gestão:

“No meu governo, construímos passarelas de concreto mais largas (1,50m), com proteção laterais e com lixeiras de metais, além da implantação do gari comunitário, juntamente com a educação ambiental dos moradores.” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

O informante 02 relata as ações de sua gestão:

“Eu vou ser bem sincero. Cometi o erro da maioria dos prefeitos, trabalhar naquilo que aparece. Trabalhar com saneamento básico é trabalhar com aquilo que enterra os recursos. Se você começar uma obra de macrodrenagem você tem de cavar. A população ver aquilo que interessa pra ela. O gestor quer trabalhar aquilo que aparece. É preciso trabalhar a macrodrenagem. Na época não fiz o que deveria fazer. Fui o sexto prefeito de Santana, e todos os prefeitos antes de mim fizeram a mesma coisa. Hoje tenho outra visão: se nós não trabalharmos agora a macrodrenagem com os recursos disponíveis que tem com a topografia que temos favorece isso, Santana vai pro fundo.” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

O informante 03 relata as ações de sua gestão:

“A prefeitura tem colocado uma presença constante no bairro dos remédios, da defesa civil, da assistência, praticamente nós elevamos todas as passarelas. Pra aquelas casas que alagam nós fornecemos a madeira, e a limpeza dos canais. Nós temos um corpo fixo de seis homens que estão limpando os canais em toda a cidade. Eles já passaram pelo bairro dos remédios e vão retornar. A ideia é que vamos aperfeiçoar essa limpeza, levando em conta que as áreas de ressacas por conta até do plano de mobilidade que aconteceu ai tem sido um fator de alagamento nas áreas de ressacas associado à intensidade das chuvas.” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

Os relatos mostram que os gestores não conseguiram seguir um planejamento de ações efetivas no enfrentamento das demandas da antropização na área de ressaca do Bairro dos Remédios. No entanto, não fugiram da discussão apresentando as limitações da gestão municipal tanto em disponibilidades de recursos como na carência de mente pensantes de técnicos para o planejamento de políticas públicas.

O saneamento básico também foi incluído como núcleo de sentido na síntese das respostas dos informantes nas questões sobre concepção e sobre ações de gestão urbana.

O informante 01 expressa sobre a importância do saneamento básico como política pública e mostra as ações desenvolvidas no período da sua gestão:

“É de fundamental importância para a saúde dos moradores em geral. No meu governo, retomamos um projeto de saneamento para coleta e tratamento dos resíduos sanitários que estava abandonado” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Reativamos o projeto e conseguimos resgatar a área para a construção da bacia de decantação do esgoto sanitário, na comunidade do Delta, que estava ocupada por centenas de famílias, irregularmente. Esse sistema de esgotamento sanitário, se concluído, atenderá, na primeira etapa, cerca de 30% da população urbana de Santana, incluindo as áreas úmidas dos bairros Remédios e Provedor.” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

O informante 02 menciona na fala, a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB como um dos maiores avanços da gestão municipal:

“Criamos em Santana a agencia reguladora, que seria o primeiro passo para o desenvolvimento desse processo. Grandes empresas nos procuraram para participar de licitação da concessão.” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)
 “Outro avanço foi o plano municipal de saneamento básico. Foi uma conquista invisível que abriu portas para o município.” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

O informante 03, faz menção das limitações da gestão municipal em implantar políticas públicas de saneamento no município:

“Santana é uma cidade em que a questão do saneamento ela precisa ser resolvida inclusive nas áreas de pós áreas de ressacas. Nós temos aí um esgotão que nunca conseguimos interligar ao esgoto da vila Amazonas. ” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

“O pensamento é que a gente consiga resolver o problema do saneamento nas áreas de ressacas, entendendo que o poder público municipal é muito limitado. Ele não conseguiu sequer resolver o problema do saneamento no centro da cidade. ” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

As ações de saneamento foram também discriminadas por cada elemento: coleta de resíduos sólidos, drenagem de canais, abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. Vamos apresentar a síntese das ações destes elementos na área do objeto de estudo de acordo com as falas dos informantes.

Elemento Coleta de Resíduos Sólidos:

“Lixeiras e educação ambiental da comunidade, além da implantação do gari comunitário para coleta do lixo domiciliar e limpeza permanente da área alagada. ” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Concessão para a iniciativa privada, a coleta de resíduos era através do convenio com GEA. ” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

“Precisamos avançar com a proposta do gari comunitário. ” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

Elemento Drenagem dos Canais:

“Limpeza constante dos canais, principalmente antes do período invernos, para que não houvesse alagamentos futuros das residências. ” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“a gente trabalhava muito com a limpeza. Uma empresa cuida dessa ação começava em setembro. Dragamos uma vez, naquela época não tínhamos apoio do GEA. A gente trabalhava com pouco recurso. ” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

“nós trabalhamos na limpeza. Agora temos uma equipe de homens e maquinas trabalhando para que ano que vem não tenhamos problemas de alagamentos. ” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

Elemento Abastecimento de Água Potável:

“É disponibilizado pela companhia estadual de água – CAESA. ” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Abastecimento de água. Era dado uma concessão precária para a CAESA e renovada a cada seis meses. O município não tinha nenhuma ingerência de cobrar ações da CAESA. ” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

“O abastecimento de água é uma concessão da CAESA. Mas temos dois encanadores disponíveis para concerto de encanação nas passarelas. ” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

Elemento Esgotamento Sanitário:

“Deixei projeto básico para feitura de sistema elevado e isolado, a priori, para coleta dos resíduos sanitários das residências das áreas alagadas. Futuramente, poderia ser interligado ao sistema de esgoto sanitário geral da cidade. Esse projeto faz parte da urbanização dos bairros consolidados em áreas de ressaca.” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Santana tem seis elevatórias construídas. Primeiro se construiu as elevatórias, bombas imensas estão lá há doze anos se perdendo. Ai não foram construídos os canais. O projeto de esgotamento sanitário que está lá no Delta do Matapi, foi um projeto que não cabe mais na legislação, obsoleto, as normas ambientais não permitem mais.” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

“O esgotamento sanitário é que a gente precisa avançar.” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

A educação ambiental também foi abordada como Núcleo de Sentido na síntese dos questionários para inquirir dos informantes conhecimentos conceituais e importância como instrumento de política pública de gestão ambiental. As falas dos informantes seguem a mesma disposição:

“Somente com a consciência ambiental chegaremos a ter menos ocupação dessas áreas alagadas. Para isso, é indispensável a educação, embora tenhamos a consciência de que a necessidade de moradia fala sempre mais alto do que a consciência ambiental. É preciso, portanto, paralelo à educação ambiental, o município executar um projeto de moradia para a população mais carente.” (Informante 01 – Subgrupo prefeitos)

“Pobreza não é sinônimo de falta de educação. A pessoa não pode se expressar: eu sou pobre por isso que sou dessa forma. Vejo caso de pessoas muito humildes que você ver que são extremamente limpas, os filhos bem educados. A pessoa mora numa área de alagado, sofre influência da maré e não consegue carregar o saco de lixo e colocar no lugar certo. Ela sabe que vai rato, cobra e todo tipo de animais peçonhentos.” (Informante 02 – Subgrupo prefeitos)

“A educação ambiental é fundamental. Nós precisamos preparar a nossa criança para enfrentar as questões ambientais. Aquele jovem que mora lá na área de ressaca tenha essa consciência que ele não pode estar jogando objetos no lago. A ideia é colocar esse programa está inserido como matéria transversal no currículo das escolas municipais.” (Informante 03 – Subgrupo prefeitos)

Enxergar nos discursos dos gestores pontos de similaridades, singularidades, diferenças permanências ou mudanças não é tarefa fácil, mas sim possível. Garantimos aqui as respostas com fidelidade aos pensamentos dos informantes. A análise agora será dialógica entre as falas dos moradores da área do bairro dos Remédios com os discursos dos subgrupos dos gestores.

SUBGRUPO EX- SECRETÁRIOS E ATUAL SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE.

Neste subgrupo recebemos a participação de três gestores da Secretaria de Meio Ambiente, sendo dois ex-secretários das gestões passadas e o atual secretário. Seguimos a mesma análise temporal de gestão com objetivo de analisar similaridades ou mudanças, avanços ou retrocessos, permanências ou alterações nos períodos de gestão. Nas manifestações de fala dos informantes seguiremos a ordem de período de gestão, sendo Informante 01 (2009-2010), Informante 02 (2013-2016) e o Informante 03 (2017 aos dias atuais).

Sobre o Núcleo de sentido Estrutura organizacional, a pesquisa analisa com que estrutura cada gestão desenvolveu suas ações:

“Na época era Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. A pasta tinha essa dupla função de desenvolver trabalhos nessas duas áreas específicas. Sua estrutura organizacional era composta de 1-Secretário, 1-coordenador de meio ambiente e 4 diretores técnicos, 6 agentes de fiscalização, sendo 3 efetivos e 3 contratos.” (Informante 01)

“Era uma secretaria muito ampla com as pastas: pesca, meio ambiente, agricultura desenvolvimento econômico e turismo. Isso trazia um conflito de ações. O foco era bem diverso e não tinha um bom específico ao meio ambiente. Tinha uma coordenação do meio ambiente. Duas diretorias, uma de fauna e flora e uma de fiscalização ambiental.” (Informante 02)

“A secretaria de meio ambiente está inserida junto com as secretarias com três atribuições desenvolvimento urbano, habitação e meio ambiente. A organização do meio ambiente tem uma coordenadoria de meio ambiente com as chefias de licenciamento e de fiscalização e os técnicos ambientais do licenciamento e os fiscais.” (Informante 03)

A similaridade entre as respostas dos gestores informante é muito evidente. A gestão municipal ao longo dos últimos dez anos não criou uma secretaria de governo que cuidasse especificamente do meio ambiente. Conforme as falas dos informantes, esse é um dos principais problemas de gestão no meio ambiente da cidade, a autonomia tanto estrutural como financeira.

O segundo Núcleo de Sentido foi sobre a Gestão ambiental, sobre a forma de atuação da secretaria de Meio Ambiente, iniciamos pelos conceitos de Gestão Ambiental:

“Entendo que é um processo contínuo e flexível, que passa por uma estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar e analisar criticamente a política ambiental” (Informante 01)

“Gestão ambiental tem que ser um projeto de governo. Não pode ser uma ação apenas de secretário” (Informante 02)

“Basicamente é a regularização de tornar os empreendimentos dentro do município ambientalmente viáveis através do licenciamento ambiental. ”
(Informante 03)

As respostas apresentam singularidades nos conceitos e nos focos de ações. Os informantes manifestaram resposta sobre o conceito de Gestão Ambiental.

Ainda sobre a gestão, os informantes manifestam a descrição das dificuldades e limitações da gestão ambiental no Município de Santana:

“Algumas dificuldades enfrentadas frente a SEMAT, eram as seguintes: Falta de um fundo ambiental, pois o código ambiental na época foi apenas reformulado, porém não foi encaminhado para a câmara de vereadores para sua aprovação. Falta de apoio, infraestrutura e logística para as fiscalizações. Por várias vezes a fiscalização era feita no meu carro. Falta de integração com as demais secretarias pois esse é um dos grandes problemas, a não comunicação em as secretarias e suas ações. ” (Informante 01)

“A primeira dificuldade é a estrutura. Ninguém faz políticas públicas sem recurso. É o básico. Outra é a questão da educação. Precisamos de uma educação ambiental que minimamente faça a população perceber que cuidar do meio ambiente é dever de cada um. A falta de educação ambiental no município é muito forte. Não temos a cultura de cuidar. Nos projetos de governo o meio ambiente é tratado de forma secundária. Fica no final da fila, se sobrar alguma coisa vai para lá. Uma outra dificuldade é em termos de servidores. O servidor municipal é muito desmotivado. Muita resistência para a qualificação. A fiscalização sem formação na área ambiental” (Informante 02)

“E a estrutura mínima necessária. As vezes temos, as vezes cai por terra. Os equipamentos, transporte, veículos, materiais básicos de fiscalização. ”
(Informante 03)

Tanto a similaridade das respostas dos informantes em estabelecer a principal dificuldade da estrutura da secretaria, como também a permanência dessa dificuldade até o presente momento, constata que a Gestão Ambiental pouco tem avançado como políticas públicas.

Entretanto, para a análise de possíveis mudanças é preciso saber das informações das ações desenvolvidas pela gestão da secretaria. Os informantes deram as informações relacionadas aos quatro eixos básicos da gestão ambiental.

Informações do respondente 01:

“Sim, tínhamos um plano de gestão ambiental, as ações ambientais eram coordenadas de forma planejada.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL: Não era feito nenhum licenciamento ambiental, apenas era dada a carta de anuência, o licenciamento era feito pelos técnicos da SEMA na época.

FISCALIZAÇÃO: Sim, essa ação a SEMAT desenvolvia pelos seus técnicos e diretores. Os mesmos fiscalizavam bares, oficinas, áreas de ressaca, retirada de alguma cobertura vegetal.

MONITORAMENTO: Esse monitoramento era feito de forma pontual, principalmente em duas áreas de ressaca de Santana” (Informante 01)

Informações do respondente 02:

“O município na época não licenciava porque não tínhamos conselho. Houve uma tentativa de montar um conselho de meio ambiente, mas a lei era antiga com 35 membros e nunca houve quórum. Não licenciávamos, mas fazíamos todo o acompanhamento desde a carta de anuência até a fiscalização. O estado através do IMAP licenciava. A fiscalização era de acordo com as denúncias, tinha uma demanda muito grande através do MP. Com o tempo as pessoas começaram a procurar diretamente a secretaria. A gente monitorava diretamente as áreas de proteção de risco. Esse monitoramento era principalmente nas áreas sujeitas à inundação, em áreas de ressacas, era feito em conjunto com a secretaria de limpeza urbana, a defesa civil ainda não estava organizada no município.” (Informante 02)

Informações do respondente 03:

“Basicamente a gente iniciou com as notificações dos empreendimentos para o licenciamento ambiental. Temos como base a Resolução nº 046 do COEMA que mudou as atividades de impacto local, e fomos aos empreendimentos, notificamos, demos prazos e a maioria deles estão em processo de regularização. A fiscalização é a partir dos licenciamentos e também o monitoramento, com isso temos o mapeamento de toda a cidade dos empreendimentos. A educação ambiental buscar priorizar algumas demandas mais urgentes, por exemplo, lixeiras viciadas. A gente vai no bairro, tenta sensibilizar a população para que tenhamos esse tipo de problema de poluição ambiental.” (Informante 03)

Sobre as ações da gestão ambiental, apesar das dificuldades de estrutura em cada gestão, os serviços foram executados segundo os informantes. Similaridade e permanências das ações estão presentes nas descrições. As mudanças só começaram a ocorrer a partir da implantação do licenciamento ambiental pelo próprio município.

O núcleo de sentido sobre as ações de gestão nas áreas de ressacas são descritas pelos informantes como ações efetivas no monitoramento, na educação ambiental, e no mapeamento de riscos ambientais. Vamos usar essas informações para triangular com as falas dos moradores da ressaca do bairro dos Remédios.

O informante 01 descreve as principais ações do período de gestão nas áreas de ressacas:

“As áreas de ressaca trabalhadas pela SEMAT foram às seguintes: Provedor, Nova União e Ressaca Funda. Inclusive até hoje em algumas casas de uma placa com a lei de proteção das áreas de ressaca, a estratégia era mapear as casas e não deixar que outras ocupações acontecessem. Isso deu certo, até enquanto a equipe estava no monitoramento. A equipe fazia um trabalho de sensibilização e prática, principalmente com retirada de entulhos, alguns moradores ajudavam nessa ação, ponto positivo. Na época não existia coordenadoria de defesa civil no Município, a defesa civil era a do governo

do Estado do Amapá. Algumas ações eram o poder judiciário. A exemplo da fiscalização e monitoramento do matadouro do Braga que na época tinha várias irregularidades ambientais e tributárias. Por duas vezes o matadouro a época foi interditado para serem feitos os reparos mínimos para o seu funcionamento. Na época a PMS através da SEMAT fazia o trabalho de fiscalização e monitoramento em relação às áreas de ressaca para tentar combater a ocupação desse espaço. Por várias vezes era acionado o batalhão ambiental para ajudar na fiscalização e cumprimento dos dispositivos legais referentes a área ambiental. As áreas de ressaca lá ocupadas, procurávamos conversar com os moradores no sentido de ele não permitir que outras pessoas ocupassem o espaço, pois como já disse em outra resposta, era afixado uma placa na parede da casa do morador informando que ele estava em uma área protegida por lei e que a qualquer momento ele poderia sair. Então, eles acabavam ajudando no monitoramento, constantemente eles ligavam dizendo que já tinha gente querendo ocupar, aí a equipe iria até o local fazer a fiscalização e não permitir a construção de novas casas. O que ficou início de avanço na gestão ambiental, foi a fiscalização e o monitoramento das áreas de ressaca do Provedor, Nova União e Ressaca Funda (Parque das Laranjeiras). Era feito um trabalho para não deixar que as pessoas ocupassem os espaços dessas áreas. (Tenho um acervo de fotos para comprovar as ações). Outro ponto que ficou como positivo na gestão, foram às constantes fiscalizações nos bares e estabelecimentos de festas. Não era permitido que esses estabelecimentos funcionassem sem a autorização ambiental, principalmente o combate a poluição sonora. O batalhão ambiental era o nosso parceiro nessas ações. ” (Informante 01)

O informante 02 descreve as principais ações do período de gestão nas áreas de ressacas:

“Ações de ação ambiental e monitoramento e articulação com a secretaria de limpeza pública. Havia monitoramento nas áreas de riscos com comitê de crise. Houve dois momentos fortes de crises na época. Ficávamos de sobreaviso de acordo com as informações do monitoramento de chuvas, com alerta para as ações. Nos acionamos muito com o ministério público, com o batalhão ambiental e com poder legislativo com os vereadores nas mudanças de leis do conselho e do aumento de orçamento da secretaria. Porém não havia o repasse. Foi importante do ponto de vista político. Nunca tivemos problema com a câmara. Houve um projeto do vereador “rato” que viabilizou as ações da secretaria. Acredito que houve um avanço da questão ambiental de monitoramento na área urbana: de águas servidas, lixeiras viciadas, nas áreas de ressacas, na poluição sonora, com atuação do ministério público, a reforma jurídica, a questão de resíduos: o fechamento da lixeira pública e destinação dos resíduos para a lixeira de Macapá. A remediação da lixeira pública através de projetos de técnicos da UNB. Financiado pela Eletronorte. A falta de uma secretaria de meio ambiente com toda a estrutura operacional com certeza faríamos algo melhor. Tenhamos uma estrutura precária. ” (Informante 02)

O informante 03 descreve as principais ações do período de gestão nas áreas de ressacas:

“As áreas de ressacas as ações são basicamente educacionais. A gente vai nas áreas e tenta sensibilizar a população pra evitar, pra fazer o uso adequado dessas áreas: não jogar lixo, apesar que a gente sabe que a maioria constroem casas nessas áreas e acabam degradando o meio ambiente. A gente tentar sensibilizar as pessoas que residem no local que não poluir ainda mais aquela área que ele tá ocupando. Ai a gente tá aumentando a fiscalização no sentido de não avançar ainda mais as áreas de ressacas. Com relação a isso, existe um conjunto de secretarias que estão unidas para atender as áreas de ressacas. Hoje a gente faz um serviço de manutenção das pontes por exemplo. São reivindicações dos moradores. São pontes que estão caindo, gente se machucando, os moradores têm dificuldades de locomoção. A gente arrumou as pontes pra que essa população tenha acesso às suas casas. Aí tem a preocupação da elevação do nível da água que muitas casas estão debaixo d’água né., então existe o cuidado da Assistência, o cuidado da defesa civil no sentido de dá apoio à essas famílias. Sim com certeza. Recentemente tivemos a reintegração de posse de uma área de ressaca e foi bem articulado com os poderes pra poder trabalhar em conjunto. O grande ganha foi a ativação do licenciamento ambiental. Com conselho, fundo funcionando, a cobrança do licenciamento. O que não tinha antes. A preocupação ambiental das gestões anteriores, e não trazia nenhuma exigência do município de licenciamento. Agora passamos a arrecadar mais. E isso está refletindo nos empreendimentos dentro do município. Isso gora existe uma preocupação maior. Agora a fiscalização junto com batalhão ambiental ela está sendo mais efetiva, já teve gente presa. Existe agora essa preocupação. No momento não. O único que foi acessado para melhorias em área de ressaca foi para construção das passarelas em concreto no Elesbão. Os recursos para reformas das passarelas de madeira nos bairros são recursos próprios.” (Informante 03)

Pelas informações dos respondentes, percebe-se que a gestão ambiental tem grandes dificuldades tanto em planejamento como nas ações, pois o Diagnóstico da Gestão Ambiental do Município de Santana aplicado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM no ano base 2016, avaliou todos os processos da gestão ambiental e o Município de Santana teve resultado abaixo do nível satisfatório. O Município solicitou reavaliação em 2018 após a implantação do Licenciamento ambiental favorecendo uma nota muito melhor à gestão municipal.

A busca das informações sobre o Núcleo de Sentido Participação da sociedade civil na gestão ambiental visa saber como a população participa do processo de gerir o meio ambiente. Os informantes assim descrevem respectivamente ao período de gestão:

“A participação popular se dava por meios de reuniões nos bairros, reuniões com os donos de empreendimento noturno, projeto jovem ambiental. Nesses eventos era falado sobre a legislação ambiental de forma geral e as competências do Município quanto ao seu papel nessa hierarquia de competências ambientais. **Na época em que estive frente à pasta não existia conselho de meio ambiente.** Atualmente, desconheço as ações do conselho de meio ambiente do Município de Santana. Penso que o mesmo precisa se mostrar, pois tem vários problemas ambientais acontecendo no âmbito local e cadê o conselho?” (Informante 01)

“A estrutura era muito pequena. Fizemos a sensibilização e mobilização a partir das lideranças de bairro através de reuniões de trabalho. Também através das ações: de semana do meio ambiente, conferencia municipal de meio ambiente. Também por meio de organizações minimamente estruturadas. Mas a estrutura da secretaria não dava condições desse chamamento. Por que para isso tem de dá resposta. Não adianta chamar sem ter condições de dar resposta.

Quando assumi a secretaria era uma proposta de conselho de 37 membros, isso foi inviável e nós não conseguimos quórum mínimo pra implantar o conselho de meio ambiente. Mobilizamos as entidades, mas não conseguimos. A proposta foi trabalhar a questão jurídica para desmembrar a secretaria de meio ambiente e apresentar uma nova lei do conselho. Mas isso não foi prioridade da gestão.” (Informante 02)

“A participação se dá por uma ação da prefeitura chamado “o gabinete do povo”. Chama o líder comunitário do bairro, ele chama a população. O prefeito e os secretários sentam e escutam as reivindicações do povo. São separadas as prioridades, para executar aquilo que dá pra fazer e assim a gente vai atendendo a população dessa forma. Essas reuniões por bairro ocorrem periodicamente. O conselho tá ativo, atuante, com as reuniões acontecendo. Inclusive extraordinária, a maioria dos membros tem comparecido.” (Informante 03)

O aspecto da singularidade também está presente nas falas dos gestores com respeito à forma da participação da população na gestão ambiental. O que diferenciou o processo ao longo dos anos foi a efetivação do Conselho de Meio Ambiente, órgão com caráter normativo, consultivo e deliberativo da política ambiental. Nas duas primeiras gestões, esse órgão não foi implementado, sendo somente ativo na gestão atual devido o processo da implantação do licenciamento ambiental.

SUBGRUPO SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Foram definidos para participar como informantes neste subgrupo de gestores, cinco secretários municipais que estão à frente de pastas estratégicas para desenvolver ações relacionadas à formulação de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento do fenômeno da antropização em áreas de ressacas.

Na síntese dos questionários foram definidos os seguintes Núcleos de sentido: Gestão Ambiental, Ações de Governo Em Áreas de Ressacas, Ações de Governo no Bairro Dos Remédios, Saneamento Básico Em Áreas de Ressacas e Educação Ambiental.

Procuramos montar o painel com cinco núcleos de sentido para visualizar a proporção de ações de governo dentro do planejamento de políticas públicas

formuladas e aplicadas como enfrentamento da antropização e atendimento à população na área do bairro dos remédios. E entender se essas ações são articuladas entre as secretarias ou são isoladas.

Sentimos muito a ausência de resposta da Secretaria Municipal de Saúde, pois foi a única secretaria que não respondeu o questionário. A informação colhida foi diretamente com as coordenadoras de equipes do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, que nos passaram informações verbais gravadas no aparelho celular sobre o atendimento do programa para os moradores do Bairro dos Remédios.

Sobre o núcleo gestão ambiental, há um entendimento de todos os gestores (exceto SEME) sobre os conceitos que definem a gestão ambiental e a importância do uso racional dos recursos naturais. O informante que administra a pasta do meio ambiente identificou o conceito de gestão ambiental focando na atividade licenciamento ambiental. Daí a entender que a secretaria está focada somente no licenciamento que não é a atividade fim da gestão ambiental.

É a regularização de tornar os empreendimentos dentro do município viáveis ambientalmente através do licenciamento ambiental. (Informante 02-Subgrupo secretários municipais)

Com relação ao núcleo ações de governo em áreas de ressacas, os informantes manifestaram respostas em diferentes ações de Governo, as quais vamos descrever:

Ações desenvolvidas pela SEMDUH:

A partir do licenciamento ambiental é a base das atividades. Fazemos a fiscalização dentro das áreas de ressacas, implantar uma educação ambiental contínua para combater crimes ambientais principalmente nas áreas de ressacas. Fiscalização intensa no sentido de coibir ocupações irregulares (Informante 02 – Subgrupo secretários municipais)

Sobre as ações desenvolvidas pela SEMASC, o informante não descreveu aquelas que são feitas diretamente pela secretaria, mas fez sugestão daquilo que pode ser feito enquanto políticas públicas de atendimento às populações de ressacas.

Edificação de conjuntos residenciais, para o remanejamento da população, alinhado a uma política de maior compromisso com a população necessitada, efetivação do planejamento urbano, investimento em infraestrutura e serviços básicos, retenção especulativa dos imóveis urbanos (Informante 03 – Subgrupo secretários municipais)

Ações desenvolvidas pela SEMOP segundo o informante estão direcionadas à limpeza e coleta do lixo doméstico. Menciona, ainda, uma busca de implantação do saneamento nas ressacas:

Limpeza e manutenção da área; coleta de lixo seletiva; buscar uma proposta de saneamento básico adequado para do ambiente; revitalização dos acessos. (Informante 04 – Subgrupo secretários municipais)

O Informante 05 faz uma abordagem sucinta mais ampla do que a gestão está fazendo em obras públicas. Não deu uma resposta focada na ação da secretaria Municipal de Educação:

Dentre as políticas trabalhadas para os moradores de áreas de ressacas estão: acessibilidade e a mobilidade urbana (Informante 05 – Subgrupo secretários municipais)

O núcleo sobre as ações das secretarias no Bairro dos Remédios busca informações das atividades desenvolvidas pela gestão através de cada secretaria especificamente na área do objeto de estudo. Nas respostas de três informantes houve similaridade, identificando a principal ação da atual gestão através das reformas das passarelas:

Revitalização das passarelas; limpeza do canal em período das chuvas; colocação de contêiner para a população depositar o lixo. (Informante 02 – Subgrupo secretários municipais)

Revitalização dos acessos. (Informante 03 – subgrupo secretários municipais)

Reconstrução de passarelas em madeira, implantação da coleta de lixo em dias alternados, disposição de contêiner para desativação de lixeiras viciadas em cabeceira de passarelas (Informante 04 – Subgrupo Secretários municipais)

Não compete à secretaria de educação. (Informante 05 Subgrupo secretários municipais)

Chama à atenção a manifestação do Informante 05 de entender que não cabe à secretaria municipal de educação, ações dentro da área de ressaca do bairro dos Remédios.

No que diz respeito ao saneamento básico para as áreas de ressacas, os respondentes já identificam o plano de saneamento como um avanço da gestão, entretanto o plano como instrumento de planejamento não está sendo desenvolvido por falta na instituição da implementação.

A SEMDUH informa ações focadas na educação ambiental, fiscalização e nas ações da gestão municipal na coleta de lixo e na distribuição de água através de concessão:

Ações educacionais para sensibilizar a população em não jogar lixo no alagado.

Aumentando a fiscalização para não aumentar os impactos.

Manutenção das pontes com revitalização das passarelas.

Como prioridade na captação de recursos para se efetivar a implantação do saneamento básico necessário para melhor atender a população

A coleta é feita três dias por semana. Não temos o gari comunitário; a drenagem do canal do bairro dos remédios é feita sempre antes das chuvas pesadas do inverno; a Caesa tem uma concessão para a distribuição de água e esgotamento sanitário. A PMS faz a fiscalização. (Informante 02 – Subgrupo Secretários municipais)

A SEMASC responde que a política de saneamento já está sendo desenvolvida pelo município, sendo que as ações da secretaria ocorrem em situações de enchentes com distribuição de água potável:

A política de saneamento está sendo trabalhada por fases, temos o produto já realizado, a lei, se faz necessário seguir o rito do marco legal

. Coleta seletiva;

. Drenagem dos canais;

. Abastecimento de água potável- em situação de enchente no período de chuvas é realizado doação de água potável;

. Esgotamento sanitário. (Informante 04 – Subgrupo secretários municipais)

A SEME se manifesta novamente com resposta que “Não compete à SEME” (Informante 05) ações de saneamento.

O núcleo sobre a educação ambiental como instrumento de políticas públicas identifica as ações de cada secretaria municipal em promover a educação ambiental.

Todos os respondentes informaram nas respostas sobre a importância da educação ambiental, sem focar em ações desenvolvidas. A SEME informou suas ações voltadas para as escolas municipais e limitações financeiras para dá continuidade aos projetos de EA:

Esta secretaria enquanto órgão de competência educacional desenvolve em parceria com a REVECON, um trabalho pedagógico que trata dentro da educação formal a importância da preservação do sistema ecológico como fauna e flora.

A SEME através do núcleo de educação ambiental desenvolve ações educacionais formal e informal com base em datas instituídas por leis a respeito do meio ambiente. As ações metodológicas são: palestras, blitz educativa, gincanas e outras/

Os principais desafios da SEME na área educacional são: A continuidade dos projetos implantados, uma vez que as escolas funcionam por um determinado período de tempo; as mudanças dos gestores escolares é outro fator contribuinte para essa situação. (Informante 05 – Subgrupo secretários municipais)

Com as informações do subgrupo secretários municipais, é possível montar um painel das respostas para analisar o discurso da gestão triangulando com o Relatório de Gestão ano base 2017 para verificarmos se as ações desenvolvidas pela gestão municipal já estavam planejadas na Lei Orçamentária anual - LOA e qual a capacidade da gestão municipal de responder às demandas de serviços sociais da população em áreas de ressacas. Isso será descrito a seguir.

Após as informações dos macros grupos moradores e gestores, podemos construir o quadro resumo das análises para apresentar os dados obtidos pela pesquisa.

Quadro 17 – Resumo do diagnóstico das informações

RESUMO DO DIAGNÓSTICO DAS INFORMAÇÕES	
1-Diagnóstico da Antropização na área de Ressaca do Bairro dos Remédios	
Meio Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Mais de 30 anos ocupado; • Antropização consolidada; • Moradias em áreas de riscos; • Disposição de resíduos Despejos de esgotos sanitários
Meio Biológico	<ul style="list-style-type: none"> • Impactado pela ocupação humana; • Alteração na fauna e flora; • Águas contaminadas; • Acidentes com animais peçonhentos; • Alagamentos em níveis mais elevados.
Meio Social	<ul style="list-style-type: none"> • Carência de todos os serviços sociais; • Considerado muito violento; • Falta atenção ao programa Saúde Estratégica da família; • Deficiência na distribuição de água e energia elétrica • Falta de espaço de convivência.
2- Gestão Ambiental Municipal	
Promoção Assistência Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência na articulação; • Ações sem participação social; • Planejamento quase inexistente; • Não existe plano macro de enfrentamento da antropização; • Ações voltadas para licenciamento; fiscalização deficiente e monitoramento insuficiente; • Ações de educação ambiental sem articulação com outros órgãos e sem continuidade.

Fonte: Elaboração do autor

Conforme o quadro 17 é possível perceber os problemas apontados no diagnóstico da realidade provocada pela antropização e as demandas apresentadas para que a gestão realize o enfrentamento do fenômeno tanto na assistência das carências sociais dos moradores, quanto da promoção de políticas públicas de gestão ambiental e ações de educação ambiental. Entretanto, as informações sobre as ações de gestão para esse enfrentamento apresentam consideráveis problemas estruturais que impedem a oferta desses serviços pela gestão municipal.

5.2 “NÓS NÃO TEM QUE FAZER PLANOS, E ASSIM VÃO PASSANDO OS ANOS”: A GESTÃO URBANA DE POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA

Com respeito aos instrumentos de investigação das ações da gestão municipal através da observação de campo, entrevistas e aplicação de questionários aos gestores, tivemos as informações para fazer análise sobre o processo de formulação de políticas públicas pela gestão municipal, como ocorre o processo do ciclo de formulação, implementação e aplicação dessas políticas, em especial as que são voltadas para o enfrentamento do fenômeno da antropização nas áreas de ressacas.

Na primeira parte, estudamos a realidade nos aspectos físicos (naturais), aspectos biológicos e os aspectos sociais do objeto de estudo. Também investigamos o processo histórico de ocupação, como se deu, a partir do final da década de 1980, a ocupação humana nessa área. Ao relacionar o processo de ocupação com as ações do poder público como gestor do espaço urbano, procuramos verificar se as políticas públicas promovidas estão voltadas para a população investigada no objeto de estudo e se as ações estão planejadas em curto, médio ou longo prazo.

A busca das informações nas secretarias e as entrevistas dos prefeitos das três últimas gestões como também dos secretários de meio ambiente dos respectivos mandatos políticos, nos deu a dimensão da capacidade de enfrentamento das demandas diagnosticadas na área de estudo pela gestão municipal, em cada período nos últimos dez anos e o horizonte do fenômeno pesquisado.

A aplicação dos questionários ao grupo gestores buscou visualizar o planejamento inserindo as três categorias de ações da gestão ambiental dentro do planejamento: Promoção, Assistência e Educação Ambiental.

- Promoção - são as atribuições desempenhadas pela gestão municipal dentro da gestão ambiental;
- Assistência – são fontes de manutenção, qualificação e apoio técnico ao funcionamento do sistema ambiental;
- Educação Ambiental – instrumento de prevenção, redução e mudança dos comportamentos para fim de melhoria da convivência homem x ambiente.

Com base nessas categorias conceituais, avaliamos as informações do quadro gestores, subgrupo secretários, identificando nos núcleos de sentidos das respostas para compreender as formas de ARTICULAÇÃO, de PLANEJAMENTO e de AÇÕES desenvolvidas pela gestão para retirar um diagnóstico da política ambiental no município e então fazer uma análise temporal das três últimas gestões em termos de: Similaridades, Singularidades, Diferenças, Permanências e Mudanças. Além desses conceitos, o interesse do estudo está relacionado aos objetivos propostos na pesquisa.

Quanto à articulação, a gestão ambiental no município de Santana apresenta uma reduzida busca de parceiros para a promoção, assistência e efetividade da educação ambiental. São momentos espacializados de busca de aproximação tanto de órgãos do governo estadual como federal, sendo os mais distantes os órgãos federais. No Amapá temos as representações dos Ministérios de Meio Ambiente e da Saúde, que podem oferecer articulações com a gestão municipal como também os órgãos vinculados a esses ministérios.

O município tem buscado mais a aproximação com órgãos estaduais como Ministério Público e Batalhão Ambiental, através de ações induzidas por problemas que se apresentam no dia a dia e nas necessidades. Passa a ser uma articulação imediatista e sem planejamento.

A gestão municipal avançou muito quando se aproximou da Secretaria estadual do Meio Ambiente- SEMA para buscar treinamento para a implantação do licenciamento ambiental. Com a parceria os técnicos foram capacitados, o Conselho Municipal de meio ambiente foi reativado, criado o Fundo do Meio Ambiente no município e a gestão começou um novo fluxo de atividades. Com o licenciamento a gestão municipal arrecadou mais, e os processos de licenciamento que os empreendedores santanenses buscavam no IMAP passaram a ser expedidos no próprio município de Santana.

Mas a articulação também não alcançou instituições de ensino para o fortalecimento do sistema e capacitação dos técnicos como também não alcançou os conselhos técnicos de profissionais ligados à área ambiental. O melhor momento de articulação com essas entidades foi através da participação dos profissionais na composição do Conselho de Meio Ambiente.

O que deveria ser mais simples e efetivo não ocorre na gestão, isto é, a articulação entre as secretarias municipais. A gestão ambiental não é vista como uma ação de governo. É tratada como responsabilidade da SEMDUH, secretaria que abarca a pasta do meio ambiente. O secretário da pasta que aqui também configura como informante, assim se expressa sobre as dificuldades da gestão com uma secretaria com muitas atribuições:

E a estrutura mínima necessária. As vezes temos, as vezes cai por terra. Os equipamentos, transporte, veículos, materiais básicos de fiscalização. (Informante 03 – subgrupo Secretários de Meio Ambiente)

Além dos problemas estruturais, toda a secretaria não consegue atender todas as demandas de três secretarias como é a realidade da SEMDUH, com meio ambiente, desenvolvimento urbano e habitação.

A Lei municipal 007/2015-PMS instituiu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEMDUH, com finalidade de assessorar o prefeito e demais órgãos municipais na política de planejamento e desenvolvimento urbano. Realizar estudos técnicos, fazer cumprir as legislações e as normas regulamentares, referentes às edificações erguidas no Município e questões ambientais. Incentivar a iniciativa privada a contribuir para promover a melhoria de condições habitacionais e aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população. (Doc.07).

Percebemos que por ser uma secretaria municipal com muitas atribuições, o foco da atribuição do meio ambiente é descrito como “questões ambientais”. Além dessa realidade, o próprio orçamento da SEMDUH é o menor em valores no orçamento geral da gestão municipal. (Doc. 07)

A Lei 1133/2016 de 30 de dezembro de 2016 – Lei de Diretrizes Orçamentária – LOA definiu a previsão da receita municipal e fixou a despesa no valor total de R\$ 173.596.032,67 (Cento e setenta e três milhões, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos). Esse montante de recursos é toda a

arrecadação do Município de Santana durante o ano de 2017, conforme o Relatório de Gestão 2017 (Doc.09).

Na tabela de descrição da distribuição dos recursos por secretarias, a SEMDUH recebeu a destinação do menor valor para custear as despesas do funcionamento da pasta e fazer investimento de programas definidos na LOA, entretanto, os recursos de R\$ 366.886,69 dotados à SEMDUH foram empenhados R\$ 208.618,88 e pagos R\$ 107.315, tendo restos a pagar para o exercício do ano seguinte de R\$ 89.068,63. Desses recursos sai o financiamento de todas as ações de três pastas numa única secretaria, conforme a descrição das atribuições da SEMDUH. Por esse documento, podemos visualizar que a capacidade da gestão municipal em investimento para a gestão ambiental é muito reduzida no município com tantas complexidades.

Schneider (2014) recomenda a descentralização administrativa da gestão ambiental para uma pasta exclusiva ao meio ambiente:

A descentralização administrativa exige investimentos e não pode se dar sem cautelas. Isso ocorre porque os Municípios não têm tradição na gestão ambiental, ao passo em que, também, dada a proximidade entre governantes e forças econômicas locais é razoável supor que haverá considerável pressão sobre as decisões locais. (SCHNEIDER, 2014)

Várias recomendações foram dadas à gestão municipal sobre a descentralização e aparelhamento da gestão ambiental, mas até o momento, a permanência das dificuldades de outras gestões continua na gestão atual.

Se a gestão ambiental for tratada de forma articulada entre as secretarias municipais e como gestão de governo o “peso” será compartilhado com todos, assim como o planejamento e as ações.

Sobre a Educação Ambiental, a articulação de ações ocorre praticamente somente no ambiente da rede municipal de ensino como uma atividade do calendário escolar. A única ação que alterou essa realidade foi a atividade de visita monitorada de alunos das escolas municipais na Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Revecom. Uma ação fruto da intervenção do Ministério Público do Meio Ambiente, que intermediou a assinatura do Termo de Fomento 009/2017 com duração de doze meses, para atendimento de seis mil crianças com visitas monitoradas e palestra sobre ecologia e preservação do meio ambiente, além de visita de animais da

fauna amazônica. O TF foi celebrado entre a PMS e a Revecom também para subsidiar financeiramente o funcionamento da reserva.

Constatamos que na prática não existe uma articulação de educação ambiental como programa definido para toda a cidade independente de datas ou eventos. Assim, as ações de educação ambiental das demais secretarias estão ligadas às atividades do cotidiano como fiscalizações, monitoramento, licenciamento e outros.

O planejamento da gestão ambiental é feito de forma setorializada por secretaria e desarticulado com a gestão municipal. As secretarias fazem planejamento de ações pontuais de acordo com eventos ou necessidades apresentadas. Com isso se torna ineficiente, desconexo e descontinuo como planejamento macro de gestão.

Ao analisar a forma como as ações ambientais são desenvolvidas segundo os informantes do Subgrupo Secretários Municipais, constatamos que essas ações também são descontinuadas de forma do planejamento e da articulação. As secretarias sentem-se sobrecarregadas com várias ações sem um foco de gestão integrada. Assim, as ações de gestão ambiental são reduzidas pelo número de ações desenvolvidas no ano, fracas pela falta de estrutura, esvaziadas pelo alcance e desarticuladas pela falta de envolvimento da gestão como todo.

Leme(2010) assegura que para implementar políticas públicas, é necessário ter estrutura administrativa, ter pessoal, ter espaço de negociação política e, sobretudo, ter recursos financeiros.

A gestão ambiental municipal e sua implantação, na visão de Chiesa (2009) dependem da superação de grandes desafios, como:

- a) Orçamento insuficiente;
- b) Ausência de previsão legal para repasse de recursos financeiros da União para os Municípios. (Financiamento ambiental);
- c) Insuficiência de pessoal capacitado;
- d) Conflito de competência entre os diferentes entes federativos;
- e) Pouca disposição dos municípios em participar do Sistema Nacional de Meio Ambiente;
- f) Falta de zoneamento ecológico econômico; de regulamentação adequada para o pagamento dos serviços ambientais e, também, do fundo estadual de recursos hídricos;

- g) Dificuldade de aceitação da implantação da política ambiental pelos diferentes setores municipais;
- h) Morosidade das ações dentro da própria estrutura do município;
- i) Pouca contribuição dos atores sociais em relação às políticas ambientais pela baixa qualidade técnica dos participantes;
- j) Falta de planejamento conjunto entre Estado e Município.

Vimos na pesquisa de informações sobre a gestão municipal que não é por falta de instrumentos de planejamento e informações técnicas que a gestão do município não articula o planejamento urbano. A PMS tem um arcabouço de planos setoriais com informações atualizadas que podem ser usadas para o planejamento das ações desde o ordenamento urbano até ações de impacto de urgência. Assim, descrevemos aqui os principais planos setoriais elaborados e instituídos para o planejamento de políticas públicas e que estão “engavetados”:

- ✓ Plano Diretor Participativo;
- ✓ Plano Municipal de Interesse Habitacional;
- ✓ Plano Municipal de Saneamento Básico;
- ✓ Mapeamento de Riscos de Desastres;
- ✓ Plano de Gerenciamento Costeiro (elaborado desde 2004);
- ✓ Plano de remediação da lixeira de Santana.

Pela observação ao longo da investigação com o grupo gestores, constatamos que a PMS não tem um quadro específico de equipe que cuide do planejamento urbano e da elaboração de políticas públicas de gestão ambiental. A forma como essas ações são desenvolvidas não é baseada nos planos setoriais. Dois exemplos dessa constatação, um foi a implementação do PMSB, que estava previsto o ano de 2017 o início de vigência e até o momento dessa pesquisa, não foi instituído a gerência e nenhuma estrutura administrativa. O Plano é composto de cinco produtos: Plano de Mobilização, Diagnóstico Técnico, Prognóstico das Ações, Programas e Ações e a Lei de Saneamento. O único produto utilizado foi a promulgação da lei. Sobre o PMSB durante a atual gestão nenhum secretário foi convocado para tratar do plano como planejamento de políticas públicas. Outro instrumento de planejamento que está diretamente ligado ao objeto de estudo da pesquisa da antropização urbana é o Mapeamento de Risco de Desastres da Cidade de Santana.

O município de Santana através da gestão do então prefeito do período 2013-2016 recebeu um estudo técnico denominado Relatório do Mapeamento de Riscos de Desastres. Esse estudo teve por objetivo o levantamento de dados e análise da vulnerabilidade a desastres naturais e mapeamento de riscos e apresentação de propostas de intervenções para prevenção de desastres.

O relatório do Município de Santana está catalogado no Ministério da Integração Nacional, Governo Federal sob o número 1731-R13-14-lote 13. Foi feito através do Edital nº 36/2013, contrato nº 98/2013, tendo como empresa contratada PANGEA GEOLOGIA E ESTUDOS AMBIENTAIS.

Segundo o relatório, o município de Santana apresenta seis setores de riscos que abrigam no total, 2870 edificações, colocando o município de Santana na terceira posição, juntamente com o município de Santarém no Pará, entre os 13 municípios dos estados de Amapá e Pará no que se refere à quantidade de setores expostos a riscos de vulnerabilidade (Pangea, 2014). Com destaque de primeiro lugar, ao município de Santana quanto à quantidade de edificações em setores de riscos.

O trabalho da empresa Pangea foi desenvolvido centralizado na realidade da cidade de Santana, sede do Município, durante o ano de 2013, com a metodologia de diagnóstico, análise de dados e prognóstico e apresentação de propostas de intervenções. Para tanto, a empresa trabalhou em duas etapas:

- I- Levantamento das informações nos setores de riscos;
- II- Identificação das capacidades de proteção e desastres.

Para o desenvolvimento dessas etapas, a empresa utilizou formulários de pesquisa através de questionários. Os dados do formulário 01 referiram-se à moradia; os formulários 02 e 03 ao setor de riscos num raio de 3 km; o formulário 04 destinado aos gestores.

Durante a pesquisa na Defesa Civil do Município tivemos a informação verbal de um dos membros da corporação, que nunca houve uma reunião de planejamento com base no Mapeamento de Risco. *“A gente vai nas áreas alagadas quando somos chamados pra ajudar os moradores que **as casas estão no fundo**”* (informação verbal – grifo nosso).

As APPs que não deveriam ser ocupadas se transformaram em problema social também por causa da omissão com “olhos grandes” por “trocas políticas de votos”, concessões de amigos, apadrinhamentos e outros. O fazejamento é a irresponsabilidade, a omissão do dever de planejar, agir, monitorar e cumprir a lei.

A ineficiência passa a ser algo mais complexo em todo o sistema. Entretanto, os que estão na linha de frente são os que mais sofrem na ação de gestão. São funcionários municipais que trabalham tanto nos serviços burocráticos como nas ações de campo.

As demandas da população são constantes, contínuas e volumosas, mas a ação do poder público é lenta, desarticulada e insatisfatória. Segundo Tostes (2014), o poder público não consegue fechar essa equação de problemas, nem no básico que a população apresenta.

“O poder público não consegue atender satisfatoriamente os requisitos básicos exigidos pela população. É preciso pensar na cidade como um todo, incluindo o atendimento das necessidades do cidadão não apenas de moradia digna, mas do acesso a infraestrutura urbana planejada” (TOSTES, 2014)

Em se tratando de ocupações em áreas de ressacas, percebemos que o processo de ocupação e as consequências desses atos ainda estão em curso, porque é dinâmico. Enquanto não houver uma agenda de políticas públicas estabelecida para o planejamento da cidade com base na legislação, as consequências só irão piorar. Os problemas das áreas úmidas afetam toda a cidade, provocam alagamentos, aterramentos, supressão da vegetação e se agrava a cada dia com o crescimento populacional. Segundo Tostes (2016), apesar de uma vasta legislação de proteção tais áreas continuam sendo ocupadas, o poder público permanece inerte neste sentido. Em Santana, diversas moradias continuam sendo construídas, e a ocupação cresce de forma desordenada e sem o controle do processo de antropização.

De acordo com Tostes (2014), na região amazônica o surgimento de conflitos ocorre dentro do perímetro urbano e estão relacionados com a função social da cidade e da propriedade, pois o que mais se vê são os vazios urbanos, áreas segregadas, os guetos de violência, déficits habitacionais que joga as pessoas para uma condição de adversidade em busca de legitimação do direito à cidade nas áreas impróprias, fato muito característico nas capitais e regiões conturbadas, como Macapá e Santana.

A realidade revela que não pode haver dignidade social quando se mora em áreas que são mal dotadas de serviços públicos básicos e conseqüentemente sem qualidade de vida.

Tostes (2015) faz uma enumeração de principais ações delineadas para mitigar conflitos urbanos, como:

- 1 – Cada Agente/Ator se limite ao seu papel institucional e ser apenas coadjuvante em casos onde houver necessidades de inter-relação para resolução de determinada problemática de interesse coletivo.
- 2 – Planejamento urbano de médio e longo prazo com oferta de alternativas compatíveis para a solução dos problemas de curto prazo.
- 3 – O Público Municipal precisa melhor se articular para conseguir investimentos junto ao governo Federal e Estadual para implementar nas áreas de infraestrutura urbana.
- 4 – Desenvolver e executar metodologias participativas para fortalecer o emponderamento social
- 5 – Ações de sensibilização quanto ao cuidado com espaço urbano tendo por objetivo a sustentabilidade da cidade para presentes e futuras gerações e criação do Zoneamento Ambiental Participativo.

Na triangulação das falas dos secretários municipais com os documentos do Relatório de Gestão e da Lei Orçamentária, constatamos:

1. Que as ações previstas na Lei Orçamentária (PMS, 2016) não estão de acordo com o Relatório de Gestão (PMS, 2017), pois a previsão orçamentária não foi compatível com as demandas do exercício de 2017;
2. Que o Município de Santana perdeu poder de investimento pela queda de arrecadação e pela diminuição de valores repassados pelo Governo do Estado e Governo Federal;
3. Que não houve cumprimento dos objetivos dos programas descritos na Lei Orçamentária 2016, com exercício em 2017;
4. Que apesar do Programa 0104/2016 GESTÃO EFICIENTE PARA MUDAR SANTANA (PMS, 2016) inserir a SEMDUH com recursos previstos de R\$ 1.000.000,00, no exercício financeiro isso não aconteceu. Segundo o Secretário da pasta, a secretaria de Meio ambiente teve o menor recurso destinado para as secretarias. (Informante 02, Subgrupo Secretários Municipais);
5. Que o Programa 0108 – MUDANDO SANTANA VIDA MELHOR (PMS, 2016), a rubrica 2030 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação, não teve previsão de nenhum recurso a ser destinado. Com isso se comprova que a gestão não trata da política de habitação com previsão orçamentária;

6. Que o Programa 0108, ainda nas rubricas 1005 – Projeto Orla, que são obras de revitalização urbana da frente da Cidade de Santana, com previsão de R\$ 5.000.000,00 para elaboração de projetos executivos para o exercício de 2017, não teve nenhuma ação até o presente momento, e nem mesmo discussão pública sobre tal projeto;
7. Que o Programa 0108, na rubrica 2041 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PASSARELAS, com valor previsto de R\$ 66.000,00, não foi compatível com as demandas das reformas e construções das passarelas na Cidade de Santana. Segundo informações verbais do secretário da SEMOP, a gestão municipal investiu entre os anos 2017 e 2018 um montante de R\$ 800.000,00 referentes à construção de dez quilômetros de passarelas entre modelos em concreto e de madeira. (Informante 4, Subgrupo secretários municipais);
8. Que as ações de saneamento básico foram previstas no Programa 0109 – SANTANA LIMPA, POVO SAUDÁVEL, num total de recursos previstos em R\$ 5.146.000,00, para Manutenção dos canais, galerias e igarapés; coleta seletiva de resíduos sólidos, drenagem e desobstrução de canais; limpeza da cidade. Conforme descrição, as ações não ocorrem na prática conforme previsto e nem os recursos são suficientes de acordo com as falas dos secretários.

A verificação poderia se alongar por outros itens tanto do orçamento quanto pelo relatório de gestão, entretanto pensamos ser suficiente para dimensionar a dicotomia existente na prática da gestão municipal.

Com o diagnóstico sobre o planejamento de políticas públicas e da limitação da gestão municipal, verificamos quais as ações de gestão são desenvolvidas para enfrentamento da antropização na área de ressaca no bairro dos Remédios. Chegamos à constatação dos serviços ofertados pela gestão na área de acordo com os informantes do grupo Gestores, subgrupo secretários municipais.

De acordo com as informações do subgrupo gestores secretários municipais, as principais ações das secretarias municipais relacionadas aos eixos: Meio natural, Meio biológico e Meio social, foram colocados no Quadro 18.

Quadro 18– Ações das secretarias municipais na área de ressaca do bairro dos Remédios - Santana-AP

Eixo de foco	SEMSA	SEMDUH	SEMASC	SEMOP	SEME
Meio natural	Ausência	Limpeza do canal	Ausência	Limpeza do canal,	Ausência
Meio biológico	Ausência	Ausência	Ausência	Ausência	Ausência
Meio social	Ação de agentes de saúde	Coleta de lixo doméstico	Cadastro de moradores em vulnerabilidade	Coleta de lixo doméstico	Educação ambiental com palestras nas escolas

Fonte: Elaborado pelo autor

Os espaços identificados com a expressão “ausência” se referem à falta de políticas públicas ainda não elaboradas por essas secretarias. O quadro tem mais ausência do que presença de políticas públicas. O mais preocupante é o eixo Meio Biológico com ausências de todas as secretarias municipais.

No Quadro 19, procuramos preencher as ausências do Quadro 15 com propostas de ações a serem implementadas pela PMS como contribuição à elaboração de políticas públicas para a população envolvida na pesquisa. Usamos a técnica de “tempestade de ideias” (brainstorming) para propor ações viáveis de curto e médio prazo. Conseguimos assim preencher todo o quadro, atendendo todos os eixos de focos e envolvendo todas as secretarias municipais nas ações.

Quadro 19 – Propostas de políticas públicas de acordo com os eixos de foco

(continua)

EIXO DE FOCO	SEMSA	SEMDUH	SEMASC	SEMOP	SEME
Meio natural	Programa de incentivo à produção de plantas medicinais	Manter permanente a limpeza do canal 1 monitoramento ambiental; 2- Diagnóstico ambiental; 3- serviço de limpeza geral	1-programa de incentivo à horta comunitária	Limpeza do canal, 1-limpeza geral no bairro; 2- Dragagem do canal; 3- equipe permanente de limpeza com moradores locais.	1-Campanha ambiental da importância da água; 2-gincana ecológica com moradores; 3- concurso da frente da casa mais limpa

Quadro 19 – Propostas de políticas públicas de acordo com os eixos de foco
(conclusão)

EIXO DE FOCO	SEMSA	SEMDUH	SEMASC	SEMOP	SEME
Meio biológico	1-Ações de monitoramento do programa vigilância ambiental; 2- Palestras aos moradores ; 3- Ação de educação ambiental; 4- Ação de controle de zoonoses	1-catalogação das espécies da fauna e flora; 2- Ações de educação ambiental;	1-educação ambiental articulada com demais secretarias; 2- programa de reaproveitamento dos lixos da ressaca	1-plantio de espécies nativas da ressaca; 2-doação de mudas frutíferas aos moradores; 3-programa de desratização e captura de animais nocivos	1-educação ambiental; 2- Palestras educativas; 3-filmes ecológicos para as crianças;
Meio social	1- fortalecer o programa Ação de agentes de saúde; 2- ações de saúde no bairro; 3- programa saúde bucal para crianças	Melhorar o mecanismo de Coleta de lixo doméstico 1- Implantação do gari comunitário; 2- Reunião com os moradores; 3- Ação ambiental no bairro	Intensificar o cadastro de moradores em vulnerabilidade 1-cadastro dos moradores para programa de habitação; 2-Programa de empreendedorismo no bairro; 3-campanha de empoderamento social.	Coleta de lixo doméstico com participação da comunidade e Terminar a reforma de passarelas 1- conclusão da reforma das passarelas; 2-urbanizar os acessos; 3- iluminação das passarelas; 4-abrir espaços de convivência nas passarelas;	Programa permanente de Educação ambiental com palestras nas escolas 1-kit escolar para as crianças; 2-visita às famílias da bolsa escola; 3-programa de incentivo a leitura (livros de leitura ecológica)

Fonte: elaborado pelo autor

A formulação de proposta de políticas públicas é resultado de planejamento que pode ser estratégico pela racionalidade dos poucos recursos que a gestão municipal disponibiliza, entretanto quando é feito com efetividade, conseguimos visualizar o alcance proporcional a todas as demandas.

A ideia de formular um quadro das propostas de ações para as demandas dos eixos de foco Meio Natural, Meio Biológico e Meio Social no Quadro 19, nos mostra alguns avanços no planejamento como instrumento de formulação de políticas públicas. Primeiro, que existe uma grande lacuna das ações da gestão atual da PMS; segundo, no Meio Natural no Quadro 18 tinha apenas duas ações, com as propostas no Quadro 19 passou para 13 ações; terceiro, no Meio Biológico não aparecem ações da PMS, já nas propostas do Quadro 19 temos 14 ações; e por último no Meio Social que no Quadro 18 tem 6 ações, com as propostas do Quadro 19 temos 21 ações.

5.3 DO FAZEJAMENTO AO PLANEJAMENTO

Começamos a discutir aqui o conceito de fazejamento como uma prática da gestão sem o devido planejamento. Um conceito inserido por Tostes (2012) como uma denúncia de gestões que não planejam o espaço urbano, não aplica devidamente os instrumentos da gestão territorial do uso do solo, não fiscalizam ou monitoram áreas úmidas para impedir a ocupação desordenada, e às vezes até tem um plano setorial bem elaborado, mas não funcional.

O termo também significa fazer ao mesmo tempo em que se planeja, que na prática e na verdade, é fazer sem planejar, é executar direto e fingir que se planeja, ou fazer de conta que está planejando ao mesmo tempo em que se realiza.

Como construir políticas públicas de gestão ambiental para as áreas úmidas com planejamento e não fazejamento?

Esse é o desafio que a presente pesquisa busca responder como complemento ao estudo do diagnóstico do fenômeno da antropização na área de ressaca do bairro dos Remédios.

O pensar em políticas públicas de gestão ambiental para o fenômeno da antropização em áreas úmidas passa por vários vieses abarcados pelo planejamento urbano. Os desafios do planejamento também devem inserir o diagnóstico dessa população, as condições de moradias precárias, sem instalações sanitárias, a insalubridades em que vivem os moradores, como descreve Tostes (2016)

É exatamente nas áreas úmidas que as condições de moradia são precárias, na maioria dos domicílios as instalações sanitárias são externas e demonstram o desconforto e insalubridade em que vivem os moradores. Há carência de instalações sanitárias e apenas 1% dos domicílios possui fossa séptica. Desta forma, 70% dos domicílios têm seus dejetos humanos lançados diretamente na água, colocando em risco a saúde dos moradores e poluindo o meio ambiente (IBGE, 2014 apud TOSTES, 2016).

Conhecer essa realidade é o primeiro passo do planejamento. Os problemas socioambientais estão inter-relacionados, já que a precariedade habitacional e deficiência de saneamento tornam as condições de vida um desafio para os moradores e ao mesmo tempo provocam a degradação do ambiente natural.

Os principais impactos ambientais verificados através da observação direta na pesquisa demonstram que a ocupação humana se torna influente na degradação ambiental. Tais problemas têm trazido para toda a cidade de Santana consequências já que esses ambientes naturais têm a função de equilíbrio tanto da regulação das marés como no clima da cidade.

As áreas de ressacas compreendem áreas úmidas comum em algumas regiões do país, mas com as singularidades regionais, tendo legislações específicas que tratam de sua proteção e conservação. Cabe então, uma verificação sobre o que a legislação ambiental permite que em termos de intervenções da ação da gestão municipal.

Na pesquisa “Análise da legislação aplicável nas áreas de ressacas no Município de Macapá” Brito, Santos, Macedo e Souza (2012) descrevem um arcabouço das legislações que tratam das ações ambientais que podem ser utilizadas no enfrentamento do fenômeno tanto nas ações de monitoramento para evitar o avanço do processo, como de medidas de assistência aos moradores que estão residindo nos aglomerados subnormais.

Segundo os autores, a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, enfoca uma política preservacionista e busca um reequilíbrio da qualidade ambiental visando melhor equilíbrio ecológico e desenvolvimento econômico de modo sustentável. (BRITO; SANTOS; MACEDO; SOUZA, 2012). Assim, como não é permitido obstruir os cursos de água, degradar florestas e demais vegetações de forma irracional, considerando-se crime ambiental por se tratar de patrimônio público assegurado e protegido por lei, prevendo-se penalidades como prescreve a Lei 9.605/98. Logo a habitação das áreas de ressaca traz danos

irreversíveis em sua biodiversidade, com prejuízos à saúde da própria população. Tanto daqueles que moram nas áreas de ressaca como para toda a cidade.

A legislação ambiental para tratar de ocupações em áreas protegidas APPs também passa pela competência do Estado e do Município.

Quadro 20 – Legislação ambiental – Competências nível estadual e municipal

COMPETÊNCIA ESTADUAL	
Lei Constituição do Estado do Amapá	artigo 313 – Seção XI e XII, e artigo 315. Além da Lei de Ressacas
Lei 005/1994	Código de Proteção ao Meio Ambiente
Lei 0188/1994	Lei do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC
Lei 0455/1999	Lei de Tombamento das Áreas de Ressacas do Estado do Amapá
Lei 0686/20202	Lei da Política de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Amapá
Lei 0835/204	Lei do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano – ZEEU
Lei 0919/2005	Lei do Ordenamento Territorial do Amapá.
Competência municipal	
Lei Complementar 002/2006	Plano Diretor de Santana
Lei 831/2009	Código de Meio Ambiente
Lei 943/2012	Código de Obras/PMS
Lei 949/2012	Uso e Ocupação do Solo/PMS
Lei 950/2012	Impacto de Vizinhança/PMS
Lei 011/2016	Lei Complementar do Plano de Saneamento Básico
Decreto 809/2017	Regulamenta o código ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor

Embora já citado no Quadro 20, o Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá – ZEEU apresenta no capítulo 4, a conceituação das zonas e subzonas das áreas de ressacas de Macapá e Santana. (ZEEU, 2012, p. 69).

O ZEEU para as áreas de ressacas é um instrumento básico de planejamento local que deve ser articulado com o plano Diretor e demais leis ambientais do município. Por esse instrumento, são indicados critérios o uso e ocupação do solo e o manejo dos recursos naturais em cada zona específica.

O estudo identifica sete zonas nas áreas de ressacas de Macapá e Santana e faz recomendação sobre: Cenários desejados, proibições, tolerâncias, e incentivos do que podem ser implantados nas áreas de ressacas.

Como o foco da pesquisa é a antropização urbana por meio da moradia, vamos descrever segundo o ZEEU (2012), as três zonas relacionadas ao objeto de pesquisa, focando nas proibições e nos incentivos, ou seja, naquilo que não pode e de ser feito.

Quadro 21 - Zona Sob Pressão da Ocupação Urbana – Z2

Zona Sob Pressão da Ocupação Urbana – Z2
São proibidas nessa zona:
I. Implantação de obras ou serviços que impliquem em modificações na conformação fisiográfica; II. Lançamento de resíduos de qualquer natureza no solo e nos corpos d'água; III. Agricultura; IV. Pecuária; V. Uso de substâncias tóxicas para qualquer fim; VI. Realização de queimadas; VII. Abertura de canais de drenagem; VIII. Ocupação dentro das áreas de ressacas; IX. Pesca de arrasto e com a utilização de venenos, ervas ou substâncias químicas de qualquer natureza;
São incentivadas nessa zona:
I. Controle de espécies invasoras; II. Realização de projetos de educação ambiental; III. Produção de espécies nativas; IV. Prevenção de queimadas; V. Desenvolvimento de programas comunitários para coleta de lixo; VI. Pesquisa científica; VII. Ações que garantam a integridade da área de modo que possibilite a reprodução, alimentação e repouso de aves e de quelônios e refúgio de mamíferos; VIII. Replântio de espécies nativas; IX. Monitoramento da qualidade da água pelo órgão ambiental competente; X. Realização de projetos de recuperação das margens das ressacas; XI. Estabelecimento de parcerias entre as instituições governamentais e a sociedade civil organizada, visando à proteção destes ambientes; XII. Manutenção dos remanescentes de mata ciliar ao longo das ressacas. (ZEEU, 2012)

Fonte: ZEEU, 2012. Adaptado pelo autor

A Zona sob pressão da ocupação urbana é formada por áreas sem ocupação dentro das ressacas, mas que se encontram sob pressão devido à ocupação urbana e oferta de serviços em seu entorno.

Quadro 22 - Zona em Processo de Ocupação Urbana – Z3

São proibidas nessa zona:
<p>I. Implantação de obras ou serviços que impliquem em modificações na conformação fisiográfica;</p> <p>II. Lançamento de resíduos de qualquer natureza no solo e nos corpos d'água;</p> <p>III. Agricultura;</p> <p>IV. Pecuária;</p> <p>V. Uso de substâncias tóxicas para qualquer fim;</p> <p>VI. Realização de queimadas;</p> <p>VII. Abertura de canais de drenagem;</p> <p>VIII. Ocupação dentro das áreas de ressacas;</p> <p>IX. Pesca de arrasto e com a utilização de venenos, ervas ou substâncias químicas de qualquer natureza;</p> <p>X. Introdução de espécies exóticas;</p> <p>XI. Obstrução de canais ou cursos d'água;</p> <p>XII. Supressão de espécies nativas da flora e da fauna;</p> <p>XIII. Utilização de fossa negra ou qualquer outro tipo de instalação que não esteja de acordo com os padrões sanitários;</p> <p>XIV. Extração de argila.</p> <p>IX. Pesca de arrasto e com a utilização de venenos, ervas ou substâncias químicas de qualquer natureza;</p>
São incentivadas nessa zona:
<p>I. Controle de espécies invasoras;</p> <p>II. Realização de projetos de educação ambiental;</p> <p>III. Produção de espécies nativas;</p> <p>IV. Prevenção de queimadas;</p> <p>V. Desenvolvimento de programas comunitários para coleta de lixo;</p> <p>VI. Pesquisa científica;</p> <p>VII. Ações que garantam a integridade da área de modo que possibilite a reprodução, alimentação e repouso de aves e de quelônios e refúgio de mamíferos;</p> <p>VIII. Replanteio de espécies nativas;</p> <p>IX. Monitoramento da qualidade da água pelo órgão ambiental competente;</p> <p>X. Realização de projetos de recuperação das margens das ressacas;</p> <p>XI. Estabelecimento de parcerias entre as instituições governamentais e a sociedade civil organizada, visando à proteção destes ambientes;</p> <p>XII. Manutenção dos remanescentes de mata ciliar ao longo das ressacas.</p>

Fonte: (ZEEU, 2012), adaptado pelo autor

Zona em Processo de Ocupação Urbana é formada por áreas com médio adensamento populacional e de construções dentro e no entorno das ressacas, apresentando indícios de ocupação recente ou em processo de ocupação atual.

Quadro 23 - Zona com Ocupação Urbana Consolidada – Z4

São proibidas nessa zona:
<p>I. Implantação de obras ou serviços inadequados às condições bioclimáticas locais e aos ambientes de ressaca;</p> <p>II. Aterro sem controle;</p> <p>III. Lançamento de resíduos de qualquer natureza no solo e nos corpos d'água;</p> <p>IV. Construção e utilização de fossas negras;</p> <p>V. Construção de habitações em desacordo com plano urbanístico;</p> <p>VI. Ocupação desordenada;</p> <p>VII. Especulação imobiliária;</p> <p>VIII. Construção de edificações com mais de dois pavimentos;</p> <p>IX. Intervenções urbanísticas sem a prévia consulta pública.</p> <p>São incentivadas nessa área:</p> <p>I. Regularização fundiária;</p> <p>II. Urbanização da área para requalificação do padrão de ordenamento urbano e melhoria da mobilidade e acessibilidade, ajustando-as ao entorno;</p> <p>III. Implantação de infraestrutura de suporte à moradia (equipamentos de base e de serviços);</p> <p>IV. Elevação dos padrões sanitários e estéticos;</p> <p>V. Adoção de soluções arquitetônicas e urbanísticas adequadas às condições bioclimáticas locais (insolação, ventilação e clima) e aos condicionantes naturais de ambientes de ressaca, utilizando-se de soluções tecnológicas o menos impactante possível;</p> <p>VI. Preservação das áreas mais profundas, nas quais o aterramento não seja a solução adequada, visando à manutenção da dinâmica hidrológica;</p> <p>VII. Envolvimento da população na elaboração das propostas de intervenção nas ressacas;</p> <p>VIII. Criação de conselho gestor composto pelos moradores para o controle social na área.</p> <p>IX. Reserva de uma área para captação das águas das chuvas e dos canais.</p>

Fonte: (ZEEU,2012) adaptado pelo autor

Zona com Ocupação Urbana Consolidada é formada por áreas com médio a alto adensamento populacional e de construções dentro e no entorno das ressacas, apresentando paisagens altamente antropizadas, alto grau de poluição sanitária e uma multiplicidade de usos e ocupação.

Com os quadros 21,22 e 23, fizemos a abordagem provocativa das proibições e incentivos para mostrar que o planejamento de ações ambientais ou de infraestrutura nas áreas de ressacas tem um parâmetro legal e tecnicamente ambiental.

O objeto de estudo área de ressaca do bairro dos Remédios em Santana pela descrição já feita no diagnóstico se enquadra tanto nas ações ambientais como nas de infraestrutura que são incentivadas no ZEEU (2012), pois tem espaços que podem ser remediados com ações ambientais e já está consolidada na maioria do espaço para obras de infraestrutura. Recomenda-se no ZEEU (2012) a requalificação do espaço consolidado.

Tanto a legislação disposta como os planos setoriais e estudos técnicos já são instrumentos suficientes para o planejamento de políticas públicas de ações de preservação, monitoramento, recuperação de áreas degradadas, bem como ações revitalização dos espaços consolidados.

Na observação de campo, podemos constatar que as demandas apresentadas na área pesquisada de falta de ações de gestão tanto ambiental como dos serviços públicos geram na comunidade o sentimento de abandono.

Todas as quatro zonas definidas na pesquisa apresentam deficiências no atendimento de serviços públicos. Aqui vamos citar as deficiências e as recomendações do que pode ser implementado em ações de políticas públicas.

Quadro 24 – principais demandas de serviços públicos – Área de Ressaca do Bairro dos Remédios

(continua)

DISCRIMINAÇÃO	AUSÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	RESPONSABILIDADE	SUGESTÕES
MEIO FÍSICO	Iluminação pública	PMS	Ação de Iluminação pública
MEIO FÍSICO	Limpeza geral	PMS	Ação de limpeza
MEIO FÍSICO	Dragagem do canal	PMS	Ação de retirada de lama e entulhos do canal
MEIO FÍSICO	Recuperação de passarelas	PMS	Terminar as reformas das passarelas.
MEIO FÍSICO	Identificação do perigo de uso das águas.	PMS/SEMA	Educação Ambiental
MEIO FÍSICO	Melhoria nas vias de acesso às passarelas	PMS	Recuperação asfáltica das ruas e avenidas
MEIO FÍSICO	Plano de construção em concreto armado das passarelas com identificação tátil, iluminação apropriada e largura mínima de dois metros.	PMS	Realizar planejamento de construção de novas passarelas e revitalização das já existentes.
MEIO BIOLÓGICO	Catologação das espécies aquáticas do canal	SEMA/PMS	Estudo e levantamento das espécies de peixes

Quadro 24 – principais demandas de serviços públicos – Área de Ressaca do Bairro dos Remédios

(conclusão)

DISCRIMINAÇÃO	AUSÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	RESPONSABILIDADE	SUGESTÕES
MEIO BIOLÓGICO	Monitoramento da qualidade da água do canal	SEMA/PMS	Controle sazonal da poluição da água.
MEIO BIOLÓGICO	Catálogo das espécies de aves	SEMA	Estudo e levantamento da população aviária do local
MEIO BIOLÓGICO	Catálogo das espécies de animais silvestres	SEMA	Estudo e levantamento da população de animais silvestres
MEIO BIOLÓGICO	Identificação e apreensão de animais domésticos soltos nas passarelas	PMS	Operação carrocinha
MEIO SOCIAL	Ronda policial com mais frequência	POLÍCIA MILITAR	Disponibilizar equipe para fazer rondas nas passarelas
MEIO SOCIAL	Ação de saúde bucal	PMS/GEA	Realizar ações sazonais com foco no atendimento à crianças e adolescentes
MEIO SOCIAL	Ação de Saúde integrada	PMS/GEA	Realizar ações de saúde para as famílias.
MEIO SOCIAL	Cadastro social das famílias	PMS/GEA	Realizar ação de cadastro social das.
MEIO SOCIAL	Educação ambiental	PMS/SEMA	Realizar campanha de educação ambiental com os moradores
MEIO SOCIAL	Ação de emponderamento social	PMS/ PROMOTORIA DE MEIO AMBIENTE	Realizar ações de emponderamento/ palestras de direitos do cidadão
MEIO SOCIAL	Estudo técnico de serviços de saneamento para áreas úmidas	PMS/ PROMOTORIA DE MEIO AMBIENTE	Realizar estudo sobre tecnologias aplicáveis nas moradias em áreas úmidas
MEIO SOCIAL	Construção da sede da Associação de moradores	PMS/GEA	Construir uma sede social para a associação de moradores
MEIO SOCIAL	Implantação de projeto de empreendedorismo com os moradores	PMS/SEBRAE	Implantar no bairro ações de empreendedorismo e geração de renda

Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos perceber que são ações descritas para um planejamento articulado com a sociedade civil, secretarias municipais, órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, órgãos do Governo estadual e Federal através ações de curto e médio prazo. As ações de longo prazo precisam estar inseridas no planejamento macro da gestão municipal. São direcionadas a ações estruturantes que envolvem macrodrenagem e urbanização de áreas como também ações da política habitacional do Município.

Todas as ações aqui pensadas e apresentadas dentro do planejamento devem ser direcionadas ao envolvimento da coletividade. Envolver os atores locais: líderes, moradores, igrejas, clubes associações e outros que sejam participativos no processo de pensar soluções. Isso gera o empoderamento social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Qual de vocês, se quiser construir uma torre, primeiro não se assenta e calcula o preço, para ver se tem dinheiro suficiente para completá-la?”(Lucas 14:28)

A sociedade brasileira tem experimentado diversas mudanças ao longo do tempo, dentre as quais, as que têm mobilizado o planeta por políticas públicas pelo meio ambiente, buscando ações em todos os níveis de governo para estabelecer uma gestão ambiental do espaço urbano com racionalidade no planejamento, articulações institucionais de comprometimento na integração de preservação e requalificação dos espaços naturais, bem como na garantia da participação popular na organização da gestão pública.

Estivemos tratando da temática ambiental através do fenômeno antropização urbana em áreas de ressacas, e quando nos reportamos a este, estamos falando da realidade do objeto de estudo, na área de ressaca do bairro dos Remédios, na Cidade de Santana/AP, com propósito de diagnosticar o fenômeno e buscar alternativas de soluções viáveis e aplicáveis através de elaboração de políticas públicas socioambientais.

Sabemos que desde a origem da ocupação (década de 1980), a área pesquisada não teve o devido cuidado de fiscalização e monitoramento da gestão municipal para evitar a ocupação desordenada. Realidade da ineficiência do poder público que ainda permanece nos dias atuais, pois novas áreas semelhantes ao do estudo tem sido antropizadas.

No diagnóstico levantado foram focados três elementos de investigação: Meio Natural, Meio Biológico e Meio Social. Os resultados comprovam que a área tem sofrido a degradação ambiental impactante tanto no meio natural, biológico e principalmente social. A comunidade investigada não tem tido a devida presença do poder público tanto na prevenção como na assistência. Não é repassado aos moradores informações do perigo de morar em áreas úmidas e nem a oferta dos serviços públicos, pois faltam os serviços básicos, a essa população, na saúde, na segurança, na assistência social, na promoção de cidadania, no lazer e outros.

A verificação da gestão pública para conhecer a estrutura do poder público municipal através de suas secretarias estratégicas: SEMOP (obras), SEMASC (assistência e cidadania), SEME (educação), SEMSA (saúde) e SEMDUH (meio

ambiente e desenvolvimento urbano); mostrou-nos que apesar das ações já desenvolvidas por estas secretarias, essas não atendem satisfatoriamente os moradores. Os fatores são apontados pela deficiente articulação nas ações e falta de planejamento integrado na gestão municipal que não direciona foco de ações e nem aperfeiçoa os recursos.

A ausência de uma secretaria estratégica no governo municipal para gerenciar o planejamento e ações de gestão, apesar de prevista em lei não existe na prática. Talvez seja um dos fatores da gestão, não operacionalizar a gestão ambiental com maior efetividade e resultados.

Vimos que os processos da gestão ambiental em termos de permanência do modelo retroagem aos dez últimos anos. Que a gestão ambiental não tem sido prioridade da gestão do governo municipal, pois não foi criada uma Secretaria de Meio Ambiente para cuidar dessa responsabilidade. As gestões de governo nesse período até dias atuais designam todas as atribuições para a Coordenadoria de Meio Ambiente com equipe reduzida, estrutura mínima, baixa formação na área e recursos insuficientes no orçamento municipal.

Vimos, também, que a gestão não tem utilizado dos recursos de planejamento através dos planos setoriais e estudos técnicos elaborados em gestões passadas para o enfrentamento dos problemas ambientais e em especial da antropização nas áreas de ressacas. Aqui destacamos pelo menos três que são de fundamental importância à organização do espaço urbano na relação com o meio ambiente: o Plano Diretor Participativo, que está desatualizado; o Plano Municipal de Saneamento Básico, que teve a vigência de iniciar em 2017 (ano base), mas até o momento não foi implementado; e, o Relatório de Mapeamento de Riscos de Desastres, que tem todas as informações técnicas para planejamento de ações de remediação de áreas de risco, e também não é utilizado pelos órgãos de planejamento da PMS.

Tostes (2012) aborda sobre essa forma de gerir o espaço urbano como fazejamento, ou seja, o que deve ser planejado antes de fazer se torna o inverso, vai fazendo em planejar. Um modelo de imediatismo na gestão, a falta de foco e de articulação interna e externa.

Observamos que entre o “olhar” dos moradores da área de estudo investigada e as respostas do poder público municipal através do discurso da gestão, existe uma distância muito grande. Diminuir essa distância só através de

planejamento, ações focadas, envolvimento da participação coletiva, informação acessível, articulação institucional e principalmente decisão política da gestão.

A gestão ambiental impõe alguns desafios aos seus gestores. Pela pesquisa observamos que esses desafios não têm sido encarados pela gestão municipal. Então passaremos a colocá-los como contribuições de recomendações.

O primeiro desafio é instituir uma secretaria própria para cuidar da política ambiental com maiores recursos, suficientes para gerir todo o processo no âmbito municipal. Com isso a gestão poderá cumprir com as atribuições de educar, fiscalizar e monitorar todo o processo de licenciamento ambiental no município.

O segundo desafio está ligado ao planejamento. Deve ser tratado como prioridade, com articulação em todas as secretarias municipais e com viabilidade funcional e temporal. Na hora de planejar, colocar todos os envolvidos com direito à voz e voto de decisão por ações a serem planejadas.

O terceiro desafio é mobilizar a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas de gestão ambiental e nas ações direcionadas nas comunidades. Promover o empoderamento social como ferramenta de sensibilização do envolvimento dos atores sociais.

Que sejam instituídos diálogos da gestão do poder público com a comunidade sobre a convivência homem e natureza, sobre os efeitos da antropização, sobre a responsabilidade individual de cuidar do meio em que vive. Que esses diálogos sejam formais através de conferências, audiências públicas, seminários, reuniões e outros; mas também sejam informais através da visita de gestores nos locais antropizados.

Como quarto desafio, destacamos a Educação Ambiental. Que não seja apenas uma ação do Núcleo de EA da SEME. Que seja uma política pública que envolva toda a sociedade, partindo das secretarias municipais e se articule com os órgãos de meio ambiente, estaduais e federais, alcançando grupos religiosos e outros. Que promova o acesso à informação clara e objetiva de danos provocados pela antropização e formas de prevenção e mudança de hábitos não saudáveis à vida. Que seja permanente através de um Comitê Permanente de Educação Ambiental, instituído por Decreto, com representatividade da gestão e da sociedade civil. Que seja considerado serviço de alta relevância social, a participação dos envolvidos.

Por fim, o quinto desafio da gestão ambiental no enfrentamento dos efeitos da antropização urbana, a efetividade das ações. Os riscos de desastres na Cidade

de Santana são grandes. O bairro dos Remédios tem ido para o fundo em dois alagamentos registrados em 2019. A Pangea (2014) revelou no mapeamento de Riscos que Santana tem seis setores de risco, abrigando um total de 2.870 edificações, o que a coloca numa posição preocupante.

Para o enfrentamento desses e outros desafios, nos reportamos às recomendações de Kleba e Wendausen (2009) sobre empoderamento social o qual favorece ao engajamento e a participação social na perspectiva da cidadania e pode ser perfeitamente implementado na relação que a gestão deve fazer no envolvimento com os moradores de áreas de ressacas no processo de enfrentamento da antropização. Além dessa recomendação, nos utilizamos dos conceitos de medidas idealizadas por Tostes (2016), para recomendar ações de enfrentamento do fenômeno baseadas em formuladas em políticas públicas.

Recomendamos, assim, ações de Educação ambiental no contexto das áreas úmidas com programas definidos a partir da realidade local, com a participação de todas as secretárias e órgãos municipais, podendo estender a participação e articulação com instituições privadas;

Recomendamos a elaboração de planejamento integrado com os municípios de Macapá e Mazagão para a revisão do Plano Diretor Participativo da Cidade de Santana/Ap, com viés ambiental para tratar fortemente de políticas públicas para áreas de ressacas;

Recomendamos planejamento habitacional compatibilizado com os estudos das áreas úmidas e revisão do PMHIS;

Recomendamos o cadastro social construído a partir das informações conjugadas das instituições participantes de todos os moradores habitantes das áreas de ressacas da Cidade Santana;

Recomendamos o uso dos instrumentos de orientação sobre a Legislação Municipal através das Leis existentes (Postura, Solo, Edificações) e a direta relação com as áreas úmidas;

Recomendamos a previsão de investimentos em Infraestrutura urbana e ambiental para as áreas de ressacas já consolidadas;

Recomendamos a implantação da política de monitoramento sobre a questão latifundiária urbana para planos habitacionais de interesse social;

Recomendamos a implantação das doze medidas estruturais propostas no Mapeamento de Risco (PANGEA, 2014) para a mitigação dos riscos que a população que ocupa os baixios da cidade e está exposta em todos os períodos de chuvas.

As recomendações sugeridas só serão possíveis de implementação se houver pressão popular de envolvimento e empoderamento para buscar colocar na agenda política da gestão municipal e fiscalizar todos os processos até que sejam executadas e com excelência.

Tudo está em risco, mas a vida é o maior patrimônio. Que as ações limpeza das áreas antropizadas, através da coleta dos resíduos tanto domésticos como de outras fontes sejam permanentes e com maior frequência. Que os canais de drenagem, em especial o Canal da ICOMI, que passa no centro da ressaca do bairro dos Remédios seja limpo e dragado. Que as sete Propostas de Intervenções (Pangea, 2014, p. 11) de mitigação dos riscos nas áreas de ressacas sejam implementadas nas ações de planejamento da PMS. Que as demais propostas de ação de gestão apresentadas no presente estudo transformadas em ações efetivas pela PMS.

Por fim, acreditamos que analisar o processo de antropização urbana na área de ressaca do bairro dos Remédios e os desafios de elaboração de políticas públicas ambientais para o enfrentamento desse fenômeno, nos possibilitou visualizar as implicações, limitações que extrapolam a questão ambiental, abarcando muitos olhares e discursos, confrontando com questões culturais e político-administrativas e modos de gestão já instituídos e muitas vezes engessados pelo fazejamento.

O desafio está colocado para a gestão ambiental através dos seus gestores e também para a população de se apropriar dos conhecimentos aqui compartilhados. Acreditamos que é possível sair do imediatismo para uma gestão racional de políticas públicas, dada a importância da temática apresentada e da visibilidade que passa a ser dada aos moradores vítimas desse processo.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Lei número 0455, de 22 de julho de 1999. Dispõe sobre a delimitação e tombamento das áreas de “ressacas” localizadas no estado do Amapá e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amapá**, Macapá, 1999.

_____. Lei número 0835, de 27 de maio de 2004. Dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzea localizadas no Estado do Amapá e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amapá**, Macapá, 2004.

_____. **Diagnóstico da Gestão Ambiental do Município de Santana**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização. Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) – Macapá: Sema, 2017.

AGUIAR, J.S; SILVA, L.M.S. Caracterização e Avaliação das Condições de Vida das Populações Residentes nas Ressacas Urbanas dos Municípios de Macapá e Santana. In: TAKIYAMA, L.R. ; SILVA, A.Q. **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**. Macapá-AP: CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, 2004.

ALBUQUERQUE, F. R. P. C; GARCEZ, A.R.P. Comentários dos resultados. Censo Demográfico 2000. **Migração e deslocamento: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE,2003.

ANDRADE, R. F. **Políticas de desenvolvimento regional, migração, urbanização e saúde na Amazônia brasileira com ênfase ao município de Macapá**. 1995. 156f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

ARENDT, H. **A condição humana** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BARBIERI, J. C. **Políticas públicas indutoras de inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis nas empresas**. São Paulo:[s.n], 1997

BARRETO, M. L. **Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios para o Brasil**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001.

BIGLIARDI, R. V; CRUZ, R. G. **A educação na sociedade de classes: uma leitura crítica do processo de avaliação educacional**. Porto Alegre:[s.n], 2007.

BOFF, L. **Nova era: a civilização planetária**. São Paulo: Ática,1994.

_____. **Princípio-Terra: volta à Terra como pátria comum**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **Metodologia da pesquisa na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, P. **Contrafogos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988** (Constituição Federal, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Emendas Constitucionais de Revisão e Emendas Constitucionais). Brasília: Senado Federal, Secretária-geral da Mesa, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso.** 8. ed. Brasília: [s.n], 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.Pdf> . Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. Senado Federal. **Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Brasília: Senado Federal, 2000.

_____. Política nacional de educação ambiental – Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 27 abr.1999.

_____. **Censo Demográfico 1950/2000.** Macapá/AP: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2018.** Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.** 2. ed. Brasília: 2004.

BRITO, S.R. **A contribuição da formação continuada para a atuação dos coordenadores pedagógicos da educação infantil de São Bernardo do Campo.** São Paulo:[s.n], 2014.

BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CÂMARA, G.; DAVIS.C.; MONTEIRO, A.M.; D'ALGE, J.C. **Introdução à Ciência da Geoinformação.** 2.ed.São José dos Campos: INPE, 2001.

CARLO, S. **Gestão ambiental nos municípios brasileiros: impasses e heterogeneidade.** 2006. 326 f. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores.** São Paulo: Senac, 1999.

CASCINO, F; JACOBI, P; OLIVEIRA, J.F. **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998.

CASTELLS, M. **Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação**.

CARVALHO, I. **A invenção ecológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARIDE, J. P. M. **Educação ambiental e desenvolvimento humano**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

CHIESA, M. A.S. **Gestão ambiental: entreves entraves e perspectivas para a municipalização no Estado do Espírito Santo**. [S.l;s.n], 2009. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/upload/Painel_40_Maria_Aparecida_Chiesa_formatado.pdf> . Acesso em: 10 abr.2019.

CORREA, J. R. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COELHO, B. A. et al. **Ressacas: por que protegê-las?** Macapá: SEMA, 2006.

DAGNINO, R. S; SALVADOR, C.J.R. "Risco ambiental: conceitos e aplicações". **CLIMEP - Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v.2, n.2, p.50-87, jul/dez.2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/1026>>. Acesso em: 17 out.2017.

DAGNINO, R.; GOMES, E. **Sistema de inovação social para prefeituras**. In: Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia para Inovação. **Anais...** São Paulo, 2000.

DAGNINO, R.; THOMAS, H. Planejamento e políticas públicas de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 205-232, 2001.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JÚNIOR, A. E. et al. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DIAS, R; MATOS, F. Políticas públicas: **princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2008.

DRUMMONT, J. A. **O Amapá no tempo do Manganês 1943-2000**. [S.l]: Garamond, 2007.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 24, 2004.

ELISSALDE, B. **Anthropisation**. Hypergéó, 2004. Disponível em: <http://www.hypergeo.eu/IMG/_article_PDF/article_316.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

FERNANDES, D. FERNADES, J. G. Personas e Habitus: estudo de perfis antrópicos na amazônia oriental. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 81-111, jan./jun. 2018.

FERREIRA, H. Precaução e prevenção na sociedade de risco: princípios jurídicos em busca da sustentabilidade ambiental. In: LIRA, W. et al. **Sustentabilidade: um enfoque sistêmico**. Campina Grande: EdUEP, 2007.

FORNO, **Fundamentos em gestão ambiental** [recurso eletrônico] / organizadora Marlise Amália Reinehr Dal; coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos.– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002

FREITAS, M. **A década de educação para o desenvolvimento sustentável: do que não deve ser ao que pode ser**. [S.n]: PNUMA, 2007.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Documento de informações Básicas de Macapá**. Macapá, 2003.

_____. **Relatório do Diagnóstico da Gestão Ambiental no Município de Santana**. Rio de Janeiro: IBAM, 2017.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1998.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc. São Paulo**, v.18, n.4, p.733-743, 2009

LAKATOS, E. M; MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

LEITE, L. L; D'ASCENZI, L. 2013. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n.48, p. 101-110, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23829759006>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

LEME, T. N. Os Municípios e a Política Nacional de Meio Ambiente. **Revista Planejamento e políticas públicas**, n. 35, p.45-48, jul./dez. 2010.

LOUREIRO, C. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Educação ambiental transformadora**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, M. D.V.; RONCAGLIO, C. Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Paraná, n.3, p.53-63, jan./jun., 2001.

MACAPÁ. **Proteger as áreas de Ressaca**. Macapá: DEAC/DIA/CTE/SEMA, 2006.

MACIEL, N.C. **Resacas do Amapá: diagnóstico preliminar - propostas de recuperação, preservação e uso sustentado**. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/AP, 2001.

MAGALHÃES, C. D; SANTOS, V.F. **Análise da rede de drenagem da bacia hidrográfica do igarapé da fortaleza utilizando imagens de alta resolução**. Relatório de Bolsa do Programa de Bolsa em Iniciação Científica. Macapá: PIBIC/CNPq/IEPA. 2010.

MANZATO, A. J; SANTOS, A. B. **A elaboração de questionários na pesquisa qualitativa**. Disponível em: Acesso em: 19 dez. 2018.

MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **Manual da Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.

MORAES, D. R.; SANTOS, P. M. **Avaliação do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Santana/AP e Identificação de Impactos Socioambientais**. Macapá:[s.n], 2014.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO; GOIS; LUCION, Daniel, Gabriela Rodrigues, Jéssica. **Fundamentos Teóricos e Conceituais da Gestão Ambiental**. [S.l]: EdUFRGS, 2017.

NOVAES, H.; DAGNINO, R. **O fetichismo da tecnologia**. Campinas: EdUnicamp, 2004.

PANGEA. **Mapeamento de Riscos de Desastres da Cidade de Santana**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de proteção e Defesa Civil. São Paulo, abril de 2014.

PORTILHO, I. S. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá (AP)**. 2006. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PORTILHO, S. Áreas de ressacas e dinâmica urbana em Macapá. **II Seminário Ibero Americano de Geografia Física**. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

PORTO, J. L. R.; BIANCHETTI, A. Dinâmicas urbanas amapaenses: conflitos e perspectivas de um estado em construção. In: **Anais do Congresso Internacional em Planejamento e Gestão Ambiental**, Brasília, 2005.

PORTO, J. L. R. **(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais**. Macapá: Jadson Porto, 2006.

_____. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943 a 2000)**. 2.ed. Macapá: Edição do autor, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA. **Plano Diretor Participativo De Santana**. 2006.

_____. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Macapá: PMHIS, 2011.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Macapá: PMSB, 2016.

_____. **Lei Orçamentária da Prefeitura Municipal de Santana**, 2017.

QUINTAS, J. S. **Gestão Ambiental Pública: curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen**. Brasília: IBAMA, 2010.

RAMALHO, D.S. **Degradação ambiental urbana e pobreza: a percepção dos riscos**. [s.d.]. Disponível em: <www.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo41.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

REBELO, F. **Riscos naturais e ação antrópica: imprensa da Universidade**. Coimbra:[s.n], 2008.

ROSA, T.S. et al. A educação ambiental como estratégia para a redução de riscos ambientais. **Revista Ambiente & Sociedade**, v.18, p. 211-230, 2015

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento. **Revista de Administração pública**, São Paulo, v.42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.

SANTANA, Prefeitura Municipal de. Leitura da cidade: um olhar para o Município de Santana. **Revista do Plano Diretor Participativo da Prefeitura Municipal de Santana**. Santana, v. 2, n. 1, p.218, jan. 2006.

_____. Prefeitura Municipal de. **Revista do Plano Municipal de Interesse Habitacional**.

SARNEY, J.; COSTA, P. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SCHNEIDER, E. Gestão Ambiental Municipal: Preservação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. In: **Anais do XX Encontro Nacional de Engenharia da Produção, 2000**. São Paulo: SEBRAE, 2014.

SILVA, A.Q. Aspectos da ocupação das áreas urbanas de Macapá e Santana. In: WORKSHOP ECOLAB. 5, **Macapá: resumos**. Macapá, 2000. p.49-52.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Revista da Faculdade USP**, São Paulo, v.31, n. 2, p.33-38, 2005.

SINGER, P. et al. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

TAKIYAMA, L. R et al. **Projeto Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá: relatório técnico final**. Macapá: IEPA, 2012.

TEXEIRA, E. C. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e nas transformações da sociedade**. [S.l.;s.n],2002.

TRINDADE JR., S. C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA/UFPA,1997.

TREVISOL, J. V. **A educação em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade**. Joaçaba: UNOESC, 2003.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TOSTES, J. A. **Indicadores de sustentabilidade para aferir impactos em ambientais em Macapá e Santana, cidades médias da Amazônia**. [S.l.;s.n], 2005.

_____. **O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil).** [S.l.;s.n], 2012.

VEYRET, Y; RICHMOND, N. M. O risco, os riscos. In: VEYTET, Y (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2007.

VILLAÇA, F. A segregação urbana e a Justiça. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, n.44, p.341-346, jul/set.2003.

WILHEIM, J.; SOLA, L. **Sociedade e estado em transformação.** São Paulo: Unesp, 1999.

WEBER, M. **A ciência como vocação.** In: **Ciência e política: duas vocações.** Trad. L. Hegenberg, O. S. da Mota. São Paulo: Cultrix, [s. d.]. p.17-52.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO - ZEE-AP Macrodiagnóstico do Estado do Amapá: primeira aproximação. Macapá: IEPA – ZEE, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para Entrevista – Grupo 01 Moradores



Universidade Estadual do Ceará - UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Pesquisa:

AUTOR: Aroldo de Melo Vasconcelos

Orientador da Pesquisa: Dr. Alexandre Gomes Galindo

Questionário para o Grupo de Informantes: moradores do bairro dos Remédios

DATA: ____/____/2019

Início: _____

Término: _____

Código do entrevistado: _____

Senhor (a) morador (a), as informações colhidas neste questionário são sigilosas e terão finalidades de diagnosticar os aspectos ambientais no Bairro. Pedimos que responda todas as questões.

Questionário para moradores do bairro dos Remédios, Santana-AP.

I- MEIO FÍSICO: MORADIA

- 1- Quanto tempo você mora no Bairro dos Remédios?
 a- () menos de 5 anos b- () de 5 a 10 anos c- () acima de 10 anos
- 2- Se você tivesse oportunidade de trocar de bairro você mudaria? Porque?
 a- () Sim b- () Não c- () É possível

-
- 3- Você já foi informado por alguma equipe da prefeitura sobre os perigos de morar no alagado?
 b- () sim b- () Não
 - 4- Teve alguma ação da Prefeitura de Santana sobre Educação ambiental no Bairro?
 c- () recente b- () há 6 meses c- () há 1 ano d- () nunca

II- MEIO BIOLÓGICO: RECURSOS HIDRICOS, FAUNA, FLORA

- 5- Você usa a água da ressaca para alguma finalidade?

- a- lavar roupas
- b- fazer comida
- c- limpar a casa
- d- não uso

6- Já houve alguém da sua família ou de perto da sua casa que sofreu algum acidente com animais peçonhento tipo: cobra, roedores ou outros provenientes da vegetação ou da água do igarapé?

7- Quais os principais casos de doenças na família: diga quais e quantos nos últimos 12 meses.

- a- malária
- b- dengue
- c- leptospirose
- d- hepatite
- e- cólera

8- Quais os principais animais são vistos no lugar de vegetação próximo sua casa?

9- Identifique as principais espécies de peixes que há no igarapé e alagado próximo sua casa.

10- Sua família já fez uso de alguma planta do quintal ou de próximo para fins medicinais? Qual?

11- Sua família já se alimentou dos frutos de árvores aqui do bairro? Quais frutas?

12- Quais os tipos de aves são mais vistos no dia-a-dia

13- Sua casa já teve alagamento com as enchentes nos meses de inverno? Houve danos?

14- A que fatores você atribui a poluição das águas do igarapé e alagados próximo à sua casa?

15- Como é feita a limpeza do canal do igarapé que passa no meio do bairro? Descreva o processo e qual a periodicidade dos serviços.

III- MEIO SOCIAL:

16- Considera seu bairro perigoso em termos de violência?

a- () pouco b- () médio c- () Muito

17- Qual a maior necessidade de serviço público no bairro?

a- () limpeza b- () segurança c- () energia d- () água e- () saúde

18- Como a população é atendida nos serviços de saúde aqui no bairro?

19- Você considera a qualidade e quantidade da água potável distribuída no bairro satisfatório à população?

20- Você já recebeu alguma ação de educação ambiental de órgãos governamentais? Quais?

APÊNDICE B - Roteiro para Entrevista – Grupo 02 Gestores – Subgrupo
Prefeitos



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Pesquisa:

AUTOR: Aroldo de Melo Vasconcelos

Orientador da Pesquisa: Dr. Alexandre Gomes Galindo

Roteiro para entrevista com Subgrupo prefeitos.

DATA: ____/____/2019

Início: _____

Término: _____

Código do entrevistado: _____

Nome Completo:

Endereço:

Contato:

Período da Gestão Municipal:

- 1- O QUE O SENHOR (A) ENTENDE POR GESTÃO AMBIENTAL?
- 2- DENTRE AS AÇÕES DA GESTÃO AMBIENTAL, DESTAQUE A QUE VOCÊ CONSIDERA A MAIS RELEVANTE NO AMBITO DA CIDADE:
- 3- QUAIS AÇÕES AMBIENTAIS O SENHOR IMPLEMENTOU NA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP?
- 4- DESCREVA OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE SANTANA/AP?
- 5- DENTRE ESSES DESAFIOS, CONSIDERANDO A OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE RESSACAS, O QUE PÔDE SER FEITO COMO POLÍTICAS PÚBLICAS?
- 6- O BAIRRO DOS REMÉDIOS COM FORTE PRESENÇA DE OCUPAÇÃO EM ÁREA DE RESSACA, QUAIS AÇÕES JÁ FORAM DIRECIONADAS À ESSA ÁREA ESPECÍFICAMENTE?

- 7- COMO A GESTÃO VER A POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO PARA OS MORADRES DO MUNICÍPIO DE SANTANA, E EM ESPECIAL AQUELES QUE MORAM NAS ÁREAS ÚMIDAS?
- 8- DESCREVA AS AÇÕES DE SANEAMENTO NO PERÍODO DE SUA GESTÃO PARA A POPULAÇÃO DE RESSACAS:
- A- COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:
 - B- DRENAGEM DOS CANAIS
 - C- ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL
 - D- ESGOTAMENTO SANITÁRIO
- 9- QUAIS AS ESTRATÉGIAS OU INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E AMBIENTAL FUNCIONARAM NO ENFRENTAMENTO DA OCUPAÇÃO DAS ÁREAS ÚMIDAS (RESSACAS)?
- 10- QUAL A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA CIDADE DE SANTANA?

APÊNDICE C - Roteiro para Entrevista – Grupo 02 Gestores – Subgrupo Ex-Secretários de Meio Ambiente



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Pesquisa:

AUTOR: Aroldo de Melo Vasconcelos

Orientador da Pesquisa: Dr. Alexandre Gomes Galindo

Roteiro para entrevista com Subgrupo Ex-Secretários de Meio Ambiente.

DATA: ____/____/2019

Início: _____

Término: _____

Código do entrevistado: _____

Nome Completo:

Endereço:

Contato:

Período da Gestão Municipal:

- 1- O QUE O SENHOR (A) ENTENDE POR GESTÃO AMBIENTAL?
- 2- DENTRE AS AÇÕES DA GESTÃO AMBIENTAL, DESTAQUE A QUE VOCÊ CONSIDERA A MAIS RELEVANTE NO AMBITO DA CIDADE:
- 3- QUAIS AÇÕES AMBIENTAIS O SENHOR IMPLEMENTOU NA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP?
- 4- DESCREVA OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE SANTANA/AP?
- 5- DENTRE ESSES DESAFIOS, CONSIDERANDO A OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE RESSACAS, O QUE PÔDE SER FEITO COMO POLÍTICAS PÚBLICAS?
- 6- O BAIRRO DOS REMÉDIOS COM FORTE PRESENÇA DE OCUPAÇÃO EM ÁREA DE RESSACA, QUAIS AÇÕES JÁ FORAM DIRECIONADAS À ESSA ÁREA ESPECÍFICAMENTE?

- 7- COMO A GESTÃO VER A POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO PARA OS MORADRES DO MUNICÍPIO DE SANTANA, E EM ESPECIAL AQUELES QUE MORAM NAS ÁREAS ÚMIDAS?
- 8- DESCREVA AS AÇÕES DE SANEAMENTO NO PERÍODO DE SUA GESTÃO PARA A POPULAÇÃO DE RESSACAS:
 - E- COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:
 - F- DRENAGEM DOS CANAIS
 - G- ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL
 - H- ESGOTAMENTO SANITÁRIO
- 9- QUAIS AS ESTRATÉGIAS OU INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E AMBIENTAL FUNCIONARAM NO ENFRENTAMENTO DA OCUPAÇÃO DAS ÁREAS ÚMIDAS (RESSACAS)?
- 10- QUAL A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA CIDADE DE SANTANA?

APÊNDICE D - Roteiro para Entrevista – Grupo 02 Gestores – Subgrupo Secretários Municipais



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Pesquisa:

AUTOR: Aroldo de Melo Vasconcelos

Orientador da Pesquisa: Dr. Alexandre Gomes Galindo

Questionário para os secretários da prefeitura municipal de Santana-AP.

DATA: ____/____/2019

Início: _____

Término: _____

Código do entrevistado: _____

Há quanto tempo o Senhor (a) ocupar o seu Cargo de gestor Público?

a- () menos de 6 meses b- () entre 6 meses a 1 ano c- () mais de 1 ano

11-O Senhor (a) conhece a área de Ressaca do Bairro dos Remédios?

a- () pouco b- () médio c- () muito

12-Descreva o nível de atuação desta secretaria municipal no atendimento dos moradores da área de Ressaca do Bairro dos Remédios:

b- () fraco b- () razoável c- () forte

13-Existe projeto desta secretaria municipal para o enfrentamento da antropização na Ressaca do Bairro dos Remédios? Cite

14-O que você entende por gestão ambiental?

15-Como a secretaria municipal do qual o senhor é gestor pode contribuir para um programa de gestão ambiental na área de Ressaca do Bairro dos Remédios?



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Pesquisa:

AUTOR: Aroldo de Melo Vasconcelos

Orientador da Pesquisa: Dr. Alexandre Gomes Galindo

Roteiro de entrevista para os secretários da prefeitura municipal de Santana-AP.

DATA: ____/____/2019

Início: _____

Término: _____

Nome: _____ Contato _____

Código do entrevistado: _____

- 1- Senhor (a) secretario (a) qual a proposta de sua secretaria para o enfrentamento da antropização urbana na ressaca do bairro dos Remédios em Santana-AP?
- 2- Que fatores influenciam para que o município não responda às demandas de serviços reclamadas pela população do bairro dos remédios?
- 3- Há projetos ambientais para a área do bairro pesquisada. Descreva.
- 4- A secretaria do qual o senhor (a) é titular tem parceria com a associação de moradores do bairro dos Remédios?
- 5- Há quanto tempo a sua secretaria já fez reunião com a comunidade pra ouvir as reivindicações dos moradores?
- 6- Existem projetos previstas no orçamento municipal direcionado a essa área pesquisada?

APÊNDICE E – Roteiro de Observação direta in loco



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Pesquisa:

AUTOR: Aroldo de Melo Vasconcelos

Orientador da Pesquisa: Dr. Alexandre Gomes Galindo

Roteiro de Observação direta in loco

DATA: ____/____/2019

Início: _____

Término: _____

O que observar...

1. Os aspectos do cotidiano da população residente na área (rotina);
2. As principais formas de antropização na área;
3. Os meios de locomoção, transporte;
4. O estado de conservação das passarelas e vias de acesso;
5. A forma de disposição dos resíduos sólidos;
6. As condições dos córregos e alagados naturais, a força das marés e a influência no meio ambiente;
7. A existência de oferta de serviços públicos;
8. As condições de saneamento ambiental;
9. O lazer e o entretenimento na comunidade;
10. outros.

Fonte: Adaptado do site Gestão Escolar (HEIDRICH, 2010).

APÊNDICE F - Identificação das famílias e endereço conforme a zona de pesquisa



Universidade Estadual do Ceará - UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Identificação das famílias e endereço conforme a zona de pesquisa

ZONA 01 CADASTRO DE CINCO FAMÍLIAS

01- EDIMAR LOBATO DE ALMEIDA
 ZINETE FERREIRA DOS SANTOS ALMEIDA
 END. AV. Bento Maciel Parente nº 645
 Contato: 99126-6795
 02- JAIRTON OLIVEIRA MAGNO
 ISALVA COUTINHO
 END. Av. Portilho de Melo nº 1680 Salão JM.
 Contato: 99200-6882
 03- ANTONIO CARLOS SILVA
 END. Av. Portilho de Melo nº 1661
 Contato: 99118-0790
 04- MARIA ISABEL PARENTE DA SILVA
 GILSON QUEIROZ AZEVEDO
 END. Av. Portilho de Melo nº 1615
 Contato: 99116-8356
 05- EDILSON NASCIMENTO FREIRES
 JANDER LÚCIA SOUZA CRUZ
 END. Av. Francisco de Melo Parente nº 523
 Contato: 99192-5232

ZONA 02. CADASTRO DE CINCO FAMILIAS

01- OZIMAR REIS PRIMAVERA
 GEIZE CASTRO ALBERTO
 END. Av. Teotônio Vilela nº 266
 Contato:
 02- JOÃO SAMPAIO
 ESTER PINHEIRO DE OLIVEIRA
 END. Av. Teotônio Vilela nº 118
 Contato:
 03- GONÇALO LÉO CÁDIO FIGUEIREDO
 ANA MARIA DOS SANTOS FURTADO
 END. Tv. 07 nº 320
 Contato: 99182-7422

04- ELENILSON NASCIMENTO PANTOJA
ANA MARIA COELHO DE CARVALHO
END. Tv. Mário de Andrade nº s/n
Contato: 99170-2712
05- DELFINO DOS SANTOS FARIAS
NEUSA LIMA FONSECA
END. Tv. 08 nº 263
Contato:99118-1770

ZONA 03. CADASTRO DE CINCO FAMÍLIAS

01- ADENILSON BARROS PANTOJA
MARIA CECÍLIA ALMEIDA DA SILVA
END. Av. Portilho de Melo nº 429
Contato: 99202-9892
02- GEOVANE RIBEIRO DA SILVA
FABÍOLA MARTINS DO NASCIMENTO
END. Tv. Francisco de Melo Parente nº 488
Contato: 99207-6041
03- ROSIVAN DA SILVA LEAL
ROSELMA MACHADO DA SILVA
END. Tv. Francisco de Melo Parente nº 35
Contato:
04- AUGUSTO JÚNIOR MONTEIRO
CLEONICE DE MATOS CORREA
END. Av. Francisco de Melo Parente nº 406
Contato: 99131-0311
05- FRANCINEI DO CARMO DE JESUS
MARIA ANTONIA CLARO DA SILVA
END. Tv. Angelo de Moraes nº 299
Contato: 99113-9013

ZONA 04. CADASTRO DE CINCO FAMÍLIAS

01- ROSA MARIA RAMOS DA SILVA
END. Av. Angelo de Moraes nº 206
Contato: 99100-9162
02- UELTON DA SILVA AMARAL
VIVIA DA SILVA AMARAL
END. Av. Gomes Freires de Andrade nº 387
Contato: 99131-3232
03- AFONSO ALVES DE OLIVEIRA
MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS FERREIRA
END. Av. Gomes Freires de Andrade nº 418
Contato: 98405-1563
04- CRISTIAN RAMOS DOS SANTOS
EMILI DE SOUZA GONÇALVES
END. Tv. Machado de Assis nº 1440
Contato: 99147-7955
05- DOMINGOS SILVA DE MELO
GEDAIAS SOUZA DE MELO E MELO
END. Tv. 07 nº 280 - Contato: 99126-9306

ANEXOS

ANEXO A - Parecer Consubstanciado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Pesquisador: AROLD DE MELO VASCONCELOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 04130318.5.0000.0003

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.346.771

Apresentação do Projeto:

Conforme o parecer anterior

Objetivo da Pesquisa:

Conforme o parecer anterior

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme o parecer anterior

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de acordo com a resolução 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

O pesquisador atendeu as recomendações solicitadas no parecer anterior

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador atendeu as recomendações solicitadas no parecer anterior

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP**



Continuação do Parecer: 3.346.771

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1254577.pdf	24/05/2019 16:14:39		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termodeautorizacaoarlete.pdf	22/03/2019 16:44:22	AROLD DE MELO VASCONCELOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termodeautorizaocoprefeito.pdf	22/03/2019 16:43:35	AROLD DE MELO VASCONCELOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclemoradores.pdf	22/03/2019 16:43:04	AROLD DE MELO VASCONCELOS	Aceito
Outros	cartas_de_anuencia_e_encaminhamento_aroldo.pdf	14/11/2018 10:46:50	AROLD DE MELO VASCONCELOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoAroldoMelo.docx	14/11/2018 10:44:11	AROLD DE MELO VASCONCELOS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_aroldo.pdf	14/11/2018 10:40:55	AROLD DE MELO VASCONCELOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 24 de Maio de 2019

Assinado por:
RAPHAELLE SOUSA BORGES
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

ANEXO B - Aprovação do Comitê de Ética



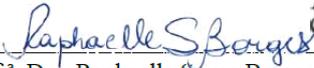
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIFICADO

Título da Pesquisa: O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL
Pesquisador Responsável: AROLDO DE MELO VASCONCELOS
CAAE: 04130318.5.0000.0003
Submetido em: 24/05/2019
Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Situação da Versão do Projeto: Parecer Consubstanciado Emitido (Aprovado)
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável

Certificamos que o Projeto cadastrado está de acordo com os Princípios Éticos na Experimentação Humana, adotados pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em reunião realizada em 24/05/2019.

Macapá, 24 de maio de 2019


 Prof.^a Dra. Raphaelle Sousa Borges
 Coordenadora - CEP-UNIFAP
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa/PROPESPG
 Portaria nº 051/2015

Universidade Federal do Amapá
 Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - UNIFAP
 Rod. JK km 2, Marco Zero CEP 68908-130 – Macapá – AP - Brasil
 Email: cep@unifap.br

ANEXO C – Carta de apresentação do Orientador



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Macapá, 04 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Ofirney da Conceição Sadala
Prefeito Municipal de Santana/Ap.

Senhor Prefeito,

Tenho a satisfação de encaminhar, por meio desta, o mestrando **AROLD DE MELO VASCONCELOS**, residente e domiciliado na Avenida Rui Barbosa nº1883, Bairro Central, Santana/Ap. Funcionário Público, atuando como professor da rede pública estadual e municipal, que está cursando o **Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE)** em convênio com a SEED/AP, a qual irá desenvolver sob minha orientação a pesquisa intitulada “**O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL**”. Lembramos que atualmente a pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados e consolidação de informações para defesa de qualificação. O objeto de estudo que direciona a parte empírica desse estudo trata sobre a antropização das Áreas de Ressacas da Cidade de Santana e os desafios de construção de políticas públicas para enfrentamento dessa realidade.

Na referida pesquisa o mestrando trabalhará os aspectos referentes à gestão ambiental urbana do município, a legislação ambiental, o diagnóstico socioeconômico da população da Ressaca do Bairro dos Remédios, as implicações da moradia nessas áreas de vulnerabilidade ambiental e social. Além disso a pesquisa pretende verificar a relação da gestão municipal através dos serviços públicos prestados a essa população, nível de atendimento e satisfação, e identificar as carências de assistência.



Universidade Estadual do Ceará - UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Ainda sobre a pesquisa, serão utilizados na pesquisa bibliográfica a busca de inovações de gestão para a elaboração de políticas públicas na Gestão Ambiental como propostas de enfrentamento dos impactos da antropização nas áreas permanentes protegidas por lei, chamadas de APPs.

Por essas razões apresentadas, solicitamos o acesso do aluno de todas as Secretarias Municipais relacionadas com a pesquisa, para realização de observações e entrevistas sobre sua dinâmica, e de documentos oficiais relacionados com a descrição de seu funcionamento e elaboração do planejamento; bem como participar de algumas reuniões com a comunidade pois essas informações serão de grande valia para o estudo em tela.

Garantimos que todos os procedimentos do pesquisador serão observados as exigências da ética científica tais como confiabilidade das informações, sigilo e anonimato dos sujeitos pesquisados.

Certos de poder contar com sua colaboração, agradecemos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo-UNIFAP
 Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
 Orientador do Projeto de Pesquisa da Dissertação de Mestrado-UECE

Recebido em
 06/11/2018



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas - MPPPP

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Macapá, 04 de novembro de 2018.

A Sua Senhoria

Arlete Benjamim Santos

Presidente da Associação de Moradores do Bairro dos Remédios/Santana/Ap.

Senhora Presidente,

Tenho a satisfação de encaminhar, por meio desta, o mestrando **AROLD DE MELO VASCONCELOS**, residente e domiciliado na Avenida Rui Barbosa nº1883, Bairro Central, Santana/Ap. Funcionário Público, atuando como professor da rede pública estadual e municipal, que está cursando o **Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE)** em convênio com a SEED/AP, a qual irá desenvolver sob minha orientação a pesquisa intitulada "**O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL**". Lembramos que atualmente a pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados e consolidação de informações para defesa de qualificação. O objeto de estudo que direciona a parte empírica desse estudo trata sobre a antropização das Áreas de Ressacas da Cidade de Santana e os desafios de construção de políticas públicas para enfrentamento dessa realidade.

Na referida pesquisa o mestrando trabalhará os aspectos referentes à gestão ambiental urbana do município, a legislação ambiental, o diagnóstico socioeconômico da população da Ressaca do Bairro dos Remédios, as implicações da moradia nessas áreas de vulnerabilidade ambiental e social. Além disso a pesquisa pretende verificar a relação da gestão municipal através dos serviços públicos prestados a essa população, nível de atendimento e satisfação, e identificar as carências de assistência.

A handwritten signature in blue ink is located at the bottom left of the page. The signature appears to be 'Arlete'.



Universidade Estadual do Ceará - UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Ainda sobre a pesquisa, serão utilizados na pesquisa bibliográfica a busca de inovações de gestão para a elaboração de políticas públicas na Gestão Ambiental como propostas de enfrentamento dos impactos da antropização nas áreas permanentes protegidas por lei, chamadas de APPs.

Por essas razões apresentadas, solicitamos o acesso do aluno aos moradores do bairro em especial à população residente na área de ressaca a ser pesquisada para realização de observações e entrevistas sobre sua dinâmica da moradia e suas implicações, acesso a documentos oficiais relacionados com a descrição do seu relacionamento com o poder público na elaboração de planejamento de serviços públicos; bem como participar de algumas reuniões com a comunidade pois essas informações serão de grande valia para o estudo em tela.

Garantimos que todos os procedimentos do pesquisador serão observados as exigências da ética científica tais como confiabilidade das informações, sigilo e anonimato dos sujeitos pesquisados.

Certos de poder contar com sua colaboração, agradecemos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo-UNIFAP
 Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
 Orientador do Projeto de Pesquisa da Dissertação de Mestrado-UECE

Recebido em
 08/11/2018

Arlete B. dos Santos Alves
 687618482-04

ANEXO D – Termo de Autorização para Realização da Pesquisa - Associação de Moradores do Bairro dos Remédios



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

A Sua Senhoria

Arlete Benjamim Santos

Presidente da Associação de Moradores do Bairro dos Remédios em Santana/Ap.

Senhora Presidente,

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada: **“O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL”**. Vinculada a linha de pesquisa Avaliação de Instituições Públicas do **Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE)**, em convênio com a SEED/AP pelo mestrando **AROLD DE MELO VASCONCELOS**, residente e domiciliado na Avenida Rui Barbosa nº1883, Bairro Central, Santana/Ap. Funcionário Público, que está devidamente matriculado e cursando no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Políticas Públicas/ UECE, com observações e entrevistas a serem realizadas com os moradores da **ÁREA DE RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS** de Santana, bem como análise de documentos oficiais a fim de perceber as dinâmicas funcionais da Gestão municipal e a relação com a sociedade a ser pesquisada. A pesquisa ocorrerá no período de 2018-2019 sob a orientação do **Professor-Doutor Alexandre Gomes Galindo**.

O objetivo geral é investigar o fenômeno da antropização na área de ressaca do Bairro dos Remédios em Santana e seus desafios para elaboração de política de gestão ambiental. Como também, trabalhar os aspectos referentes à gestão ambiental urbana do município, a legislação ambiental, o diagnóstico socioeconômico da população da Ressaca do Bairro dos Remédios, as implicações da moradia nessas áreas de vulnerabilidade ambiental e social. Além disso verificar a relação da gestão municipal através dos serviços públicos prestados a essa população, nível de atendimento e satisfação, e identificar as carências de assistência.

Certos de vosso apoio e colaboração, agradecemos antecipadamente a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos se for necessário.

Macapá, 04 de Novembro de 2018.

Aroldo de Melo Vasconcelos

Aluno-mestrando UECE

Autorizamos a solicitação

Não autorizamos a solicitação

Arlete Benjamim Santos
CPF nº 618.482-04

ANEXO E – Termo de Autorização para Realização da Pesquisa - Prefeitura Municipal de Santana



Universidade Estadual do Ceará - UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

A Sua Excelência o Senhor
 Ofirney da Conceição Sadala
 Prefeito Municipal de Santana/Ap.
 Senhor Prefeito,

Solicitamos autorização institucional do seu Gabinete para realização da pesquisa intitulada: **“O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL”**. Vinculada a linha de pesquisa Avaliação de Instituições Públicas do **Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE)**, em convênio com a SEED/AP pelo mestrando **AROLDO DE MELO VASCONCELOS**, residente e domiciliado na Avenida Rui Barbosa nº1883, Bairro Central, Santana/Ap. Funcionário Público, que está devidamente matriculado e cursando no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Políticas Públicas/ UECE, com observações e entrevistas a serem realizadas com integrantes da Gestão da Prefeitura Municipal de Santana e membros da sociedade em especial líderes comunitários e moradores do Bairro dos Remédios/STN/AP, bem como análise de documentos oficiais a fim de perceber as dinâmicas funcionais da Gestão municipal e a relação com a sociedade a ser pesquisada. A pesquisa ocorrerá no período de 2018-2019 sob a orientação do **Professor-Doutor Alexandre Gomes Galindo**.

O objetivo geral é investigar o fenômeno da antropização na área de ressaca do Bairro dos Remédios em Santana e seus desafios para elaboração de política de gestão ambiental. Como também, trabalhar os aspectos referentes à gestão ambiental urbana do município, a legislação ambiental, o diagnóstico socioeconômico da população da Ressaca do Bairro dos Remédios, as implicações da moradia nessas áreas de vulnerabilidade ambiental e social. Além disso verificar a relação da gestão municipal através dos serviços públicos prestados a essa população, nível de atendimento e satisfação, e identificar as carências de assistência.

Certos de vosso apoio e colaboração de Vossa Excelência, agradecemos antecipadamente a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos se for necessário.

Macapá, 04 de Novembro de 2018.


 Aroldo de Melo Vasconcelos
 Aluno-mestrando UECE

Autorizamos a solicitação

Não autorizamos a solicitação


 Ofirney da Conceição Sadala
 Prefeito do Município
 de Santana-AP

ANEXO F – Termo de Autorização para uso Público



Universidade Estadual do Ceará - UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado **“O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL”**

”O objetivo deste trabalho é **“Investigar o fenômeno da antropização na área de ressaca do Bairro dos Remédios em Santana e seus desafios para elaboração de política de gestão ambiental”**.

Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevistas, questionários etc, previamente agendadas a sua conveniência). Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar as condições socioambientais dos moradores da área de ressaca do Bairro dos Remédios na Cidade de Santana. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são o constrangimento de não saberem as informações de respostas, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são direcionados ao alcance social de visibilidade à vulnerabilidade da comunidade pesquisada e propor ações de gestão pública para as demandas sociais, além de reconhecimento público das informações apresentadas.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (96) 99157-6418/ (96) 99157-6417. O senhor (a) também poderá entrar em contato com, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu, OFIRNEY DA CONCEIÇÃO SADALA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA, declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo pesquisador, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada **“O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL”**

Macapá, 07 de abril de 2019.

Assinatura do Pesquisador

Nome por extenso

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

AV. DR. SILAS MUNGUBA, 1700 - CAMPUS DO ITAPERI

FORTALEZA, CE

CEP: 60.714.903

Cel: (85) 9161-9520



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BEIRRO DOS REMÉDIOS I

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu ARLETE BEMJAMIM SANTOS, Presidente da Associação de Moradores do Bairro dos Remédios, residente na Travessa Nilo Peçanha nº 97, Bairro dos Remédios, Santana/AP, AUTORIZO **Aroldo de Melo Vasconcelos, RG 056.645, CPF 38854368253**, mestrando, residente e domiciliado na Avenida Rui Barbosa nº1883, Bairro Central, Santana/AP. Funcionário Público, que está devidamente matriculado e cursando no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Políticas Públicas, sob a orientação do **Professor-Doutor Alexandre Gomes Galindo**, realizar observações, entrevistas e aplicação de questionários com os secretários e demais gestores municipais para realização da pesquisa Intitulada: **“O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL”**. Vinculada a linha de pesquisa Avaliação de Instituições Públicas do **Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE)**. O objetivo geral é investigar o fenômeno da antropização na área de ressaca do Bairro dos Remédios em Santana e seus desafios para elaboração de política de gestão ambiental. Como também, trabalhar os aspectos referentes à gestão ambiental urbana do município, a legislação ambiental, o diagnóstico socioeconômico da população da Ressaca do Bairro dos Remédios, as implicações da moradia nessas áreas de vulnerabilidade ambiental e social. Além disso verificar a relação da gestão municipal através dos serviços públicos prestados a essa população, nível de atendimento e satisfação, e identificar as carências de assistência.

O pesquisador acima qualificado se compromete a:

- 1-Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2-Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3-Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Santana, 21 de março de 2019.

Arlete Benjamim Santos

Presidente

ANEXO G – Ata de Qualificação



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP

ATA DE QUALIFICAÇÃO DE DISSERTAÇÃO

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, reuniu-se a Banca de qualificação composta pelos(as) professores(as) Drs.(as): Alexandre Gomes Galindo (UNIFAP - MPPPP), Francisco Horácio da Silva Frota (UECE - MPPPP) e Luís Roberto Takiyama (FAMA), perante a qual, o(a) aluno(a) **Aroldo de Melo Vasconcelos**, regularmente matriculado(a) no Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP/UECE apresentou para preenchimento dos requisitos do exame de qualificação o projeto denominado: **“O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL”** A apresentação do referido projeto de qualificação ocorreu das _____ às _____ tendo o(a) aluno(a) submetido(a) à arguição, dispondo cada membro da banca de tempo para tal. Em seguida, a banca reuniu-se em separado e concluiu por considerar o(a) mestrando(a) [aprovado(a) – reprovado(a)] _____ no exame de qualificação, por seu projeto de qualificação ter, por unanimidade, recebido o conceito (satisfatório – insatisfatório) _____. Eu, **Alexandre Gomes Galindo** que presidi a Banca de Qualificação de Dissertação, assino a presente ata, juntamente com os demais membros, e dou fé.

Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo - **Orientador**
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota - **Avaliador Interno**
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Luís Roberto Takiyama - **Avaliador Externo**
Faculdade de Macapá - FAMA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o(a) professor(a) Dr.(a). **Luis Roberto Takiyama** foi membro da Comissão julgadora da Banca de Qualificação de Aroldo de Melo Vasconcelos no dia 13 de fevereiro de 2019, conforme mostra o quadro abaixo:

ALUNO(A)	TÍTULO DO TRABALHO	COMISSÃO JULGADORA
Aroldo de Melo Vasconcelos	“O FENÔMENO DA ANTROPIZAÇÃO URBANA NA RESSACA DO BAIRRO DOS REMÉDIOS EM SANTANA/AP: DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL”	❖ Alexandre Gomes Galindo Francisco Horácio da Silva Frota Luis Roberto Takiyama

❖ PRESIDENTE

Fortaleza, 13 de fevereiro de 2019

Francisco Horacio da Silva Frota
Coordenador

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
(Coordenador do Mestrado Profissional
em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP)